

Termina na próxima semana prazo para pagamento de IPVA com desconto de 5%; abatimento vale para placas de final 3 e 4



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os prazos para pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) com desconto de 5% para os veículos com placas de final 3 e 4 terminam, respectivamente, na próxima quinta (29/04) e sexta-feira (30/04).

O abatimento dado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz) é de 5% do valor total, pago em parcela única. O órgão orienta que o débito seja quitado em agência, caixa eletrônico ou aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob. Para isso, basta apresentar o número do Renavam.

O contribuinte pode optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, porém não vai ter desconto nesse caso. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo.

Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes e deve efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

No caso dos veículos com placas de final 1 e 2, os proprietários que perderam o prazo para quitar o imposto com abatimento e também para o parcelamento em três vezes ainda têm até o final de maio para quitar o imposto sem acréscimos.

Já para as placas de final 5, 6, 7, 8, 9 e 0 os prazos vencem nos próximos meses. As datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia. Todas as informações poderão ser consultadas no site da Sefaz.

Confira mais notícias do estado em G1 Bahia.

Assista aos vídeos do G1 e TV Bahia

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Prazo para desconto de 5% no IPVA até próxima semana



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os prazos para pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) com desconto de 5% para os veículos com placas de final 3 e 4 terminam, respectivamente, na próxima quinta-feira (29) e sexta-feira (30).

O abatimento dado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz) é de 5% do valor total, pago em parcela única. O órgão orienta que o débito seja quitado em agência, caixa eletrônico ou aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob. Para isso, basta apresentar o número do Renavam.

O contribuinte pode optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, porém não vai ter desconto nesse caso. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo.

Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes e deve efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

No caso dos veículos com placas de final 1 e 2, os proprietários que perderam o prazo para quitar o imposto com abatimento e também para o parcelamento em três vezes ainda têm até o final de maio para quitar o imposto sem acréscimos.

Já para as placas de final 5, 6, 7, 8, 9 e 0 os prazos vencem nos próximos meses. As datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia. Todas as informações poderão ser consultadas no site da Sefaz.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

IPVA de veículos de transporte prorrogado na Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Foi prorrogado por dois anos o pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) de 2020 e 2021, na Bahia, para proprietários de veículos do **transporte escolar** e turístico e de autoescolas.

A medida, anunciada nesta terça-feira (20) pelo **governo do estado**, visa atenuar as dificuldades destes segmentos em função da pandemia do coronavírus. A medida não inclui a taxa de licenciamento anual, cujos prazos de pagamento permanecem inalterados e deverão ser observados para efeito de expedição do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV).

De acordo com decreto a ser assinado pelo governador **Rui Costa**, o **IPVA** de 2020 fica prorrogado para julho de 2022, e o de 2021, para julho de 2023.

Os beneficiários terão a opção de pagar em cota única, com desconto de 5%, ou parcelar o imposto devido em três vezes.

A cota única para pagamento do **IPVA** 2020 vencerá no dia 29 de julho de 2022. No caso de parcelamento, as datas de pagamento estão fixadas em 29 de julho, 31 de agosto e 30 de setembro de 2022.

Já a cota única para pagamento do **IPVA** 2021 fica prorrogada para 31 de julho de 2023. Quem parcelar, terá as datas de 29 de julho, 31 de agosto e 29 de setembro de 2023 para efetuar os pagamentos.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA | SEC - Secretaria da Educação - Transporte escolar

Veículo: Rádio A Tarde FM 103,9 Salvador	
Data: 23/04/2021	Programa: A Tarde Notícias
Assunto: Pagamento do IPVA na Bahia.	

Data: 23/04/2021

Hora: 17:49:19

Emissora: Rádio A Tarde FM 103,9 Salvador

Programa: A Tarde Notícias

Apresentador (a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Pagamento do **IPVA** na Bahia.

PPP do Hospital Metropolitano será apresentada nesta segunda na Bolsa de Valores



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Leilão vai conceder à iniciativa privada o direito de implantar, gerir, operar e ampliar o hospital por 20 anos | Foto: Divulgação | **Sesab-BA**

A Parceria Público-Privada (**PPP**) para concessão administrativa do Hospital Metropolitano da Bahia vai ser apresentada, nesta segunda-feira, 26, às 14h, durante um roadshow na Bolsa de Valores de São Paulo. A transmissão vai ser feita pela TV B3 e pelo canal do **Governo da Bahia** no Youtube.

O leilão, previsto para o dia 20 de maio, na B3, vai conceder à iniciativa privada o direito de implantar, gerir, operar e ampliar a unidade hospitalar por 20 anos.

Sob o comando do secretário da **Saúde** da Bahia,

Fábio Vilas-Boas, uma equipe do Estado irá apresentar a mais nova **PPP** baiana. Palestrantes vão apresentar experiências de parcerias pública-privadas na área da **Saúde** na Bahia, modelagem assistencial e investimento, apresentação da modelagem econômico-financeira, apresentação do Fundo Garantidor Baiano e aspectos gerais da licitação e do contrato. Ao final, o governador **Rui Costa** vai fazer as considerações finais.

Hospital

A unidade, com, pelo menos, 28 mil metros quadrados de área construída, foi erguida em Lauro de Freitas, Região Metropolitana de Salvador, e vai iniciar a operação inicialmente com 260 leitos, que vão ser ampliados para 330, sendo 75 de UTI, pelo parceiro privado. O hospital conta ainda com dez salas cirúrgicas, serviço de hemodinâmica, unidade de emergência 24 horas referenciada e serviços diagnósticos - laboratório, radiologia, ultrassonografia, tomografia computadorizada, ressonância magnética e medicina nuclear. O **Governo da Bahia** investiu entre obras e equipamentos, mais de R\$ 173 milhões.

Esta vai ser a quarta Parceria Público-Privada (**PPP**) na área da **saúde** na Bahia e a maior unidade de atendimento hospitalar do Brasil nesta modalidade. Um dos destaques do projeto é a Unidade de Atenção ao Acidente Vascular Cerebral (UAVC), que atenderá pacientes com casos isquêmicos, hemorrágicos ou acometidos por ataque isquêmico transitório na fase aguda, ofertando tratamento trombolítico venoso, reabilitação precoce e investigação etiológica completa.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de

Comunicação - Governo da Bahia | SERIN - Secretaria
de Relações Institucionais - Rui Costa, Saúde | SESAB -
Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - SESAB, Fábio
Vilas Boas | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - PPP

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 26/04/21	



PPP DO HOSPITAL METROPOLITANO CHEGA NA BOLSA DE VALORES NESTA SEGUNDA



admin 26 Abril, 2021

O Governo da Bahia vai apresentar na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), a oferta da parceria Público-Privada (PPP) para concessão administrativa do Hospital Metropolitano da Bahia. O evento ocorre na próxima segunda-feira (26). O leilão, previsto para o dia 20 de maio, na B3, concederá à iniciativa privada o direito de implantar, gerir, operar e ampliar o hospital por 20 anos.

Sob o comando do secretário da Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, uma equipe do Estado irá apresentar a mais nova PPP baiana. Durante uma hora e meia, palestrantes farão considerações sobre o projeto, apresentarão experiências de Parcerias Pública-Privadas na área da Saúde na Bahia, farão a apresentação do projeto, modelagem assistencial e investimento, apresentação da modelagem econômico-financeira, apresentação do Fundo Garantidor Baiano e aspectos gerais da licitação e do contrato. Rui Costa também irá participar.

A unidade, com cerca de 28 mil metros quadrados de área construída, foi erguida em Lauro de Freitas, município localizado na Região Metropolitana de Salvador, e iniciará a operação inicialmente com 260 leitos, que serão ampliados para 330, sendo 75 de UTI, pelo parceiro privado. O hospital conta ainda com dez salas cirúrgicas, serviço de hemodinâmica, unidade de emergência 24 horas referenciada e serviços diagnósticos — laboratório, radiologia, ultrassonografia, tomografia computadorizada, ressonância magnética e medicina nuclear. O Governo da Bahia investiu entre obras e equipamentos, mais de R\$ 173 milhões.

Será a quarta Parceria Público-Privada (PPP) na área da saúde na Bahia e a maior unidade de atendimento hospitalar do Brasil nesta modalidade. Um dos destaques do projeto é a Unidade

de Atenção ao Acidente Vascular Cerebral (UAVC), que atenderá pacientes com casos isquêmicos, hemorrágicos ou acometidos por ataque isquêmico transitório na fase aguda, ofertando tratamento trombolítico venoso, reabilitação precoce e investigação etiológica completa.

PPP do Hospital Metropolitano será apresentada na Bolsa de Valores nesta segunda



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O **Governo da Bahia** vai apresentar na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), a oferta da parceria Público-Privada (**PPP**) para concessão administrativa do Hospital Metropolitano da Bahia. O evento ocorre na próxima segunda-feira (26). O leilão, previsto para o dia 20 de maio, na B3, concederá à iniciativa privada o direito de implantar, gerir, operar e ampliar o hospital por 20 anos.

Sob o comando do secretário da **Saúde** da Bahia, **Fábio Vilas-Boas**, uma equipe do Estado irá apresentar a mais nova **PPP** baiana. Durante uma hora e meia, palestrantes farão considerações sobre o projeto, apresentarão experiências de Parcerias Público-Privadas na área da **Saúde** na Bahia, farão a apresentação do projeto, modelagem assistencial e investimento, apresentação da modelagem econômico-financeira, apresentação do Fundo Garantidor Baiano e aspectos gerais da licitação e do contrato. Rui Costa também irá participar.

A unidade, com cerca de 28 mil metros quadrados de área construída, foi erguida em Lauro de Freitas, município localizado na Região Metropolitana de Salvador, e iniciará a operação inicialmente com 260 leitos, que serão ampliados para 330, sendo 75 de UTI, pelo parceiro privado. O hospital conta ainda com dez salas cirúrgicas, serviço de hemodinâmica, unidade de emergência 24 horas referenciada e serviços diagnósticos - laboratório, radiologia, ultrassonografia, tomografia computadorizada, ressonância magnética e medicina nuclear. O **Governo da Bahia** investiu entre obras e equipamentos, mais de R\$ 173 milhões.

Será a quarta Parceria Público-Privada (**PPP**) na área da **saúde** na Bahia e a maior unidade de atendimento hospitalar do Brasil nesta modalidade. Um dos destaques do projeto é a Unidade de Atenção ao Acidente Vascular Cerebral (UAVC), que atenderá pacientes com casos isquêmicos, hemorrágicos ou acometidos por ataque isquêmico transitório na fase aguda, ofertando tratamento trombolítico venoso, reabilitação precoce e investigação etiológica completa.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo da Bahia | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Saúde | SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - Fábio Vilas Boas | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - PPP

SAÚDE

PPP do Hospital Metropolitano será apresentada hoje

O Governo da Bahia e a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) convidam a imprensa para acompanhar nesta segunda-feira (26), às 14h, pela TV B3 e pelo canal do Governo da Bahia no Youtube, o rodshow da Parceria Público-Privada (PPP) para concessão administrativa do Hospital Metropolitano da Bahia. O leilão, previsto para o dia 20 de maio, na B3, concederá à iniciativa privada o direito de implantar, gerir, operar e ampliar o hospital por 20 anos.

Sob o comando do secretário da Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, uma equipe do Estado irá apresentar a mais nova PPP baiana. Durante uma hora e meia, palestrantes farão considerações sobre o projeto, apresentarão experiências de Parcerias Públicas-Privadas na área da Saúde na Bahia, farão a apresentação do projeto, modelagem assistencial e investimento, apresentação da modelagem



Foto- Sesab

CONCESSÃO

Evento será apresentado pelo canal do Youtube

econômico-financeira, apresentação do Fundo Garantidor Baiano e aspectos gerais da licitação e do contrato. Ao final, Rui Costa, Governador do Estado da Bahia fará as considerações finais.

A unidade, com cerca de

28 mil metros quadrados de área construída, foi erguida em Lauro de Freitas, município localizado na Região Metropolitana de Salvador, e iniciará a operação inicialmente com 260 leitos, que serão ampliados para 330, sendo 75 de UTI,

pelo parceiro privado. O hospital conta ainda com dez salas cirúrgicas, serviço de hemodiálise 24 horas referenciada e serviços diagnósticos — laboratório, radiologia, ultrassonografia, tomografia computadorizada, ressonância magnética e medicina nuclear. O Governo da Bahia investiu entre obras e equipamentos, mais de R\$ 173 milhões.

Será a quarta Parceria Público-Privada (PPP) na área da saúde na Bahia e a maior unidade de atendimento hospitalar do Brasil nesta modalidade. Um dos destaques do projeto é a Unidade de Atenção ao Acidente Vascular Cerebral (UAVC), que atenderá pacientes com casos isquêmicos, hemorrágicos ou acometidos por ataque isquêmico transitório na fase aguda, ofertando tratamento trombolítico venoso, reabilitação precoce e investigação etiológica completa.

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

jairo.junior@redebahia.com.br

@satelite

●● No mínimo lamentável que mulheres negras no poder ainda incomodem tanta gente. Toda minha solidariedade à prefeita pelos ataques sofridos. O partido está junto nessa luta
Márcio Marinho

Deputado e presidente do Republicanos da Bahia, ao apoiar a prefeita de Cachoeira, Eliana Gonzaga, ameaçada de morte

Rastros de vazamento

Denúncia da Operação Imobilis apresentada na sexta passada à Justiça pelo Ministério Público do Estado (MP) comprova a suspeita de que o falso cônsul da Guiné-Bissau Adailton Maturino, principal alvo da Faroeste, tinha acesso a informações privilegiadas que permitiram a ele escapar de cercos policiais. O vazamento está descrito a partir da página 107 do documento encaminhado pelo MP e obtido pela Satélite. "Pouco antes da data em que ocorreu a fase ostensiva da Imobilis, Adailton Maturino e Geaciane Souza Maturino (esposa do falso-cônsul e também presa pela Faroeste) foram informados da ocorrência desta operação e da existência de mandados de prisão temporária contra eles. Por conta desta ciência, evadiram para local então desconhecido, com o intuito de frustrarem o êxito do decreto de prisão", cita a denúncia.

PEGOS PELO GRAMPO

A confirmação de que detalhes sobre ações sigilosas eram antecipados a futuros investigados da Faroeste surgiu a partir de interceptações telefônicas feitas a pedido do MP.

Palavras cruzadas

Transcrições de diálogos mantidos por telefones sob monitoramento e incluídas em relatório do Gaeco, grupo especial do MP voltado a combater organizações criminosas na Bahia, corroboram de maneira clara os indícios de que Adailton e Geaciane Maturino eram avisados previamente de eventuais mandados de prisão. Em conversa captada na madrugada de 26 de agosto de 2016, dia em que a Imobilis foi deflagrada, dois alvos da operação discutem o vazamento da ofensiva. Na ocasião, um dos interlocutores diz que o falso cônsul informou sobre a prisão decretada contra ele e avisou que "iria se mandar". De fato, Maturino havia escapado quando os policiais foram capturá-lo.

Ligação de pontas

Montada para apurar fraudes imobiliárias com participação de magistrados do Piauí e da Bahia, a Imobilis revelou as mais fortes suspeitas da existência de uma rede criada para proteger o esquema de grilagem e venda de sentenças no Judiciário do estado. A desconfiança veio à tona em dezembro passado, quando a Faroeste avançou sobre um núcleo direcionado a blindar integrantes do esquema, supostamente operado pelo ex-secretário de Segurança Pública Maurício Barbosa e pela ex-chefe do MP baiano, Ediene Lousado.

Erro de alvo

Cardeais do MDB no estado garantem que o foco do partido para 2022 é atrair o secretário de Saúde de Salvador, Leo Prates (PDT), e não o presidente do Bahia, Guilherme Bellintani, como foi noticiado na última sexta. À coluna, líderes da sigla afirmam que Leo mantém conversas frequentes com o ex-deputado federal Lucio Vieira Lima, nome de maior influência no MDB baiano. Entretanto, dizem que troca de legenda está - ainda - fora do cardápio.

Caça e caçador

O secretário estadual da Saúde, Fábio Vilas-Boas, vai aproveitar hoje a apresentação da Parceria Público-Privada do Hospital Metropolitano na Bolsa de Valores do Brasil (B3), em São Paulo, para vender o peixe a possíveis interessados no negócio. Na mira, estão grandes grupos paulistas do setor.



ÀS TERÇAS, CUIDAMOS DA SUA SAÚDE

Em edição especial, o programa Saúde & Bem-Estar reunirá especialistas pra bater um papo sobre cuidados com o nosso corpo, informações atualizadas sobre o coronavírus, vacinas e muito mais.

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO

27
04

Imunidade Reforçada
Os alimentos para aumentar os nutrientes do seu corpo na pandemia
Marcelo Almeida
(Endocrinologista do Instituto Marcelo Almeida)

SEMPRE ÀS 18H NO INSTAGRAM @CORREIO24HORAS



Aponte a câmera do celular para o código e siga o Correio no Instagram.

PATROCÍNIO: 

APOIO: 

REALIZAÇÃO: **Correio**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA
AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 133/2021. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2021. Objeto: Aquisição de grupo gerador a diesel, incluindo instalação, para atender a demanda da Unidade de Pronto Atendimento deste município. Tipo de julgamento: Menor Preço por lote. Sessão: 07/05/2021, às 09h:00. As condições e especificações constam do EDITAL, que poderá ser consultado no endereço eletrônico: www.livramentodenosshenora.ba.gov.br/diario-oficial e www.licitacoes-e.com.br ou no Setor da Comissão de Licitações da Prefeitura, no horário das 8:00h às 12:00h, situada na Praça Dom Hélio Paschoal, nº 94, Centro, Livramento de Nossa Senhora-Bahia, José Raimundo Teixeira Silva Abreu - Pregoeiro.

PETROL INDUSTRIAL S/A C.N.P.J. 15.187.776/0001-30 - NIRE: 29300010493
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - AGOGE
Convidamos os senhores acionistas desta Sociedade a reunirem-se em AGOGE, a ser realizada na sede social, à Via Periférica I, nº 5.071 - Centro Industrial de Aratú, Simões Filho/BA, no dia 30/04/2021, às 10:00 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I - AGO: (a) Exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras e demais documentos que integram o Balanço Patrimonial relativo ao Exercício Social findo em 31.12.2020. II - AGE: (a) Análise da atual situação da Empresa e possíveis alterações consequentes; (b) Outros assuntos de interesse da sociedade. Simões Filho/BA, 20/04/2021. Eng.º Célio José de Souza - Diretor Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA LAPA
CNPJ N: 14.105.183/0001-14
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2021
A Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa realizará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 026/2021, dia 06.05.2021 às 09:00:00h no site www.licitacoes-e.com.br para: Locação de Sistema de informatização de tributos, nota fiscal de serviços eletrônica e protocolo para o município de Bom Jesus da Lapa, Bahia, na modalidade menor preço global. Edital em até 24hs, na sede e no http://bomjesusdalapa.ba.gov.br/publicacoes/editsais_de_licitacao e no link: www.licitacoes-e.com.br - B. J. da Lapa, 23.04.2021 - Alderacy Santos Silva - Pregoeiro

SERTEB
CONVOCAÇÃO
o Presidente do SERTEB-Sindicato das Empresas de Radiodifusão e Televisão do Estado da Bahia convoca AGE, a ser realizada em 29.04.2021, às 14:00hs em la. Convocação às 14:30hs em 2a e última, com qualquer número de associados, em nossa sede, Rua Almirante Marquês de Leão, 318, sala 304 - Barra, nesta Capital, com a seguinte ordem: 1) Avaliação sobre as negociações para Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2022; 2) O que ocorrer.
Salvador, 22 de Abril de 2021.
AUGUSTO CORREIA - Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPLANADA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO Nº 002/2021. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2021. O Prefeito do Município de Esplanada, Bahia, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, resolve homologar a Licitação, Processo Administrativo: 066/2021, Modalidade: Credenciamento Nº 002/2021. Objeto: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS LIBERAIS DE NÍVEL SUPERIOR, PESSOA JURÍDICA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAIS DE SAÚDE, DESTE MUNICÍPIO, PARA PRESTAREM SERVIÇOS NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021, para os profissionais cuja relação se encontra no site da Prefeitura de Esplanada, no Diário Oficial Eletrônico (<https://www.esplanada.ba.gov.br/site/DiarioOficial>). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE 1302 - Projeto/Atividade: 2015 / 2018 / 2021 / 2081 - Elemento de Despesa: 3.3.90.36/ 33.90.39- Fonte de Recurso: 6102 / 0114 Valor Global: R\$ 572.760,48 (Quinhentos e setenta e dois mil setecentos e sessenta reais e quarenta e oito centavos). Em 15 de Março de 2021. José Naudinho Alves dos Santos, Prefeito Municipal.
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº002/2021. 2º extrato do termo de credenciamento inexigibilidade de licitação Processo Administrativo: 066/2021
O Prefeito do Município de Esplanada, Bahia, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, resolve homologar a Licitação, Modalidade: Credenciamento Nº 002/2021. Objeto: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS LIBERAIS DE NÍVEL SUPERIOR, PESSOA JURÍDICA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAIS DE SAÚDE, DESTE MUNICÍPIO, PARA PRESTAREM SERVIÇOS NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021, para os profissionais cuja relação se encontra no site da Prefeitura de Esplanada, no Diário Oficial Eletrônico (<https://www.esplanada.ba.gov.br/site/DiarioOficial>). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE 1302 - Projeto/Atividade: 2015 / 2018 / 2021 / 2081 - Elemento de Despesa: 3.3.90.36/ 33.90.39- Fonte de Recurso: 6102 / 0114 Valor Global: R\$ 572.760,48 (Quinhentos e setenta e dois mil setecentos e sessenta reais e quarenta e oito centavos). Em 15 de Março de 2021. José Naudinho Alves dos Santos, Prefeito Municipal.



BAHIA ATRAI R\$5,2 BILHÕES EM NOVOS INVESTIMENTOS

PROTOS O Governo do Estado assinou, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), 37 protocolos de intenções, no primeiro trimestre do ano, com a previsão de investimentos de R\$ 5,2 bilhões e a geração de 2,2 mil empregos diretos e 3 mil indiretos. Grande parte do investimento – mais de R\$ 4,8 bilhões – será direcionada para o interior, com a criação de 1,8 mil empregos diretos. Cerca de R\$ 4,5 bilhões serão investidos no setor de energia renovável.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 23/04/21	



GOVERNO DA BAHIA ASSINOU NESTE ANO PROTOCOLOS PARA INVESTIMENTOS DE R\$ 5,2 BILHÕES



admin 23 Abril, 2021

No primeiro trimestre deste ano, o Governo da Bahia assinou 37 protocolos de intenções, com previsão de investimentos de R\$ 5,2 bilhões e a geração de 2,2 mil empregos diretos e 3 mil indiretos. Conforme a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), 86% deles tem previsão de se instalar no interior do Estado, onde a grande parte do investimento será aplicado, mais de R\$ 4,8 bilhões, criando 1,8 mil empregos diretos.

“Apesar da pandemia, o trabalho por aqui não parou. Acredito que o ambiente de negócios saudável e a economia estável do Estado permitiram que continuássemos atraindo bons negócios. Destaco que a interiorização dos investimentos continua sendo uma prioridade para o governo baiano. Fechamos 2020 com 76% dos investimentos atraídos para o interior e agora apresentamos um balanço de primeiro trimestre com números que mostram a mesma tendência”, afirma o vice-governador João Leão, secretário da pasta.

O segmento de Eletricidade e Gás (Energias Renováveis) é o que mais contribui para a interiorização do desenvolvimento, que beneficia 42 municípios baianos, principalmente na região semiárida do estado. O setor nos empreendimentos atraídos e incentivados pelo Governo do Estado.

Dos R\$ 5,2 bilhões de protocolos assinados este ano, R\$ 4,5 bi são de renováveis. São 14 projetos de energia eólica, que preveem se instalar em Xique-Xique e Itaguaçu da Bahia. E seis de energia solar em Juazeiro. Juntos, os parques vão gerar 2,5 mil empregos indiretos durante a construção das usinas.

Este ano, sete empreendimentos entraram em operação, gerando um investimento de mais de R\$ 1 bilhão no estado e 390 novos postos de trabalho diretos. Mais uma vez renováveis liderou o processo com a entrada de cinco parques eólicos em operação e a implantação de uma linha de transmissão.

O estado tem um total de 438 empreendimentos incentivados que estão sendo acompanhados, com previsão de investir R\$ 71,2 bilhões e gerar 54,3 mil vagas de empregos diretos. 90 projetos são de Renováveis e eles serão responsáveis por 75% (R\$ 40,6 bi) do investimento. A previsão é que até 2022, 260 empreendimentos estejam implantados ou ampliados e injetem no estado R\$ 21,9 bilhões, gerando 19,6 mil empregos diretos.

Foto: Ascom/SDE

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 25/04/21	



BAHIA DEVE RECEBER 13 BILHÕES DE DOLÁRES EM INVESTIMENTOS EM MINERAÇÃO ATÉ 2025



admin 25 Abril, 2021

A mineração brasileira deve receber investimentos de US\$ 38 bilhões entre 2021 e 2025. A maior parte está prevista para ser realizada na Bahia, que deve receber aportes de US\$ 13 bilhões (35% do total) em 28 municípios. O valor é o de aportes previstos por mineradoras em 92 diferentes projetos espalhados nas áreas de influência de 81 municípios em diversos estados, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

Dados da entidade apurados junto às empresas que atuam no país apontam que, destes 92 projetos, 23 são relacionados à produção de bauxita e alumina; 11 a insumos para fertilizantes como fosfato e potássio; nove de cobre; nove de zinco; oito de ouro; quatro de níquel; dois de minério de ferro; e 25 de outros minerais. Em segundo lugar no ranking de investimento aparece Minas Gerais, com US\$ 11 bilhões (28%) em 11 municípios, seguido por Pará, com US\$ 9 bilhões (23%) em 13 cidades; e outros estados, onde estão previstos aportes de US\$ 5 bilhões (14% do total) em 29 municípios.

Para o presidente do Conselho do Ibram, Wilson Brumer, o investimento poderia ser ainda maior, já que o Brasil “ainda não conhece seu potencial mineral”. Ele insiste na necessidade de “conhecimento mais profundo de nossa geologia” e cita como resultado deste tipo de pesquisa aportes em projetos recentes como aqueles destinados à produção de insumos para o setor agrícola, “super importante para o Brasil”.

“Esta elevação no número de projetos e respectivos investimentos, entre outros fatores, fazem com que a mineração do Brasil seja um dos principais setores a gerar contribuições positivas para sustentar indicadores econômicos neste período marcado, principalmente, pela pandemia”, observou o Ibram em nota, acrescentando que “as informações referentes ao primeiro trimestre confirmam mais uma vez esta afirmação”.

Faturamento

A entidade se refere aos resultados do setor, que deve ter crescimento de 15% em tonelagem em relação a igual período de 2020. Outro indicativo do bom desempenho e da importância da mineração na economia brasileira foi o faturamento do setor minerário nos três primeiros meses do ano, que chegou a R\$ 70 bilhões. O valor representa aumento de 95% na comparação com os R\$ 36 bilhões registrados entre janeiro e março do ano passado. De acordo com o Ibram, o minério de ferro respondeu por 70% desse faturamento, o ouro por 11%, o cobre por 5% e a bauxita por 2%.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 24 e 25/04/2021	Página: 23

Tribuna

SE LIGUE

Primeira parcela do Bolsa Presença sairá dia 27

Os cartões do Bolsa Presença já estão sendo entregues nos colégios às famílias com cadastro no CadÚnico. A primeira parcela de R\$ 150 do programa para famílias com filhos matriculados na Rede Estadual de Ensino e em condição de vulnerabilidade socioeconômica será depositada no dia 27 de abril. O cadastro pode ser conferido nos sites www.educacao.ba.gov.br ou siadiante.educacao.ba.gov.br/bolsapresenca. Em caso de dúvidas, o responsável inscrito no CadÚnico deve entrar em contato com a Ouvidoria, através do telefone 0800 284 0011 ou pelo e-mail bolsapresenca@nova.educacao.ba.gov.br.

comunica @nova.educacao.ba.gov.br.

A ação prevê R\$ 280 milhões de reais em investimentos, com o pagamento de seis parcelas, para beneficiar 311 mil famílias e alcançar 357 mil estudantes. O objetivo é evitar o abandono escolar e contribuir para fortalecer o vínculo com a escola e o processo de ensino e aprendizagem. Segundo o secretário da Educação, Jerônimo Rodrigues, o programa se chama Estado Solidário e dentro dele, dentre as diversas ações do Estado Solidário, está o Bolsa Presença. "Ele tem o objetivo de assistência estudantil, para ga-

rantir que o estudante possa ter, com sua família, condições mínimas de frequentar, permanecer e fazer as atividades da escola", afirmou.

A estudante Taiane Santos Lopes, 18 anos, está fazendo o terceiro ano do ensino médio no Colégio Estadual Professor Carlos Barros, em Paripe. Ela mora com a mãe, o pai e um irmão, foi buscar o cartão e está grávida de nove meses. "Eu vou ter o neném agora no final do mês já, isso vai ajudar bastante. Eu vou usar com arroz, feijão, essas coisas de alimentação", afirmou.

Para o diretor-geral do

Colégio Estadual Professor Carlos Barros, Luciano Mello, o Bolsa Presença, vai levar benefícios para a comunidade. "O Governo do Estado tem feito esse apoio social, tem estado presente nas escolas e essa comunidade específica está sendo beneficiada com 303 cartões para Bolsa Presença. Vale salientar que esta ação não isenta os outros programas como a monitoria, como outros auxílios que essa família recebe. É um programa que vem e vai ser pago em seis parcelas, para que a família compre seu item alimentício, use na farmácia, em açougue, em padaria".

Veículo: Gov Bahia	
Data: 23/04/2021	



Primeira parcela do Bolsa Presença será depositada no próximo dia 27

23 abril 2021

Os cartões do Bolsa Presença já estão sendo entregues nos colégios às famílias com cadastro no CadÚnico. A primeira parcela de R\$ 150 do programa para famílias com filhos matriculados na Rede Estadual de Ensino e em condição de vulnerabilidade socioeconômica será depositada no dia 27 de abril. O cadastro pode ser conferido nos sites www.educacao.ba.gov.br ou siadiante.educacao.ba.gov.br/bolsapresenca. Em caso de dúvidas, o responsável inscrito no CadÚnico deve entrar em contato com a Ouvidoria, através do telefone 0800 284 0011 ou pelo e-mail bolsapresenca.comunica@nova.educacao.ba.gov.br.

A ação prevê R\$ 280 milhões de reais em investimentos, com o pagamento de seis parcelas, para beneficiar 311 mil famílias e alcançar 357 mil estudantes. O objetivo é evitar o abandono escolar e contribuir para fortalecer o vínculo com a escola e o processo de ensino e aprendizagem. Segundo o secretário da Educação, Jerônimo Rodrigues, o programa se chama Estado Solidário e dentro dele, dentre as diversas ações do Estado Solidário, está o Bolsa Presença. “Ele tem o objetivo de assistência estudantil, para garantir que o estudante possa ter, com sua família, condições mínimas de freqüentar, permanecer e fazer as atividades da escola”, afirmou.

A estudante Taiane Santos Lopes, 18 anos, está fazendo o terceiro ano do ensino médio no Colégio Estadual Professor Carlos Barros, em Paripe. Ela mora com a mãe, o pai e um irmão, foi buscar o cartão e está grávida de nove meses. “Eu vou ter o neném agora no final do mês já, isso vai ajudar bastante. Eu vou usar com arroz, feijão, essas coisas de alimentação”, afirmou.

Para o diretor-geral do Colégio Estadual Professor Carlos Barros, Luciano Mello, o Bolsa Presença, vai levar benefícios para a comunidade. “O Governo do Estado tem feito esse apoio social, tem estado presente nas escolas e essa comunidade específica está sendo beneficiada com 303 cartões para Bolsa Presença. Vale salientar que esta ação não isenta os outros programas como a monitoria, como outros auxílios que essa família recebe. É um programa que vem e vai ser pago em seis parcelas, para que a família compre seu item alimentício, use na farmácia, em açougue, em padaria”.

Repórter: Raul Rodrigues

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupootarde.com.br

INTERNET Leia mais sobre finanças no Portal A TARDE
 www.atarde.com.br/economia

PRISCILA DÓREA

Saber cuidar do próprio dinheiro é essencial, certo? Com ou sem crise econômica. A educação financeira é um aprendizado que se mostra útil por toda a vida e tem sido ensinada cada vez mais cedo. No Brasil, de acordo com o mapeamento feito em 2018 pela Associação de Educação Financeira (AEF-Brasil), houve um crescimento de 72% do número de iniciativas de educação financeira em relação ao mapeamento anterior, de 2013. Quase 90% das ações mapeadas são de instituições públicas de ensino.

“Essas iniciativas, que são tanto presenciais quanto remotas, têm impactado milhões de pessoas no país. Quando a gente capacita nossos professores e leva a educação financeira para a escola, as crianças voltam para casa com aquele saber, e assim não só a família, mas todo o entorno é beneficiado com esse conhecimento de alguma forma”, explica Cláudia Forte, superintendente da AEF-Brasil.

Para ela, atitudes e hábitos podem ser moldados e modificados, e quanto mais cedo aprendemos a lidar com o dinheiro de forma correta, maior a garantia de que teremos um adulto financeiramente consciente. “Por isso a educação financeira precisa chegar a todas as escolas, sobretudo as públicas. Só assim a nação será financeiramente educada, o assunto dinheiro não será mais um mito e todos irão planejar efetivamente seus futuros”, observa.

Saímos do colegial, ingressamos numa faculdade, entramos no mercado de trabalho e muitos de nós não têm noção de como administrar seus próprios recursos, afirma Juliana Barbosa (www.cifraoeducacao-financeira.com), economista, educadora financeira e fundadora da Cifrao Educação Financeira. “São muitas as pessoas que iniciam a vida adulta cheias de dívidas e sem entender de fato como ter uma relação saudável com o próprio dinheiro. É esse cenário que precisa ser mudado e irá acontecer através das nossas crianças”.

Mãe de Lucas, de 9 anos, e Davi, de 3, ela conta que já pratica educação financeira em casa. Inclusive, não faz muito tempo, o filho mais velho pagou boa parte do notebook que tem hoje, com o dinheiro que juntou por 2 anos. “Eles querem determinados brinquedos, videogames, viagens e questionam se podem ter, quanto custa, se é caro. Esse é o momento propício para ensinar de onde vem o dinheiro e que é preciso fazer boas escolhas ao longo do tempo”, explica.

Juliana conta que é abordada com frequência nas redes sociais por pais querendo saber como falar com os filhos sobre dinheiro e a idade ideal para dar mesada.



Arquivo pessoal
Juliana inicia Lucas, 9 anos, e Davi, 3, na educação financeira

INFÂNCIA Iniciativas na área cresceram nada menos do que 72%, de 2013 para 2018, quase 90% das ações mapeadas são de instituições públicas de ensino

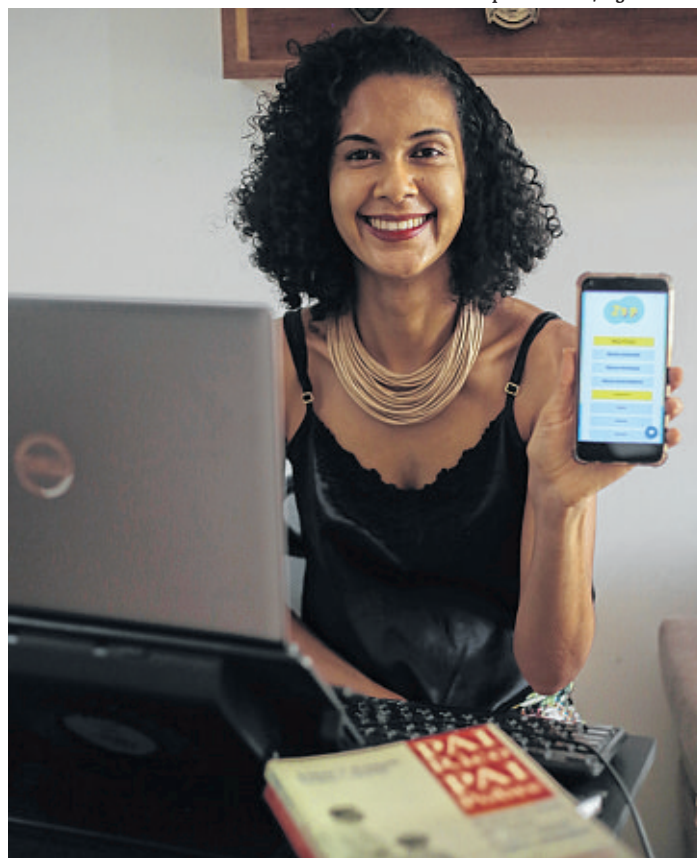
Educação financeira tem início cada vez mais cedo



Arquivo pessoal

Com histórias e jogos, Edval ensina os primeiros passos sobre finanças para Gigi

Raphael Muller / Ag. A TARDE



“É um tema urgente e que deve ser iniciado ainda na infância”

MARÍLIA REIS, CEO da Zupbank

“Como a demanda era muita, lancei um curso online para ensinar os pais a iniciarem a mesada na vida dos filhos. Esse é um excelente instrumento de educação financeira, pois ensina a criança a lidar com o dinheiro, fazer boas escolhas e a esperar o tempo certo para cada coisa, exercitando a paciência. Além de trabalhar a autoeficácia e desenvolver a capacidade de negociação”, aponta a educadora.

Para o economista, educador financeiro e criador do Projeto Escola – que ensina, com muitos artefatos lúdicos, finanças para crianças –, Edval Landulfo (www.landulfofinancas.com.br), o objetivo é oferecer às crianças orientações para o desenvolvimento de comportamentos financeiros saudáveis. “Eu na verdade sou um falastrão, contador de história. Então eu gosto, com adultos e crianças, de contar toda uma história, não vou falar somente do dinheiro, vou falar porque surgiu e como surgiu, tudo de uma forma lúdica”, ressalta.

Jogos e histórias

Usando anedotas, histórias, jogos de tabuleiro e até uma coleção de moedas de 1868 até 2018 em suas aulas, o economista, que diz sentir falta desse ‘brincar’ quando se ensina sobre dinheiro, já introduziu a educação financeira em casa com sua filha de 8 anos Giovanna, a Gigi. “Assim como a gente brinca, a prática é você ensinar pelo exemplo, porque é o que a criança mais absorve. As crianças necessitam de liberdade, mas com regras estabelecidas”, conta Edval.

Para ele é preciso gerar confiança e autonomia, e isso vem através de erro e acerto. “Não adianta ser casa de ferreiro espeto de pau. Tem que ser espeto de alumínio, de aço, de ferro, você realmente tem que trabalhar isso dentro de casa. Um bom exercício é você ensinar todos os dias através da repetição com diversão. A criança deve ter alguém para se inspirar, seja os próprios

O QUE ENSINAR EM CADA ETAPA

5 AOS 6 ANOS Já pode colocar para interagir com os vendedores na cantina da escola, mostrando que a compra acontece através de uma troca, de um meio de pagamento, que é o dinheiro

7 AOS 10 ANOS Já pode ter uma conversa mais aprofundada sobre o dinheiro. A origem, qual é a importância e explicar que ele não deve ser objetivo de vida, mas um meio de se ter algo que você goste

11 AOS 14 ANOS Como pré-adolescentes já podem participar de conversas sobre orçamento familiar dentro de casa, aprendendo como o lar funciona mesmo

FORTE: EDVAL LANDULFO, EDUCADOR FINANCEIRO

pais ou outra pessoa”, explica.

Formada em ciências contábeis e mestranda em gestão de tecnologias aplicadas à educação, a empreendedora Marília Reis é a CEO da startup Zupbank (@zupbank), um aplicativo sobre finanças direcionado a crianças. Marília conta que a ideia surgiu em março de 2020, em um evento sobre empreendedorismo feminino, onde ela conquistou o primeiro lugar e a oportunidade de dar continuidade ao projeto. A motivação? Perceber o quanto pessoas próximas sofriam por dificuldades financeiras.

“Comecei a perceber que isso tinha relação direta com comportamentos adquiridos muitas vezes no próprio ambiente familiar. Isso despertou o meu interesse pelo estudo das finanças comportamentais. Ensinar finanças influencia diretamente na sua capacidade de realização, autoestima e saúde mental. Então, é um tema urgente e que deve ser iniciado ainda na infância”, afirma.

A empreendedora ainda ressalta que uma sociedade com cidadãos financeiramente educados reflete isso nos seus índices de desenvolvimento social e econômicos. “Nós sabemos que a dependência financeira é um dos fatores críticos para a violência doméstica. A educação financeira pode ocorrer em casa, com gestos simples no dia a dia como uma lista de compras para o mercado, praticar o consumo consciente ou conversar sobre a compra de um presente de maneira muito leve e divertida”, explica.

Duas decisões simples para passar nos concursos (3)



Waldir Santos

Advogado da União, palestrante, professor e autor de livros sobre métodos de estudos para concursos

waldir@waldir santos.com.br
Instagram e Twitter: @waldirconcursos
Facebook.com/waldirconcursos

Finalizando o tema, e conforme anunciado, vamos detalhar as duas decisões que, se adotadas, irão levar o concorrente à aprovação. No texto anterior falamos sobre

a pressão decorrente da necessidade de se ter um emprego, e da motivação que advém do desejo de passar no concurso. Ocorre que necessidade e vontade todos têm, uns mais e outros menos, mas nem todos persistem nos estudos, e, entre os que persistem, nem todos seguem aprendendo.

Por outro lado, quem decide voltar a fazer concursos só dependerá concretamente de duas decisões simples. Fazer a inscrição e comparecer à prova. Após fazer a prova é que vêm a disposição, a vontade e a motivação

para estudar. Chega o momento em que o concorrente pensa, após a prova: “se eu tivesse dado ao menos uma lidinha na apostila, teria chance de ficar no cadastro de reserva pelo menos. Seria ótimo”. Este é o mais forte fator que pode lhe levar a estudar. E você só é alcançado por ele se tomar as duas decisões que eu sugeri.

Se a sua disposição para seguir esse caminho for insuficiente, é fácil perceber. Isso se manifesta pelo seguinte pensamento, nitidamente evasivo e muito fre-

quente: “de que adianta fazer a prova se não estou estudando?”. Muitos, no fundo, já sabem que devem, independentemente de se

Estude se sentir vontade. E busque essa vontade fazendo concursos

sentirem preparados ou não, fazer a prova, não pelos mesmos motivos de quem está começando, não com aquela ilusão dos iniciantes, mas como meio para conseguir disposição para estudar, ou seja, para fazer aquilo que já se sabe ser o mais importante. E aqueles que já têm experiência com concursos sabem que muita gente passa sem estudar especificamente para determinado concurso (mas não é isso que proponho). Os cursos, editoras e professores detestam que se diga isso, mas é a realidade. E várias

são as causas desse fenômeno. Podemos tratar disso em outro texto.

Podemos resumir, da seguinte maneira, a sugestão que estou oferecendo: abandone a luta dolorosa de tentar estudar contra a própria vontade. Não lute contra si ou os seus desejos, em nome de um objetivo. Todos querem ser felizes no agora. Estude se sentir vontade. E busque essa vontade fazendo concursos, já que adotar esse caminho é mais fácil que estudar. Com certeza a vontade de estudar virá, e, com ela, a aprovação.

AGRONEGÓCIOS

agronegocios@grupoatarde.com.br

Agro A TARDE

JOSÉ LUIZ TEJON



UMA VISÃO ABRANGENTE
SOBRE O AGRONEGÓCIO

atarde.com.br/colunista/atardeagro
tejon@grupoatarde.com.br

Agricultura rainha, agricultor rei

Quem diria, anos atrás era o Jeca Tatu do Mazzaropi. Hoje, salvando as contas externas brasileiras. Em meio à pandemia, o total da agropecuária cresceu 15,2% no valor bruto da produção, batendo o recorde de R\$ 1,192 trilhão, com a agricultura crescendo 19,3% e a pecuária, 7,6%.

Da mesma forma a agropecuária, o dentro da porteira, aumenta a importância e participação dentro do complexo agroindustrial, comércio e serviços do agronegócio.

Soja e milho tornam-se as culturas campeãs dos pro-

ços, o real desvalorizado, a China e a Ásia compradoras, atraem os agricultores de todas as demais culturas para o convidativo preço da saca multiplicado por três, quando há um ano atrás comparado. Os consumidores internos da soja e do milho não gostam nada disso, pois lá vem o impacto em toda a cadeia da proteína animal.

Pelo lado da pecuária, a carne bovina foi o grande crescimento, com 14% no faturamento. Então, aumenta no campo a busca da integração lavoura e pecuária. A dobradinha dos ótimos pro-

ços com acesso a mercados internacionais.

E temos frutas, hortaliças, cacau, café, açúcar e etanol, frangos e suínos, madeira,

láticos, citros, pescados, hortaliças, mandioca, trigo e algodão - sem esquecer dos frutos do sertão.

E você jovem brasileiro?

O agronegócio não chegou ao limite: vamos dobrar de tamanho em dez anos

São milhões de propriedades de agricultura familiar para integrar e se desenvolverem

Não ache que o agronegócio chegou ao limite. Muito ao contrário: vamos dobrar de tamanho nos próximos dez anos. Temos cerca de mais três milhões de propriedades de agricultura familiar pequenas para integrar e se desenvolverem com o cooperativismo; irão produzir, criar empregos e gerar riquezas. Vem por aí um mundo de gigantescas oportunidades com sustentabilidade.

Olhem para a Bahia com o olhar da transformação. Onde existem incômodos, ali iremos produzir solução.

Campo e cidade, agricultor e indústria, comércio e consumidor, uma só sociedade. Start ups de serviços digitais: juventude, capte todos os sinais! E que a educação da esperança disso se aproprie com biodiversidade e universidade.

Como canta a poetisa Juliana Linhares: "Eu não posso mudar o mundo, mas eu balanço o mundo". E se balançarmos o mundo no doce balanço baiano, vamos, sim, melhorar muito o mundo.

Se a agricultura é a rainha do Brasil, o agricultor é nosso rei. Vamos balançar e realizar.

LUÍSA CARVALHO*

A beldroega, espécie que nasce frequentemente sem cultivo em vários tipos de terreno, é considerada por muitos uma erva daninha e descartada das plantações. Mas a planta é uma hortaliça com propriedades medicinais que pode ser usada em saladas e chás. Assim como a beldroega, existem diversas hortaliças, frutas e raízes comestíveis pouco incorporadas à alimentação, elas são as Plantas Alimentícias Não Convencionais, conhecidas também como PANC.

A definição desse grupo de alimentos é vasta, com mais de 350 espécies catalogadas. "Envolve tudo que não é corriqueiro na nossa alimentação, que não está nas gôndolas dos grandes supermercados. E aí vai de hortaliças tradicionais em algumas regiões a frutas silvestres", define Geraldo Aquino, coordenador da Rede PANC Bahia e professor de Biologia na Ufba.

Por não serem amplamente conhecidas, as PANC têm seu potencial nutricional desperdiçado. "Existem dados mostrando que essas plantas são mais ricas em nutrientes do que as convencionais. A ora-pro-nobis, por exemplo, é uma planta riquíssima em proteínas", afirma Geraldo.

De acordo com pesquisa realizada pela Associação Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (ABTA), as folhas da major-gomes, planta considerada invasora e conhecida na região Nordeste como breudo, apresentam 100% a mais de ferro que vegetais mais utilizados a exemplo do espinafre.

Pratos dos brasileiros

Décadas atrás, as plantas alimentícias não convencionais estavam mais presentes nos pratos brasileiros. Isso foi alterado com a mudança de padrão alimentar a partir da globalização, que gerou diminuição do consumo de alimentos locais e regionais. O pesquisador da Embrapa na unidade Hortaliças Nuno Madeira afirma que resgatar as PANC é importante, principalmente, por conta das facilidades que elas proporcionam ao agricultor.

Devido à sua rusticidade, são adaptáveis a diferentes solos e climas. As nativas, geralmente, não demandam a compra de sementes. Apesar de responderem bem à adubação, elas nem sempre requerem esse processo. Além disso, não precisam de agrotóxicos ou ou-

AGRO De fácil cultivo e baixo custo de produção, as PANC têm mais de 350 espécies catalogadas, mas, ainda assim, são pouco consumidas pelos brasileiros

Plantas não convencionais geram renda para agricultores



Shirley Stolze / Ag. A TARDE

Vera diz que a resistência é uma das vantagens das PANC

Arquivo pessoal



Fátima Aparecida investe na diversidade da produção

tros produtos fitossanitários.

"Os produtores falam que está cada vez mais difícil produzir, que cada vez dá mais praga, cada vez a semente tá mais cara. E, do lado, tem um monte de comida nutritivamente muito mais rica e absolutamente adaptada e que pode vir a ser negócio", afirma Nuno.

A facilidade de cultivo dessas plantas é destacada pela agricultora Lucia de Oliveira, que já as produzia em seu sítio, na zona rural de Camaçari, ainda antes de conhecer o termo PANC. Ora-pro-nobis, vinagreira e serralha estão entre as espécies que mais saem da grande variedade que ela comercializa. A maioria nasceu espontaneamente em seu terreno.

A cultura quase não tem custo já que o processo de produção é simples. "Elas

são boas para cultivar. Com um solo com muita matéria orgânica, elas dão bastante e com boa qualidade. Eu cultivo durante o ano inteiro. Só algumas que não aguentam muito sol ou muita chuva, mas num geral são fáceis de produzir", diz Lucia.

Para a empresária Vera Martins, outro fator que simplifica o cultivo das PANC, é sua resistência, que torna a manutenção dessas plantas mais fácil e barata. Além disso, Vera observa que elas costumam interagir positivamente com as espécies ao redor. "Você nem precisa desmatar ou se desfazer de outras coisas para plantar elas. Pelo contrário, mantém a agroecologia mais forte", afirma.

Há cerca de 45 anos, Vera comercializa PANC no empório GRÃO, que hoje conta com três unidades em Salvador. O plantio de várias

espécies é feito no quintal de sua casa. A empresária é uma entusiasta do tema e divulgadora dos benefícios e vantagens das plantas não convencionais. "É incrível porque a cada dia você descobre mais coisas. Você vê quanta coisa boa que dá pra plantar e consumir e a gente ignorou por anos", diz.

Povos tradicionais

As plantas alimentícias não convencionais não costumam ser vegetais de monocultura e, geralmente, fazem parte da cultura de pequenos produtores e de povos tradicionais. Por se adequar a diversos ambientes, seu cultivo é mesclado com a produção de espécies convencionais. As PANC podem ser uma boa alternativa para o agricultor que busca diversificar sua produção e apresentar opções mais variadas e distintas das dos concorrentes.

Foi do desejo de produzir algo que não estivesse no mercado local, que Messandro Costa chegou às PANC. O agricultor, que também trabalha na área de tecnologia da informação, mas pretende em breve ser produtor em tempo integral, comercializa raízes alimentícias não convencionais, como inhame-roxo, mangarito e tupi-nambor.

Algumas espécies são nativas da sua fazenda em Candeias. Outras ele busca de diferentes regiões. Por se tratar de raízes, a produção tem um pouco mais de dificuldade. A cadeia é maior e às vezes as plantas de outros lugares não se adaptam ao solo do recôncavo baiano. Messandro já encontrou espécies que desconhecia em seu terreno e passou a comercializá-las depois de identificadas como comestíveis.

Assim como Messandro, Fátima Aparecida Mendonça, lavradora em Mucugê, preza pela diversidade em sua produção. Entre o que cultiva, o maior destaque é o arroz-vermelho. A cultura desse tipo menos popular de arroz está em sua família há gerações. Foi passado a ela pelos pais.

Rico em nutrientes, o arroz-vermelho tem um preço maior que o arroz branco por conta da sua produção mais trabalhosa. Mas isso não o impede de ser bastante atrativo. Aparecida conta que o interesse é constante entre os moradores da região e também por pessoas que vêm de fora.

* SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA CASSANDRA BARTELO

ESPECIAL OLHAR CIDADÃO

DENUNCIE: 71 3340-8991 (Cidadão Repórter) 71 99601-0020 (WhatsApp)

Bancos

EM BUSCA DE DIMINUIR CUSTOS E PRESSIONADAS PELA CONCORRÊNCIA DOS BANCOS DIGITAIS, AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS TRADICIONAIS TÊM AMPLIADO O FECHAMENTO DE AGÊNCIAS EM MEIO AO AVANÇO NA DIGITALIZAÇÃO DURANTE A PANDEMIA. NA BAHIA, O MAIOR TEMOR É EM RELAÇÃO AO BANCO DO BRASIL, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA COM MAIOR CAPILARIDADE NO INTERIOR. A UNIÃO DOS MUNICÍPIOS DA BAHIA (UPB) E PREFEITURAS TÊM ACIONADO DEPUTADOS E SENADORES PARA TENTAR EVITAR A DESINSTALAÇÃO DE 26 AGÊNCIAS.

AGÊNCIAS FECHADAS CAUSAM PREOCUPAÇÃO



RODRIGO AGUIAR E THIAGO CONCEIÇÃO

Intensificado pela pandemia, o fechamento de agências bancárias tem mobilizado prefeituras, sobretudo de pequenos municípios, preocupadas com os efeitos sociais do encerramento das atividades. Entre as possíveis consequências do fechamento das agências, os gestores municipais citam prejuízos a aposentados e servidores públicos, além do desaquecimento da economia local.

Recentemente, o maior temor é em relação ao Banco do Brasil, instituição financeira com maior capilaridade no interior. Em janeiro, o banco anunciou um plano de fechamento de 361 agências em todo o país. Na Bahia, seriam afetados pelos menos 26 municípios.

Em Itagi, a agência do BB só conta atualmente com um funcionário, mas todas as operações principais já foram transferidas para uma unidade física em Jequié, cidade localizada a 50 km, informa o prefeito Olival Andrade. Acompanhado do deputado federal Arthur Maia, ele já foi duas vezes na presidência do Banco do Brasil, em Brasília.

Já em Lajedo do Tabocal, a agência está funcionando de forma precária, mas com data de fechamento prevista para 17 de maio, segundo o prefeito Marquinhos Sena. "É a única agência de banco no município, onde temos a folha salarial dos servidores da prefeitura e a grande maioria dos aposentados recebe seus vencimentos", afirma. O maior temor, acrescenta o prefeito, é de que a maioria dos habitantes comece a realizar os seus gastos no município onde passará a sacar dinheiro.

O prefeito de Lagoa Real, Pedro Cardoso, relata que, além da agência do BB, a cidade só conta com um posto de atendimento do Bradesco, insuficiente para grande parte dos serviços. "São aposentados, pessoal da agricultura que toma empréstimo, funcionários da prefeitura, comércio. A agência mais próxima fica a 60 km, em Caetitê", afirma. Para tentar evitar o fechamento da agência — atualmente em reparo depois de um assalto — Cardoso já chegou a enviar um ofício para a Presidência da República. Ele diz confiar na possibilidade de novas diretrizes no banco sob o comando de Fausto Ribeiro. André Brandão deixou a presidência do Banco do Brasil em março — o plano de fechar agências e o programa de demissão anunciados por Brandão no começo do ano teriam desagradado o presidente Jair Bolsonaro. A agência do Banco do Brasil da Avenida Getúlio Vargas, em Feira de Santana, é uma das unidades que po-

dem ser fechadas. O secretário de Desenvolvimento Econômico da cidade, Sebastião Cunha, afirma que a saída do BB é uma situação para ser lamentada e diz esperar que o projeto de reposicionamento de negócios do banco ocorra de forma planejada. "De um modo geral, as instituições bancárias estão revendo o portfólio de negócios, principalmente com a crise econômica ge-

rada pela pandemia", explica Cunha.

Para João Santos, cliente do BB e morador de Feira de Santana, a saída de uma agência não prejudica apenas a disponibilidade física para operações bancárias, mas dificulta o apoio do Estado para quem depende de funções sociais como o saque do Bolsa Família e os benefícios de aposentadoria. "Por ser contra o que con-

sidero a redução da participação do Estado, sou contra o fechamento de agências bancárias", conclui.

Procurado, o BB informou que "entrou em período de silêncio, por conta da divulgação do balanço trimestral no início de maio e não comenta o assunto". Segundo a instituição, as mudanças anunciadas em janeiro "envolvem adaptações na rede de aten-

dimento em 361 municípios, com o encerramento das suas unidades em alguns municípios do país".

"O BB ressalta que manterá sua presença em todos eles, seja com outras unidades próprias já existentes, em 221 municípios, seja com correspondentes bancários 'Mais BB', nos demais", completou. O banco não forneceu informações regionalizadas.



Banco do Brasil anunciou reestruturação em janeiro

Fernando Bizerra / Agência Senado

No plano apresentado pelo último presidente do BB, é previsto o fechamento de 361 agências em todo o país

Entre as cidades baianas afetadas, estão Itagi, Lajedo do Tabocal, Lagoa Real e Feira de Santana, entre outras

CNM LIDERA MOBILIZAÇÃO PARA BB REVER FECHAMENTOS

RODRIGO AGUIAR E THIAGO CONCEIÇÃO

No dia 15 de abril, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e entidades municipalistas participaram de uma reunião virtual com o Banco do Brasil para discutir o fechamento de agências em todo o país. A União dos Municípios da Bahia (UPB) tem acionado deputados e senadores.

Representante da UPB na reunião, o advogado Isaac Newton alega que, sem posto bancário, se frustra a natureza ou a condição de cidade. "A gente está orientando os prefeitos a fazer um documento que mostre a importância da agência, e a UPB está fazendo uma luta imensa com as lideranças

políticas do estado", diz o consultor jurídico.

O presidente da UPB, Zé Cocá, afirma que solicitou um levantamento do custo-benefício das agências "para provar que elas não dão prejuízo". "No interior muita gente ainda faz muitos saques. É preciso primeiro quebrar essa cultura. O ideal é reduzir a circulação de dinheiro em espécie, mas isso não vai acabar hoje ou amanhã. É importante ter uma transição", argumenta.

Para Leonardo Viana, presidente do Sindicato dos Bancários de Vitória da Conquista e região, a saída de agências bancárias dos municípios do interior impacta no financiamento ao agronegócio e apoio ao pequeno

comerciante local. "Nessas cidades, a agricultura familiar conta com o financiamento e apoio do BB, em especial para transações que são feitas presencialmente. No caso do pequeno comerciante, geralmente elas atuam com maquinetas que estão conectadas com contas físicas, sendo necessário a realização de saques que são feitos com o apoio das agências", diz Viana.

Febraban

Por meio de nota, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) afirmou que "a decisão de abrir ou fechar um posto de atendimento é tomada pelos bancos individualmente com base na respectiva estratégia de negócio".

SINDICATO CRITICA "DESMONTE E GANÂNCIA"

RODRIGO AGUIAR

Em busca de diminuir custos e pressionadas pela concorrência dos bancos digitais, as instituições financeiras tradicionais têm ampliado o fechamento de agências, em meio ao avanço na digitalização durante a pandemia.

O Bradesco fechou em todo o país 1.083 agências entre dezembro de 2019 e dezembro de 2020 — dessas, 400 deixaram de funcionar entre setembro e dezembro do ano passado. No mesmo intervalo de um ano, o Itaú Unibanco fechou 167 agências físicas e postos de atendimento. Ambos os bancos informaram que não divulgarão recortes regionais. A Caixa Econômica Federal não se manifestou. A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) também disse não possuir dados regionais. "De acordo com a última edição da Pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária, o número de agências em operação no Brasil tem se mantido estável ao longo dos últimos anos. Na comparação entre 2018 e 2019, último dado disponível, houve crescimento no total de postos de atendimento: de 37,8 milhões para 38,2 milhões", afirmou a entidade.

"Temos verificado nos últimos anos uma redução muito grande do número de trabalhadores bancários e também o fechamento de centenas de agências. Uma boa parte desse movimento tem sido por conta do desmonte dos bancos públicos e a outra pela ganância dos bancos, especialmente os privados, que tem buscado potencializar seus lucros reduzindo seus custos fixos com a manutenção de agências, o que é inaceitável para o setor mais lucrativo da economia nacional", critica o vereador Augusto Vasconcelos, presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia.

Sobre o fechamento das agências do Banco do Brasil na Bahia, o dirigente sindical afirma que o processo causa "mais sobrecarga de trabalho, mais dificuldades para o atendimento à população e também prejuízos para a economia". "As cidades que têm agências fechadas ou os bairros onde essas unidades têm o funcionamento encerrado sofrem muito. O comércio é prejudicado e há diminuição da oferta de crédito", aponta.

Ulisses Dumas / Divulgação / 02.08.2019



"No interior ainda se faz muitos saques. É preciso primeiro quebrar essa cultura"

ZÉ COCÁ, presidente da UPB

Levi Vasconcelos



ANÁLISE POLÍTICA,
FATOS E CAUSOS

atarde.com.br/colunista/levivasconcelos
colunalevi@gmail.com

E João Santana com Ciro Gomes, o marketing dá a volta por cima?

João Santana, o Patinhas, jornalista baiano que dividiu com Duda Mendonça, de quem é amigo, o top do sucesso internacional do marketing político, vai fazer a campanha de Ciro Gomes. São as estrelas do marketing de volta à cena?

Patinhas, que foi marqueteiro de Lula e Dilma, passou um perrengue com a Lava Jato, foi preso, mas convém a ressalva: até então o marketing político era o mesmo rigorosamente para todos, com dinheiro farto, pago de todas as formas, em malas cheias, às vezes cada um

enfiando o seu na cueca. E nesse cenário, o bom era quem contratava e pagava. Alguns, que apareciam na mídia como vestais da pureza, carregavam a pecha de caloteiros. Foi nesse embalo que a Universidade Católica do Salvador (UCSal) criou uma pós em marketing político, nós na clientela.

PAZ E AMOR — Nos bons tempos discutia-se qual era a melhor estratégia, com Duda na tese de que não precisava bater, e daí nasceu o Lulinha

paz e amor, e Patinhas na outra ponta, bradando que a porrada faz parte do jogo.

No fim, os dois venceram. Chegou-se à conclusão de que cada caso é um caso e o paz e amor caía bem, como era o caso de Lula, para quem a vida inteira foi pauleira total. Mas com outros personagens, a questão teria que ser observada e o marqueteiro decidia a opção, vezes amor, vezes porrada, também em doses calculadas. Seja como for, Patinhas com Ciro dá consenso: é casamento de pólvora com gasolina.

Picuinhas à parte, a duplicação da BR-101 é obra muito esperada

O deputado federal Paulo Azi, que é o presidente do DEM na Bahia e amigo de ACM Neto, vai para a inauguração do trecho da BR-101 entre Teodoro Sampaio e Alagoinhas amanhã?

Azi sempre foi ardoroso defensor do projeto, que governo a governo vem sendo feito aos pedaços, mas lá vão estar o ministro Tarcísio Freitas (Infraestrutura), o padrinho da vez, e o também ministro João Roma, que pinta no cenário como arau-

to de Bolsonaro na Bahia. Dizem que DEM e PT não vão, mas picuinhas políticas à parte, Joaquim Neto, prefeito de Alagoinhas, que era DEM e mudou para o PSD, diz que vai 'institucionalmente'.

— Esse trecho começou com Temer e agora termina. É uma necessidade histórica, principalmente para a logística. Alagoinhas é um grande entreposto comercial e também somos produtores de cerveja para todo o Nordeste e norte de Minas.

Leão não passa aperto

A propósito dos remédios do kit intubação que chegaram para o Ministério da Saúde com os rótulos em mandarim, a língua oficial da China, alguém perguntou a João Leão, vice-governador:

— Leão, você que anda muito na China, já aprendeu a falar mandarim?

— Não e nem precisa. Lá na China em cada esquina tem uma loja do McDonald's. E hot-dog e coca-cola lá e cá são a mesma coisa, ninguém passa fome.

Will Shutter / Câmara dos Deputados / 09.07.2019



João Santana, o marqueteiro de Dilma volta com Ciro

POLÍTICA COM VATAPÁ

Medida certa

Conta Sebastião Nery que em 1961 Jânio Quadros renunciou à Presidência, e instalou um mar de incertezas no país. A UDN, a ultra-direita da época, impôs: só aceitaria a posse do vice João Goulart, o Jango, se fosse num regime parlamentarista. Criou-se a celeuma.

Último de Carvalho, deputado mineiro, estava em Rio Pomba explicando aos correligionários que o PSD resolvera aceitar a posse de Jango num regime parlamentarista. Um correlegionário interrompeu:

- Dr. Último, nesse novo regime o Jango nomeia?
- Nomeia.
- Demite?
- Demite.
- Prende?
- Prende.
- Solta?
- Solta.
- Empresta dinheiro em banco?
- Empresta.
- Então aceite que está bom demais.

Jango aceitou, depois fez um plebiscito para volta ao presidencialismo, ganhou, mas não levou. Os militares o derrubaram em 1964.

Centro de Convenções e rodoviária serão vendidos

Um Projeto de Lei a ser enviado pelo governo baiano à Assembleia pede autorização para a venda de imóveis situados na capital e interior. Na lista de imóveis em Salvador estão a rodoviária, o Detran e o Centro de Convenções.

Segundo fontes do governo, o valor adquirido com a venda dos imóveis será integralmente alocado no Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos da Bahia (Funprev).

A iniciativa visa diminuir o histórico déficit previdenciário da Bahia, do qual Rui Costa tanto se queixa, que cresce a galope. O governo bate sucessivos recordes de concessão de aposentadorias. É o efeito do pessoal que entrou até 1988, pouco antes do concurso passar a ser obrigatório.

"Você não faz idéia do que vai acontecer até virar a página..."

Sidney Sheldon

Toda **segunda-feira** tem conteúdo novo nas plataformas do **Grupo A TARDE.**



www.atarde.com.br

Acompanhe!



Castra ratos

Prefeitura de Salvador, por meio da Prefeitura Municipal de Saúde, realiza a castração dos ratos, que é de grande valia para a cidade. A Prefeitura chamou a atenção para a importância de não deixar os ratos que se reproduzem livremente na cidade. A castração não é com anestesia, mas com um método que não causa dor aos animais. A castração é feita em um ambiente adequado e seguro.



SALVADOR Sindicato de professores da rede pública é contrário à medida até que os profissionais estejam vacinados

Aulas presenciais serão retomadas nas redes pública e particular no dia 3 de maio

RODRIGO AGUIAR

A prefeitura de Salvador anunciou a retomada das aulas nas redes pública e particular no dia 3 de maio. Entidade sindical dos professores da rede pública, a APLB é contrária ao retorno das atividades nas unidades de ensino até que sejam vacinados contra a Covid-19 todos os profissionais da Educação. O presidente do sindicato, Rui Oliveira, anunciou uma paralisação na data prevista para a volta à aulas e ameaça greve em todo o estado.

Já são imunizados trabalhadores deste segmento com idades entre 55 e 59 anos. “Não podemos comprometer três anos letivos. Se não retomarmos as aulas em maio, haverá impacto no calendário de 2022. Precisamos sair dessa inércia e dar um passo além. Os professores que estão fazendo trabalho remoto sabem que, na prática, o aprendizado não é o mesmo”, afirmou o prefeito de Salvador, Bruno Reis (DEM).

Pelo planejamento da prefeitura, os alunos serão divididos em grupos, frequentando as escolas em dias alternados – na segunda, quarta e sexta em uma semana e na terça e quinta na semana seguinte, para assegurar carga horária igual para todos os estudantes. Nos dias que não forem à escola, os alunos realizarão atividades não presenciais, como aulas online ou transmitidas pela TV, estudos dirigidos e atividades impressas.

O ano letivo das escolas municipais terá 256 dias, divididos em quatro unidades de 64 dias cada. Depois de reunião com o sindicato, o prefeito ressaltou que o ritmo de vacinação dos trabalhadores está condicionado à chegada de mais doses dos imunizantes e disse que tem recorrido ao governo federal e ao Consórcio Nacional de Vacinas das Cidades Brasileiras (Conectar).

“Não dá para assegurar a imunização de todos os trabalhadores da Educação. Por isso, faço um apelo para que os professores tenham a consciência de que não dá para ficar parado. Não é justo ficarmos no mesmo cenário do ano passado”, argumentou o chefe do Executivo soteropolitano.



Felipe Iruatã / Ag. A TARDE

Prefeitura quer formar grupos de alunos para que possam frequentar as aulas presenciais em dias alternados

Escolas explicam protocolos

Entre segunda e a próxima sexta (30), as escolas municipais estarão abertas à visitação. Responsáveis pelos alunos poderão ir às unidades conversar com dirigentes sobre a retomada das aulas. Na semana de acolhimento, já haverá a adoção de protocolos, com prioridade de visitação para alunos da educação infantil e 1º ano do ensino fundamental; horários distintos de entrada e saída por grupo; turnos especiais de no máximo duas horas para cada grupo, no turno ou contra turno de matrícula do aluno.

Na volta às aulas, haverá organização de horários de acesso, para evitar aglomerações, diretrizes para as áreas comuns (como salas de aula e salas administrativas),

exigência do uso de copos/garrafas individuais ou descartáveis em bebedouros, assim como de kits individuais em lanchonetes, refeitórios e restaurantes.

Estado

As secretarias estaduais da Educação (SEC), da Saúde

Escolas municipais estarão abertas à visitação de pais e responsáveis

(Sesab) e de Relações Institucionais (Serin) se reuniram ontem com representantes de municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS) e do Recôncavo Baiano para discutir os dados epidemiológicos, protocolos de segurança nas escolas e a vacinação dos profissionais da Educação.

“Estamos aqui para apresentar os dados que mostram a realidade da Bahia. Queremos contribuir para que os municípios possam ficar alertas em relação à segurança de estudantes, professores e profissionais da Educação, tomando suas próprias decisões ou em conjunto com o estado”, afirmou a subsecretária da Saúde, Tereza Paim.

“Mesmo não considerando o momento para um retorno presencial, acredito que temos que trabalhar em conjunto para que estejam prontos na hora certa, e esta parceria com o estado é muito importante”, declarou a prefeita de Lauro de Freitas, Moema Gramacho, presidente do Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região Metro Recôncavo Norte.

Também participaram do encontro o prefeito de Candeias, Dr. Pitágoras, o prefeito de Camaçari, Antônio Elinaldo, os secretários municipais de Salvador Marcelo Oliveira (Educação) e Leo Prates (Saúde), e o chefe de gabinete da SEC, Cezar Lisboa, entre outros.

Apenas seis municípios já vacinam pessoas com SD

TÁCIO CALDAS

Na Bahia, apenas seis dos 417 municípios já incluíram pessoas com necessidades especiais nos cronogramas de vacinação, e há previsão de mais quatro cidades começarem nos próximos dias. Salvador se antecipou ao calendário estadual e é uma das seis cidades que já imunizam.

As associações que atuam em defesa das pessoas com necessidades especiais têm lutado pela sua inclusão entre os grupos prioritários para vacinação, uma vez que, por terem baixa imunidade, correm risco de ter agravadas as consequências da Covid-19.

De acordo com a médica geneticista e responsável técnica da Saúde da Apae Salvador, Helena Pimentel, pessoas com Síndrome de Down justificam esse privilégio.

“No ponto de vista da saúde eles já tem a prioridade. A pessoa com SD, principal-

mente as mais velhas, têm mais problemas de saúde. O risco de doença grave e de morte é maior de qualquer outra pessoa”, destacou Pimentel, que salienta ainda que a situação se agrava devido a questões comportamentais, já que este público não consegue verbalizar o que sente da mesma forma que as pessoas que não têm o mesmo problema.

O presidente da Feapaes-BA, Nerciso Batista, destaca que a falta de vacinas para este público é uma “situação complicada”. “É preocupante. Acho que algumas cidades não começaram a vacinar por falta de imunizantes. Nós temos uma resolução que estabelece, no estado da Bahia, os critérios para a vacinação contra a covid-19 e nela está lá determinado quando começa a vacinação. Dentro daquele cronograma, cabe a todos os municípios efetua-

rem a imunização”, ponderou Batista, que reforça a necessidade de se priorizar este público, que tem uma imunidade abaixo do normal.

“Faleceu ontem, na cidade de Ruy Barbosa, uma menina com Síndrome de Down, uma pessoa muito alegre. Isso é dolorido para a família, para nós que lida-

mos com eles, para os seus professores e cuidadores, e isso acontece porque ela não foi imunizada. A vacinação diminuiria muito essas ocorrências”, afirmou o presidente da Feapaes-BA. Até o fechamento desta edição não obtivemos retorno no contato com a prefeitura da cidade de Ruy Barbosa, in-

terior da Bahia, para maiores esclarecimentos.

Vacinação

Na Bahia, Ipirá, Jequié, Luiz Eduardo, Maragojipe, Paulo Afonso e Salvador foram as cidades que tomaram a dianteira nesse processo de vacinação de pessoas com Síndrome de Down. Devem



Adilton Venegeroles / Ag. A TARDE

John Rocha recebeu a 1ª dose na sede da Apae, na Pituba

se juntar a esse grupo nos próximos dias as cidades de Correntina, Gandu, Ilhéus e São Francisco do Conde.

Nova classificação

A adequação do cronograma de vacinação do estado da Bahia ocorreu após uma solicitação da Defensoria Pública. A Secretaria Estadual da Bahia (Sesab) incluiu as pessoas com Síndrome de Down – que seriam vacinadas na fase 4 - na fase 3 de vacinação, a próxima a ser iniciada, junto pessoas com outras comorbidades.

“Recebemos a notícia com satisfação. É muito importante o estado reconhecer esse público como prioritário. Esperamos que a vacinação comece o quanto antes”, diz a coordenadora do núcleo especializado na Proteção aos Direitos Humanos, Lívia Almeida.

SOB SUPERVISÃO DA JORNALISTA HILCÉLIA FALCÃO

Foco na ciência e sem pressões

Secretário diz que vacinação de grupos prioritários é baseada em decisões "técnicas"

Da redação

REPORTAGEM

correio24horas@redabahia.com.br

A Comissão Intergestores Bipartite da Bahia (CIB) divulgou nota, sábado passado (24), através do site da secretaria de Saúde da Bahia (Se-sab), contestando a matéria "Torre de Babel da vacina: com doses em falta, funil para fila tem critérios pouco claros", publicada na edição deste fim de semana do CORREIO. O comunicado também foi repostado pelo secretário de Saúde, Fábio Vilas-Boas, através de suas redes sociais. Fábio também é o atual coordenador da CIB.

De acordo com a nota "o princípio elementar que guia as decisões da CIB é e sempre foi técnico, em essência, baseado nas ciências da saúde". E afirma que a "CIB sempre se moveu pelo interesse maior do usuário do sistema de saúde, jamais permitindo-se permear por quaisquer pressões, sejam elas de ordem social, econômica ou política". "Na condição de guardiães do SUS na Bahia, os integrantes da CIB reiteram seu compromisso com o trabalho isento, imparcial e honesto, na defesa da saúde pública baiana", acrescenta a nota.

O CORREIO destaca que, como informado na matéria, buscou por 10 dias o posicionamento do CIB, mas sem sucesso.

Através de sua assessoria de imprensa, o secretário de Saúde justificou a inclusão de psicólogos, fisioterapeutas e fonoaudiólogos no grupo de prioridades, pois alguns deles fazem parte do quadro de funcionários de hospitais. "As unidades de saúde enviaram o nome de cada um dos imunizados e aqueles que atuavam de modo autônomo, como os médicos, fizeram uma declaração. Se fazia necessário ainda apresentar os seguintes documentos: carteira do conselho de classe mais cópia do último Imposto de Renda,

ou comprovante atualizado de pagamento do ISS, contrato de Pessoa Jurídica ativo ou última nota fiscal. A vacinação é nominal. Caso isso tenha ocorrido, isso é uma exceção dentre as mais de 2,2 milhões de pessoas que foram vacinadas com a primeira dose", afirmou ele sobre os casos de profissionais vacinados mesmo sem fazer parte da "linha de frente".

O secretário ainda reiterou que a decisão dos grupos prioritários foi tomada em consenso por todos os 417 municípios da Bahia.

TORRE DE BABEL

Na matéria em questão é questionada a formação da fila de prioridades da hora da vacinação. Um dos principais pontos abordados é o que coloca determinada profissão na frente de outra na hora de receber a imunidade. A reportagem cita o caso de um fisioterapeuta que, apesar de não atuar na "linha de frente", já se imunizou contra a covid-19. Enquanto isso, atendentes de supermercado, que têm contato direto com milhares de pessoas diariamente, ainda seguem sem previsão de vacina.

Na nota divulgada pela CIB, eles citam "critérios técnicos", mas não explicam como esses cálculos são feitos para evitar situações como a descrita no parágrafo acima. Outros gru-

Mais de 2,2 milhões de pessoas, em todo o estado, já foram vacinadas com a primeira dose

pos também são abordados na matéria. Soropositivos, por exemplo, fazem parte do grupo de risco e comorbidades da Organização Mundial da Saúde, mas seguem sem previsão.

"O Plano Nacional de Imunização prevê que as pessoas com HIV e Aids sejam vacinadas na Fase 1. Agora, acredito que a partir de maio, por determinação da CIB (Comissão Intergestores Bipartite), seja iniciada a vacinação de pessoas com HIV e Aids acima de 18 anos", prevê a coordenadora do Grupo de Apoio à Prevenção à Aids da Bahia (Gapa), Gladys Almeida.

Outras profissões também buscam um lugar ao sol. Entre elas está a Associação das Profissionais do Sexo da Bahia (Aprosba) que solicitou diversas reuniões com o governo do estado para que garotas de programa entrem neste funil, mas não foram atendidas. "A gente trabalha com o corpo, grudado, não tem distanciamento pra gente. Somos prioridades, mas acho difícil essa possibilidade de sermos incluídas", analisa a coordenadora da Aprosba, Fátima Medeiros.

É bom lembrar que os critérios internacionais para a formulação do grupo prioritário não avaliam índole, crime ou profissão. O foco é no risco e exposição eminente. Justamente por isso os presos estão entre as prioridades. Num sistema prisional superlotado como o brasileiro, não é possível fazer qualquer distanciamento social. A não ser que solte todo mundo. Então, para evitar que este grupo prisional sofra com consideradas mortes por conta da covid-19, entra na prioridade, independentemente dos crimes cometidos.

"É preciso pensar em salvar vidas, primeiramente. Não é de cada pessoa, mas de grupos populacionais mais expostos", explica a epidemiologista Glória Teixeira, professora do Instituto de Saúde Coletiva da Ufba. Ela defende a obrigação de ter uma fórmula justa de prioritários, diminuindo as mortes e grupos que podem desenvolver um quadro grave da doença. O problema é que não tem vacina para todo mundo.

REFLEXÕES

No Instagram do CORREIO, leitores também se mostraram confusos acerca dos critérios utilizados. "Excelente reflexão! Pessoas que não fazem parte do grupo de risco ou que não trabalham na linha de frente estão recebendo a vacina", aponta Izabella Saback.

"Desde o início da vacinação falo isso! Era para começar com as equipes de saúde que trabalham na linha de frente! Saiu vacinando todo mundo da saúde! Era para começar com idosos e pessoas com comorbidades! Agora algumas categorias profissionais querem se priorizar frente as outras! Infelizmente não temos vacinas para todos ainda! Nada mais justo do que vacinar quem tem mais risco", critica Mariana Granato.

●● A decisão dos grupos prioritários foi tomada em consenso por todos os 417 municípios da Bahia

Fábio Vilas-Boas

Secretário de Saúde

●● É preciso pensar em salvar vidas, primeiramente. Não é de cada pessoa, mas de grupos populacionais mais expostos

Glória Teixeira

Epidemiologista e professora do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (Ufba)

ARISSON MARINHO/ARQUIVO CORREIO





Sem recursos, Censo pode sair só daqui a dois anos

ORÇAMENTO O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, informou nessa sexta-feira (23) que o Orçamento de 2021 não traz recursos para realização do Censo Demográfico e que, portanto, a pesquisa será adiada. "Não há previsão orçamentária para o Censo. Portanto, ele não se realizará em 2021. As consequências e gestão para um novo Censo serão comunicadas ao longo deste ano, em particular em decisões tomadas na Junta de Execução Orçamentária", declarou.

O IBGE divulgou uma nota para os servidores do órgão informando que a publicação da Lei Orçamentária de 2021 sem a recomposição do orçamento original de R\$ 2 bilhões para o Censo inviabilizou a operação censitária este ano. O Censo deveria ter ido a campo em 2020, mas acabou adiado por conta da pandemia.

Dos R\$ 2 bilhões previstos para o Censo, apenas R\$ 71 milhões foram aprovados pelo Congresso Nacional no mês passado. No entanto, o orçamento sancionado e publicado no Diário Oficial da União, traz um veto do presidente Jair Bolsonaro que reduz esse valor para cerca de R\$ 53 milhões, o que inviabiliza até os preparativos para o levantamento ir a campo em 2022, afirma o sindicato nacional dos servidores do IBGE, o Assibge.

"Primeiro que não vai ter censo este ano, mas com o dinheiro que está disponível não vai



O Censo deveria ter ido a campo em 2020, mas acabou adiado por conta da pandemia

ter nem no ano que vem. Porque precisa de dinheiro para os preparativos, como a atualização do cadastro de endereços, que não pode ser feita por causa da pandemia. Tem que fazer licitação para compra de equipamentos, que precisa ocorrer com antecedência. O cenário que parece no horizonte é que não vai ter censo", alertou Roberto Olinato, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

Os recenseadores contratados como trabalhadores temporários por IBGE deve-

“O que assusta é o descaso com que o Ministério da Economia tratou esse Censo. Não houve nenhuma manifestação de defesa do Censo”

Roberto Olinato
Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia

riam visitar os cerca de 71 milhões de domicílios brasileiros a partir de agosto deste ano. As informações recolhidas servem de base, por exemplo, para o rateio do Fundo de Participação de estados e municípios. As informações também são essenciais para políticas de saúde, como a necessidade de alocação de profissionais e equipamentos para atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e planejamento de políticas educacionais.

Por lei, o Censo deve ser realizado a cada dez anos. O último ocorreu em 2010.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,4968	R\$ 5,4973
Dólar Turismo	R\$ 5,487	R\$ 5,66
Euro turismo	R\$ 6,573	R\$ 6,863

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	120.530,06	0,97%

POUPANÇA

24/4/2021	0,1190%
-----------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

INFLAÇÃO

	Março	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,93%	2,05%	6,10%
INPC/IBGE	0,86%	1,96%	4,57%
IGP-M/FGV	2,94%	8,26%	31,10%

EDUCAÇÃO

R\$ 2,7

bilhões foram bloqueados do Ministério da Educação no Orçamento 2021. No total, o governo bloqueou R\$ 9,3 bilhões de diferentes órgãos. O Ministério da Saúde, responsável pelas ações contra a pandemia, não teve nenhuma verba represada

Governo zera verbas, e obras de 200 mil casas serão paralisadas

HABITAÇÃO O veto do presidente Jair Bolsonaro ao Orçamento de 2021 deixou praticamente zerada a verba para dar continuidade às obras da faixa 1 do Minha Casa, Minha Vida, rebatizado pelo governo de Casa Verde e Amarela. Houve um corte de R\$ 1,5 bilhão nas despesas que estavam reservadas ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), que banca as obras do

faixa 1 do programa habitacional, voltada às famílias de baixa renda.

Segundo apurou a reportagem, cerca de 200 mil unidades habitacionais devem ter obras paralisadas a partir de maio, uma vez que sobraram apenas cerca de R\$ 27 milhões para tocar o programa.

A tesourada chamou a atenção do próprio Ministério do Desenvolvimento Regional

(MDR), que executa a política, porque R\$ 1,37 bilhão dessas despesas estavam previstas na proposta orçamentária encaminhada pelo governo em agosto do ano passado. Na classificação técnica, eram gastos discricionários do próprio Poder Executivo, ou seja, não vinham de emendas parlamentares.

Valores que haviam sido injetados via emendas também

foram vetados, mas originalmente o MDR não contava com esses recursos. Eles também eram menos significativos: R\$ 5 milhões em emendas de comissão e R\$ 135 milhões em emendas de relator.

Descrentes com o veto, fontes da pasta têm tratado a questão como "algum erro", dado que é inviável dar continuidade às obras com apenas R\$ 27 milhões.

SILVA E LUNA DIZ QUE VAI MANTER VENDA DE ATIVOS

PETROBRAS Ao oficializar a sua entrada na presidência da Petrobras, há uma semana, o general da reserva Joaquim Silva e Luna fez um discurso para o conselho de administração dizendo pouco sobre questões centrais para a empresa, como o futuro das privatizações. Segundo fontes, o general quer prosseguir com o programa de venda de ativos, mas não chegou a detalhar como fará isso. Boa parte de sua fala foi focada na importância do corpo técnico e na intenção de valorizar os trabalhadores.

Mesmo em seu discurso de posse, o tema foi tratado superficialmente. Num evento virtual, aberto ao público, o militar reiterou o foco em ativos mais rentáveis e produtivos, de "classe mundial". Esse é o termo usado pelo corpo técnico da Petrobras para tratar dos campos mais valiosos do pré-sal, sobretudo Búzios, na Bacia de Santos.

Aos conselheiros, Silva e Luna não deu mais informações sobre quais áreas de exploração e produção de petróleo pretende manter. Também não adiantou como vai tratar o programa de venda de refinarias, embora tenha reafirmado a sua continuidade. Até mencionou a intenção de prosseguir com o plano estratégico elaborado pela gestão anterior e também de priorizar a venda das plantas.

Silva e Luna não adiantou como vai tratar o programa de venda de refinarias, embora tenha reafirmado a sua continuidade

ISAC NOBREGA/PR



“Queremos avançar na modernização do Mercosul. Permitir velocidades diferentes para quem está mais preparado”
Paulo Guedes

Ministro da Economia

CABIFY ANUNCIA SAÍDA DO BRASIL E CULPA A PANDEMIA

APLICATIVO A startup espanhola Cabify anunciou nessa sexta-feira (23) que irá encerrar sua operação no Brasil a partir do próximo dia 14 de junho. Em comunicado a clientes, a empresa disse que a saída foi uma "decisão de rentabilidade" e afirmou que a persistência da pandemia no país dificultou a criação de valor dos seus serviços de carona compartilhada.

Rival do Uber, a Cabify oferecia seu serviço de transporte no Brasil desde 2016. Os outros mercados em que a empresa atua, porém, continuarão ativos – hoje a startup opera na Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Espanha, México, Peru e Uruguai.

Em nota, a empresa afirmou que, em países da América Latina e na Espanha, os índices de recuperação pré-pandemia chegaram a 75% no fim de 2020 e a demanda chegou a 100% neste ano. A Cabify não revelou como foi o desempenho no Brasil.

"Todos os motoristas parceiros, passageiros e empresas que utilizam seus serviços no País foram devidamente informados, e a Cabify tem transmitido sua gratidão pela confiança depositada na empresa nos últimos cinco anos. A empresa continuará atenta às necessidades e oportunidades futuras de mobilidade neste mercado", declarou a startup, em nota.

Fundada em Madrid, a Cabify encontrou no Brasil um mercado competitivo, com companhias como o Uber e a 99



Tarifa de energia tem reajuste médio de 8,98%

CUSTO DE VIDA A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou, na última quinta-feira (22), um reajuste médio de 8,98% na conta de luz dos consumidores atendidos pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba). Para os clientes de alta tensão, como os industriais, o aumento médio será de 12,28%. Já para os comerciais e residenciais, atendidos em baixa tensão, o reajuste será de 7,82%. Os consumidores classificados como baixa renda, o impacto será menor: de 6,05% de alta.

As novas tarifas já entraram em vigor para 6,1 milhões de unidades consumidoras localizadas no estado da Bahia, mas o consumidor só irá perceber essa variação nas faturas rece-

As novas tarifas já entraram em vigor para 6,1 milhões de unidades consumidoras localizadas na Bahia

bidas no mês de maio. Segundo a agência reguladora, contribuíram para o reajuste os valores relativos aos encargos setoriais, influenciados pelo pagamento do empréstimo da conta-Covid, os custos de transmissão e o aumento nos custos de aquisição de energia.

Em nota, a Coelba informa que na composição da tarifa, a parte que compete à distribuidora apresenta o menor impacto. Do valor cobrado na fatura, 35% são destinados para pagar os custos com a compra e transmissão de energia. Os tributos (encargos setoriais e impostos) continuam tendo uma grande participação nos custos da tarifa de energia elétrica, representando 34% do total.

A distribuidora fica 31% do valor pago pelos consumidores baianos para cobrir os custos de operação, ma-

nutenção, administração do serviço e investimentos. Isso significa que, para uma conta de R\$ 100, por exemplo, R\$ 31 são destinados efetivamente à empresa para operar, manter e expandir todo o sistema elétrico do estado.

A empresa informou ainda que aplicou mais de R\$ 1,6 bilhão em obras de expansão, manutenção e automação do sistema elétrico em 2020. A implantação das novas tecnologias repercutiu no serviço fornecido aos mais de seis milhões de usuários. Nos últimos 12 meses, o índice que afere a duração média de interrupção por clientes (DEC) alcançou a inédita marca de 11,77 horas. A empresa também quebrou outro recorde em março, atingindo um DEC mensal de 0,83 horas, o menor já registrado na série histórica do mês.

BAHIA ATRAI R\$5,2 BILHÕES EM NOVOS INVESTIMENTOS

PROTOCOLOS O Governo do Estado assinou, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), 37 protocolos de intenções, no primeiro trimestre do ano, com a previsão de investimentos de R\$ 5,2 bilhões e a geração de 2,2 mil empregos diretos e 3 mil indiretos. Grande parte do investimento – mais de R\$ 4,8 bilhões – será direcionada para o interior, com a criação de 1,8 mil empregos diretos. Cerca de R\$ 4,5 bilhões serão investidos no setor de energia renovável.

MINERAÇÃO

227

milhões de toneladas foi a produção comercializada do setor mineral no Brasil no primeiro trimestre deste ano, com aumento de 15% na comparação com o mesmo período de 2020. De janeiro a março de 2021, o setor faturou R\$ 70 bilhões

Top of Mind divulga vencedores da 26ª edição

PREMIAÇÃO O prêmio Top of Mind divulgou os resultados da sua 26ª edição – pela primeira vez, a pesquisa aconteceu de maneira digital. A premiação contempla as marcas mais lembradas pelo consumidor soteropolitano. A cerimônia de entrega dos prêmios vai acontecer em data ainda não definida.

Os vencedores já foram comunicados. A premiação é realizada pela MKT Consult e perguntou aos soteropolitanos quais eram suas preferências em 50 categorias. Cinco marcas ficaram acima de 50% na lembrança na mente do consumidor de Salvador. O ranking é liderado pela Tigre, primeira na cate-

goria Tubos e Conexões, com 73,1%. Em seguida vieram Brasilgás (com 61,9% em Gás de Cozinha); Tio João (com 58% em Arroz); Sorveteria da Ribeira (com 57,5% em Sorveteria); e Indaiá (com 56,4% na categoria água).

A lista de premiados pode ser consultada em www.topofmindsalvador.com.br/.

ANS - nº 005711
ANS - nº 421715

Almeida



bradesco
saúde



Com a telemedicina da Bradesco Saúde, você faz consultas médicas sem sair de casa.



Escaneie o QR Code ao lado e baixe o app Bradesco Saúde no seu smartphone.

bradescosauade.com.br



Central de Relacionamento: 4004 2700 | 0800 701 2700 | SAC – Serviço de Atendimento ao Consumidor: 0800 727 9966 | SAC – Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800 701 2708 | Ouvidoria: 0800 701 7000
As informações e as imagens contidas neste material são indicativas. Os direitos e as obrigações das partes encontram-se nas Condições Gerais do produto contratado. Todos os serviços estão sujeitos a limites e especificações estabelecidas no contrato. A Bradesco Saúde não comercializa planos individuais. Bradesco Saúde S/A – CNPJ: 92.693.118/0001-60. Lei nº 12.741/12 sobre tributos incidentes. PIS: 0,65%; COFINS: 4,00% e IOF: entre 0% e 7,38%. Apurados e recolhidos nos termos da legislação aplicável. Bradesco Saúde Operadora de Planos de Saúde S/A – CNPJ: 15.011.651/0001-54. Lei nº 12.741/12 sobre tributos incidentes. PIS: 0,65%; COFINS: 4,00% e ISS: 2%. Apurados e recolhidos nos termos da legislação aplicável.

Projeto Pátria Voluntária gasta mais que arrecada

PRIMEIRA-DAMA Lançado há quase dois anos, o programa Pátria Voluntária segue firme nas redes sociais da primeira-dama Michelle Bolsonaro, que coordena a iniciativa. No mundo real, porém, o programa praticamente não recebe novas doações desde julho do ano passado. Dados do próprio governo mostram que o Pátria Voluntária gastou até agora mais com propaganda do que destinou em doações.

Até março deste ano, o governo empregou R\$ 9,3 milhões para divulgar o Pátria. Foram R\$ 9,39 milhões

em publicidade e mais R\$ 359 mil para manter no ar o site do programa. Já as doações feitas por empresas privadas e pessoas físicas que o programa repassou às entidades que atendem pessoas carentes estão em R\$ 5,89 milhões. A maior parte foi transformada em cestas básicas. O programa parou de arrecadar no momento em que mais da metade dos domicílios brasileiros enfrentam algum grau de insegurança alimentar em consequência da pandemia da covid-19.

No total, 15 dos 23 minis-

tros participam do conselho que define, por meio de chamamento público, as entidades que irão receber as doações. As atas das reuniões mostram, contudo, que eles costumam enviar assessores para represen-

A internet também teve destaque no plano de mídia do Pátria Voluntária. Foram R\$ 2,4 milhões para divulgação online. Só no Google foram R\$ 436 mil investidos.

ta-los. Desde maio de 2020, o colegiado só se reuniu três vezes. A última foi no dia 23 de fevereiro, diz a Casa Civil.

A divulgação do Pátria Voluntária está a cargo da agência carioca Artplan, uma das principais prestadoras de serviço do governo federal. A produção dos materiais em si consumiu uma parte pequena do dinheiro: R\$ 1,1 milhão. O grosso da verba publicitária do programa presidiado pela primeira-dama Michelle Bolsonaro foi para a compra de espaços de mídia. A maior beneficiada foi a Rede Re-

cord de TV e rádio, com R\$ 1,38 milhão.

Os gastos do governo com a campanha do Pátria Voluntária ultrapassam outras campanhas. Para divulgar a importância de combater o mosquito Aedes Aegypti, o governo usou R\$ 2 milhões, em 2020. Para a "conscientização das famílias sobre os riscos de exposição de crianças na internet" o montante foi de R\$ 1,9 milhão; já para falar sobre o "cuidado precoce" contra a covid-19 foram cerca de R\$ 6 milhões, segundo a Secretaria de Comunicação do governo.

Presidente Jair Bolsonaro presta condolências pela morte de Levy Fidelix

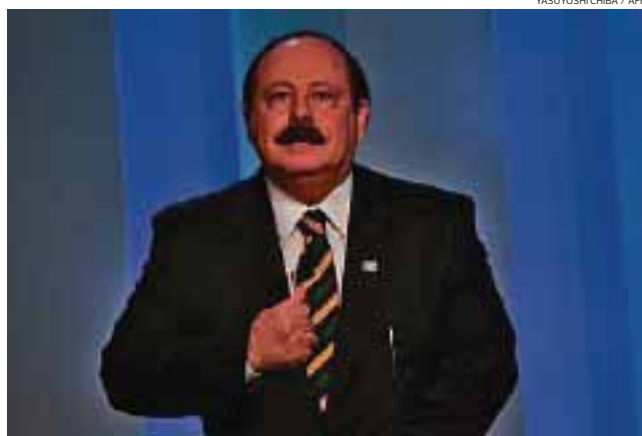
LUTO O presidente Jair Bolsonaro prestou condolências pela morte do político Levy Fidelix, presidente nacional do PRTB, em sua página oficial no Facebook. "Expresso meus sinceros pésames aos familiares e rogo a Deus que o receba", disse o presidente, neste fim de semana.

Mais cedo, o vice-presidente Hamilton Mourão, filiado ao PRTB, também se manifestou sobre a morte de Fidelix no Twitter. "O movimento conservador brasileiro perde um dos seus principais representantes".

Fidelix morreu na última sexta-feira à noite, em São Paulo. Ele estava internado desde março em um hospital privado na capital paulista. A causa da morte não foi oficializada, mas há informações de que o político lutava contra a covid-19.

Também conhecido como "candidato do Aoretrem", Fidelix começou sua carreira política em 1986, quando fundou o PL (Partido Liberal) e disputou as eleições para deputado federal por São Paulo.

Levy Fidelix participou da corrida presi-



Levy Fidelix morreu na última sexta-feira. A causa da morte do político ainda não foi oficializada

dencial nas eleições gerais de 2010 e 2014. Nesta última, ficou conhecido por suas participações nos debates entre candidatos transmitidos pela TV, que, em vários momentos, renderam declarações polêmicas, principal-

mente falas de cunho homofóbico. Também foi o pleito em que teve sua votação mais expressiva, recebendo mais de 440 mil votos, o equivalente a 0,43% dos votos válidos. Levy deixa sua esposa e uma filha.

YASUYOSHI CHIBA / AFP

LIMINAR

10

dias é o prazo para a União apresentar o Plano Nacional de Comunicação para enfrentamento da covid-19, como consta na liminar do Ministério Público Federal (MPF). Entre as resoluções, a União deverá atualizar e informar diariamente a situação de risco da pandemia e orientar a população com base no cenário.

CASA CIVIL SE PREPARA PARA CPI DA COVID-19

ACUSAÇÕES A Casa Civil da Presidência da República elaborou uma lista com 23 acusações e críticas ao desempenho do governo federal no combate à pandemia que devem ser alvo de investigação e questionamento de senadores na CPI da Covid-19.

Entre as acusações estão negligência do governo na compra de vacinas; minimização da gravidade da pandemia e ausência de incentivo à adoção de medidas restritivas para reduzir o contágio pela doença; promoção de tratamento precoce contra a Covid sem comprovação científica; e a militarização do Ministério da Saúde.

O documento foi revelado pelo portal "UOL", por meio do colonista Rubens Valente. De acordo com a reportagem, ele foi encaminhado a 13 ministérios, que deveriam enviar respostas até a última sexta-feira. Em nota, a Casa Civil informou que a medida teve objetivo de levantar dados e informações que serão usados pelo governo para responder aos questionamentos da CPI.

Instalada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, a CPI da Covid tem a primeira reunião prevista para ocorrer amanhã.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2021. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE / OBJETO: Registrar Preços para futura aquisição de Material Permanente e de Consumo para atender as diversas secretarias e setores do município de Prado - BA, tais como eletrônicos, móveis, suprimentos de informática e equipamentos hospitalares, dados complementares no Anexo I do Edital. Data e horário: 06 de Maio de 2021 às 09:00. Local: Sala de Licitações e Contratos do Município de Prado, Prefeitura Municipal de Prado, na Rodovia Prado/Itamaraju Km 01, Prado - BA. Informações: no endereço supra mencionado ou pelo Tel. (73) 3021-1124 no horário 08:30 às 14:00. Edital disponível no portal oficial www.prado.ba.gov.br. Prado, 23 de Abril de 2021. Andre Dornelas Alves Danieli. Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACÁS
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2021 O Pregoeiro do Município de Maracás - BA, realizará licitação nº 968R04 - Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2021, no dia 06/05/2021 às 08:30h, para Contratação de pessoa jurídica para prestar serviços de recarga de cartuchos, tonner e tinta, destinados para manutenção da Prefeitura e suas secretarias, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital. Edital disponível nos sites: www.maracas.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Maiores informações T.(73)3533-2121 - ANTONIO LUIZ NUNES GOMES - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL VITORINO-BA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2021PE
O município de Manoel Vitorino publica a realização de Pregão Eletrônico no dia 06 de maio de 2021, às 08:30h, para Contratação de empresas do ramo para aquisição de peças e prestação de serviço a serem destinadas à manutenção dos veículos da frota municipal. 26 de abril de 2021. Jamille Carvalho de Queiroz Ribeiro - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA - BA
Pregão Presencial nº 011/2021
O MUNICÍPIO DE IBITIARA / BA, juntamente com o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE nos termos da Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93 e demais legislações correlatas, torna público que no dia 06 de MAIO de 2021 às 09h00min, fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial do Tipo Menor Preço Por Lote. Objeto: aquisição de medicamentos, materiais penso e outros de uso hospitalar, conforme especificações constantes no anexo I. Maiores informações junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, pelo telefone Fone (77) 3647-2151. Divulgação dos demais atos do certame - Diário Oficial: http://pmbitibaara.dofem.com.br/ Manoel L. Gomes. Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANHAQUÁ - BA
ERRATA DE AVISOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021PE
PROCESSO Nº 068/2021
Início da sessão de disputa eletrônica: 04/05/2021 às 09:30min.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL E DERIVADOS DE PETRÓLEO destinados a atender as necessidades das Secretarias que compõem a Administração Pública Municipal de TANHAQUÁ.
A Prefeitura Municipal de Tanhaquá, através da Secretaria Municipal de Saúde, pela Comissão Setorial de Licitação, devidamente autorizada pela decreto 019/2021, torna público para conhecimento dos interessados, ERRATA ao Edital do Pregão Eletrônico 004/2021PE, onde lê-se, RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS de 22/04/2021 a partir das 08:00 até 04/05/2021 às 09h15min; lê-se RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS de 22/04/2021 a partir das 08 h até 05/05/2021 às 13h00min; lê-se RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS de 23/04/2021 a partir das 08:15 h até 05/05/2021 às 13h00min. Maiores informações e consultas com a Presidente e Comissão Setorial de Licitação no HORÁRIO ÚNICO de 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00, pelo e-mail: tanhaquilicacao@gmail.com
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2021PE
PROCESSO Nº 067/2021

CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRÁ/BA
AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021
Para registro de preços nº 003/2021 - O Pregoeiro da Câmara Municipal de Vereadores de Ipirá/BA, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de readequação do termo de referência com vistas a uma melhor adequação a realidade da Câmara Municipal e para melhor atender ao interesse público e da administração, resolve REVOGAR em todos os seus termos, por interesse público e da administração, o processo licitatório tombado sob o nº. 003/2021. Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 003/2021, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos (sem motorista e sem combustível), por regime de quilometragem livre, para atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Ipirá, conforme especificações constantes do Termo de Referência do Edital. Ipirá/BA, em 23 de abril de 2021. Ailton Oliveira Alves Junior - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANHAQUÁ - BA
ERRATA DE AVISOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021PE
PROCESSO Nº 068/2021
Início da sessão de disputa eletrônica: 04/05/2021 às 14:00min.
OBJETO: registro de Preços para futura e eventual aquisição Gêneros Alimentícios, merenda escolar e materiais de limpeza, para atender a demanda de diversas secretarias.
A Prefeitura Municipal de Tanhaquá, através da Secretaria Municipal de Saúde, pela Comissão Setorial de Licitação, devidamente autorizada pela decreto 019/2021, torna público para conhecimento dos interessados, ERRATA ao Edital do Pregão Eletrônico 006/2021PE, onde lê-se no dia e 22/04/2021 a partir das 08 h até 05/05/2021 às 13h00min; lê-se RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS de 23/04/2021 a partir das 08:15 h até 05/05/2021 às 13h00min. Maiores informações e consultas com a Presidente e Comissão Setorial de Licitação no HORÁRIO ÚNICO de 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00, pelo e-mail: tanhaquilicacao@gmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2021 - PA Nº 0491/2021 Sessão - dia 10 de maio de 2021 às 08h30min. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento parcelado de blocos, telha cerâmica e agregados (Pó de pedra, Brita 0, Brita 3/8 e Pedra Bruta), para atender o Município de Senhor do Bonfim - BA. Local da Disputa: https://emunicipio.com.br/pmsb/pregoeletronico/index.php. Informações com a Comissão Permanente de Licitações, das 8:00 às 12:00, pelo e-mail copel.pmsb@hotmail.com, ou pelo tel. (74) 3541-8726. Alfredo Reis Mulungu - Pregoeiro. Publique-se.
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2021 - PA Nº 0492/2021 Sessão - dia 10 de maio de 2021 às 15h00min. Objeto: Contratação de empresa para aquisição de Pneus para atender a demanda frota das diversas Secretarias e Fundos da Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim - BA. Local da Disputa: https://emunicipio.com.br/pmsb/pregoeletronico/index.php. Informações com a Comissão Permanente de Licitações, das 8:00 às 12:00, pelo e-mail copel.pmsb@hotmail.com, ou pelo tel. (74) 3541-8726. Alfredo Reis Mulungu - Pregoeiro. Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANHAQUÁ - BA
ERRATA DE AVISOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021PE
PROCESSO Nº 068/2021
Início da sessão de disputa eletrônica: 04/05/2021 às 14:00min.
OBJETO: registro de Preços para futura e eventual aquisição Gêneros Alimentícios, merenda escolar e materiais de limpeza, para atender a demanda de diversas secretarias.
A Prefeitura Municipal de Tanhaquá, através da Secretaria Municipal de Saúde, pela Comissão Setorial de Licitação, devidamente autorizada pela decreto 019/2021, torna público para conhecimento dos interessados, ERRATA ao Edital do Pregão Eletrônico 008/2021PE, onde lê-se no dia e 22/04/2021 a partir das 08 h até 04/05/2021 às 13h00min; lê-se RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS de 23/04/2021 a partir das 08 h até 04/05/2021 às 13h00min; lê-se RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS de 23/04/2021 a partir das 08:15 h até 04/05/2021 às 13h00min. Maiores informações e consultas com a Presidente e Comissão Setorial de Licitação no HORÁRIO ÚNICO de 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00, pelo e-mail: e-mail tanhaquilicacao@gmail.com

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 26/04/2021	Página: 02

Tribuna

Emendas

Correu na última sexta-feira, na Bahia, que a Polícia Federal estaria de olho na lista de parlamentares campeões de emendas ao Orçamento da União. O interesse seria saber para onde serão destinadas e de que forma seus recursos serão aplicados. Esta coluna não conseguiu confirmar se a informação é verdadeira, mas o buxixo de sexta deixou muita gente preocupada.

Notícia boa!

Pela primeira vez desde 2007, de acordo com o Banco Central, em 2021 o Brasil deve registrar superávit no balanço de pagamentos, fechando o ano em cerca de US\$70 bilhões, bem acima dos US\$53 bilhões inicialmente previstos. O fato tem passado despercebido pela mídia do centro-sul.

Em 20 anos, Câmara gasta R\$ 6,4 bi com cota parlamentar

ESTADÃO CONTEÚDO

Entre 2001 e 2021, a Câmara dos Deputados gastou R\$ 6,4 bilhões, em valores corrigidos, com a cota parlamentar - a verba que cada parlamentar federal tem para reembolsos como aluguel de carros, combustível, passagens aéreas, alimentação, contratação de serviços, entre outros. No período de duas décadas, as despesas somadas equivalem ao orçamento executado (R\$ 6,5 bilhões) em 2020 pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), durante a pandemia global do novo coronavírus.

Criada em meio a uma pressão para o aumento salarial dos deputados em Brasília, a reserva desses recursos para reembolsar parlamentares gerou um efeito cascata no País. Ainda no início dos anos 2000, as Assembleias Legislativas dos 26 Estados e do Distrito Federal criaram normas para as verbas indenizatórias ou cotas parlamentares com o objetivo de financiar o exercício do cargo. Câmaras Municipais espalhadas pelos 5.570 municípios brasileiros também surfaram na onda e adotaram o ressarcimento de gastos.

No Congresso, o uso de dinheiro público para esta finalidade motivou recorrentes denúncias de desvio e irregularidades nestes últimos 20 anos. O dinheiro que cada um dos 513 deputados pode gastar varia de acordo com o Estado pelo qual ele foi eleito. A

cota mensal atual oscila de R\$ 30,8 mil (Distrito Federal) até R\$ 45,8 mil (Roraima). Somente nos três primeiros meses de 2021, a Câmara desembolsou R\$ 32,2 milhões com a cota parlamentar. Os dados das despesas com a cota são da própria Câmara, por meio de sua assessoria de imprensa.

Em julho do ano passado, o Estadão revelou que deputados da base governista e da oposição transformaram a divulgação da atividade na Câmara num negócio privado. Eles recorreram a empresas contratadas com dinheiro da verba de gabinete e assessores pagos pela Casa para gerir canais monetizados no YouTube, com vídeos que arrecadam recursos de acordo com o número de visualizações. Dias após a publicação da reportagem, um ato da Mesa Diretora proibiu deputados de usarem o dinheiro da cota parlamentar para contratar serviços que gerem lucro na internet.

Em 2017, o uso irregular da verba levou o Ministério Público Federal (MPF) a apresentar à Justiça 28 denúncias contra 72 ex-deputados por envolvimento na chamada "farra" das passagens aéreas.

As acusações formais foram pelo crime de peculato (desvio de dinheiro público). Quando presidiu a Câmara pela segunda vez, entre 2009 e 2010, o ex-presidente Michel Temer (MDB) limitou o uso de passagens para os próprios deputados ou seus assessores.

Tribuna

Cortes do Orçamento aumentam risco de apagão na máquina pública

ROSANA HESSEL, CORREIO BRAZILIENSE

O Orçamento de 2021 foi finalmente sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro, privilegiando a política em detrimento de despesas com a máquina pública que podem custar caro aos brasileiros. O corte de R\$ 29,1 bilhões em emendas parlamentares e despesas não obrigatórias por meio de vetos e bloqueios ajudaram a apaziguar os ânimos da base aliada, mas não resolverá os problemas das contas públicas deste ano.

O quadro não é nada animador, segundo dados da Nota Técnica 47 da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal,

divulgada, ontem. A entidade alerta para o aumento do risco de apagão da máquina pública, prejudicando serviços para a população.

Conforme o levantamento feito pelos economistas Felipe Salto, Daniel Couri e Pedro Henrique Souza, analisando os cortes na Lei Orçamentária Anual (LOA) deste ano e as atuais projeções fiscais do governo, as despesas discricionárias do Poder Executivo, atingiram "o menor nível da série", de R\$ 74,6 bilhões.

Para os economistas da IFI, o risco de shutdown será uma ameaça constante ao longo do ano e não deve parar apenas com o cancelamento do Censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

"O que nossa nota fez

foi mostrar os dados fiscais após os cortes no Orçamento, de um lado, e as áreas afetadas, com detalhamento dentro de cada ministério, de outro. A situação é bastante preocupante. Ainda que tenha diminuído o risco de romper o teto de gastos, aumentou o risco de shutdown. E essa paralisação da máquina não acontece de uma hora para outra. Ela já está acontecendo. O caso emblemático é o do Censo do IBGE. Mas, como este, poderá haver muitos", alertou Felipe Salto, diretor-executivo da IFI.

As despesas discricionárias são aquelas que podem ser cortadas no Orçamento, mas são fundamentais para o funcionamento da máquina pública. Para a sanção da LOA, o presidente vetou R\$ 19,8 bilhões em

emendas parlamentares (R\$ 11,9 bilhões) e em supressão de despesas discricionárias (R\$ 7,9 bilhões). Além disso, bloqueou R\$ 9,3 bilhões de gastos não obrigatórios do Executivo via decreto de contingenciamento. Com esses cortes, considerando os demais Poderes, as despesas discricionárias prevista na LOA ficaram em R\$ 84,4 bilhões, e, incluindo as emendas parlamentares, passaram para R\$ 101,1 bilhões.

Ao ser questionado na sexta-feira (23) durante a breve entrevista sobre a LOA de 2021, o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, descartou o risco de shutdown no funcionalismo e, ao mesmo tempo, anunciou o cancelamento do Censo neste ano. Logo, não convenceu.

Tribuna

Semana inicia com passagem de ônibus mais cara em Salvador

CLEUSA DUARTE
REPORTER

Salvador está passando pelo processo 'despertar da pandemia'. Após definir o retorno das aulas presenciais já a partir do dia 3 de maio, a Prefeitura Municipal (SMS) anunciou o reajuste da tarifa da passagem de ônibus. E fiquem atentos porque, a partir de hoje, segunda (26) o usuário vai pagar R\$0,20 a mais, o que significa que para entrar no transporte precisará de R\$4,40. O reajuste foi de 4,76%.

Então, o estudante ou trabalhador que sai seis vezes na semana vai pagar a mais semanalmente, R\$2,40. No fim do mês, será um acréscimo de R\$9,60. Com isso, o

trabalhador ou estudante sair de segunda a sábado (ida e volta) vai precisar desembolsar R\$211,20. Anteriormente desembolsava R\$201,60.

A estudante de pré-vestibular Gabriela Paiva reclama, "eu moro na Paralela e estudo na Pituba, além de ônibus cheios vou pagar mais caro em plena pandemia, justo quando nossos pais estão se desdobrando para segurar emprego ou trabalhando dobrado para obter uma renda maior".

A cozinheira Dulcinéia Santos desabafa, "ninguém tem dinheiro e ainda o transporte sobe, parece pouco, mas não é. Eu cozinho e levo as encomendas para meus clientes de ônibus muitas vezes. Estou pagando para trabalhar".

O último reajuste aconteceu em março de 2020, quando a tarifa passou a custar R\$4,20. A prefeitura explica que o reajuste anual, previsto em contrato com as concessionárias que operam o transporte público em Salvador, deveria ter acontecido desde março deste ano. Porém, em razão da pandemia, aliado ao processo de intervenção em uma das bacias (CSN), a prefeitura optou por adiar o reajuste da tarifa.

O aumento, segundo a gestão municipal, foi autorizado principalmente em função do acréscimo de insumos básicos para a operacionalização do serviço, em especial o preço do óleo diesel, que ultrapassou 20% nos últimos meses.

De acordo com a prefeitura de Salvador, a análise



Foto: Romildo de Jesus

TRANSPORTE

Em meio à crise, população vai ter que desembolsar R\$ 4,40 pela passagem

para definição do valor da tarifa foi realizada pela Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços Públicos de Salvador (Arsal).

O cálculo é feito de acordo com as variações do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do preço do diesel e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (ÍPCA) no período de 12 meses entre o último reajuste e o mês anterior ao da revisão tarifária.

"A prefeitura buscou adiar este reajuste o máximo possível por entender se tratar de um momento delicado para toda a população. Porém, esse déficit poderia agravar ainda mais a crise vivida no transporte público, levando inclusive a um colapso do sistema, o que não podemos permitir que aconteça", explica o secretário de mobilidade, Fabrizzio Müller.

O gerente de informações aos usuários do siste-

ma Integra, Cláudio Malamut, disse que a empresa não vai se manifestar no momento sobre esse assunto. A capital baiana tem uma frota de 2.231 ônibus e está operando com 85% da sua capacidade. A média de passageiros em março foi de 546 mil passageiros, uma queda de 49% em relação ao período anterior à pandemia, quando a circulação nos transportes era de 1 milhão 110 mil pessoas.

Raio Laser

Antes da Faroeste

O Ministério Público estadual, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais (Gaeco), denunciou na última



Adilton Maturino

quinta-feira seis pessoas envolvidas na 'Operação Imobilis', deflagrada em 2016 pela instituição. A operação desarticulou uma organização criminosa que simulava a presença de pessoas em ações das quais eram emitidas ordens judiciais cancelando a hipoteca de imóveis, o que permitia a transferência destes para alguém do grupo criminoso ou a comercialização para terceiros de boa-fé. Foram denunciados o casal Adailton Maturino dos Santos e Geciane Souza Maturino Dos Santos; o ex magistrado do Tribunal de Justiça do Piauí, Cícero Rodrigues Ferreira Silva; a advogada Emanuella Moraes Lopes; além do colaborador Frede Brito De Andrade; e o beneficiário Neivson Fernandes Barreto.

Tribuna

Equipe de Guedes quer repassar dinheiro a conta-gotas

O ESTADO DE S. PAULO

O Ministério da Saúde passou o chapéu atrás de verba extra para a compra de mais vacinas contra a covid-19, medicamentos de intubação e para o custeio de leitos, mas teve que reduzir os pedidos imediatos após questionamentos do Ministério da Economia. A equipe de Paulo Guedes cobrou mais informações antes de liberar o crédito adicional e questiona até mesmo a chance de a pandemia de coronavírus arrefecer no País. A opção da pasta é a de repassar o dinheiro a conta-gotas, em parcelas menores, de acordo com a necessidade e a evolução da doença.

Como resultado, o governo liberou R\$ 2,7 bilhões, por meio de medida provisória (MP), na semana passada, valor abaixo dos R\$ 15 bilhões que pedia a Saúde. A mudança fez a expectativa de compra de kits de intubação cair pela metade - suficiente para formar estoque de 90 dias em vez de 180 dias - e manteve pendentes os pleitos sobre novos imunizantes.

O pedido por mais verba foi revelado pelo Estadão. A equipe do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, ajustou a solicitação após a Economia questionar a execução de créditos já liberados durante a pandemia. A equipe de Guedes também cobrou "avaliação" sobre a necessi-

dade da abertura de crédito, seja imediata, parcial ou escalonada, considerando a "possibilidade de arrefecimento da crise aguda com o avanço da vacinação e do recrudescimento do distanciamento social". Especialistas afirmam que não há indícios de queda consistente da pandemia e apontam risco de novo recrudescimento, pois diversas regiões já flexibilizam as quarentenas. Com cerca de 17,5% do pedido atendido, a Saúde ainda aguarda o aval para receber outros R\$ 8,5 bilhões para comprar mais vacinas. Queiroga tenta antecipar doses para este ano e negocia mais 100 milhões de unidades da vacina da Pfizer para serem aplicadas

em 2022. Em ofícios trocados entre as pastas, a equipe de Guedes, por sua vez, pede o detalhamento sobre os contratos já firmados, além de qual volume ainda deve ser adquirido e quando os novos lotes serão entregues. A Saúde, porém, não tem atualizado os cronogramas de entregas de vacinas. Também está em análise a liberação de R\$ 3,4 bilhões para a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) produzir 100 milhões de vacinas de Oxford/AstraZeneca no segundo semestre deste ano. O laboratório público deve fabricar desde o insumo farmacêutico ativo (IFA) do imunizante, o que pode reduzir a dependência do Brasil da importação de ingredien-

tes e vacinas prontas. A Economia pediu detalhamento sobre o pleito da Fiocruz. O laboratório já elaborou uma memória de cálculo da produção, indicando valores que incluem, por exemplo, royalties da transferência de tecnologia, estimados em US\$ 1,5 por dose.

O ministro Queiroga tem cerca de R\$ 10,5 bilhões disponíveis em créditos, de um total de R\$ 32,47 bilhões de verba extra para este ano. Do valor que ainda pode ser empenhado (a primeira etapa do pagamento), cerca de R\$ 7 bilhões são de MPs publicadas em 30 de março e 16 de abril, que destinam recursos principalmente ao custeio de 21,3 mil leitos de UTI até junho e para a com-

pra do kit intubação. A verba restante está reservada à compra de vacinas e dos insumos para a campanha nacional de imunização.

Em nota, a Saúde afirmou que o pedido por recursos considerou a necessidade tendo em vista o "pior cenário". "No horizonte de três meses e não seis meses originalmente previstos." A pasta também disse que dividiu a compra para formar estoque de kit intubação, após readequar o pedido aos questionamentos da Economia. "Ao invés de comprar estoque para seis meses, a pasta irá adquirir para três. Antes do final dos três meses, o Ministério realizará novas aquisições, caso seja necessário", afirma.

Tribuna

Atual formato do Mercosul impede integração

O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu ontem, em audiência no Senado, uma flexibilização nas regras do Mercosul, com mais liberdade de negociação para os integrantes. Segundo ele, o atual formato do bloco tem impedido a integração dos países-membros. Para o ministro Carlos França (Relações Exteriores), que também participou da audiência, a tarefa de integrar as nações do bloco é "complexa" e "gradual".

As declarações foram dadas em sessão de debates destinada à comemoração dos 30 anos do Tratado de Assunção, de 1991, que criou o Mercosul, e à discussão sobre as perspectivas do bloco. Também participaram da sessão o senador e ex-presidente Fernando Collor (PROS-AL) e os ex-ministros de seu governo (1990-1992) Zélia Cardoso (Economia) e Francisco Rezek (Itamaraty).

O Mercosul foi criado com o objetivo de firmar na América do Sul um mercado comum – com livre circulação interna de bens e serviços – e o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC). Os membros fundadores são Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Para Paulo Guedes, entretanto, o acordo se transformou em uma "bolha" que isolou os países do que chamou de "grandes fluxos de comércio e investimento".

Crítico do acordo, o ministro da Economia defendeu mudanças nas regras do Mercosul a fim de possibilitar maior liberdade de negociação individual



aos seus membros.

Em dezembro de 2020, o Uruguai apresentou uma proposta formal para que os membros do Mercosul tivessem autonomia para fazer acordos com outros blocos ou países.

A flexibilização é defendida também pelo governo Bolsonaro. Pelas regras do Mercosul, acordos têm que ser feitos de forma conjunta pelos quatro países.

"Nós gostaríamos, em uma primeira dimensão, flexibilizar os acordos comerciais, deixar que um membro consiga ter acordos comerciais como se fosse um pioneiro. Deixar um dos nossos membros fazer um acordo lá fora diferente. Se estiver bom, o conjunto, o grupo, o Mercosul, avança naquela direção. Se não estiver bom, não avançamos, mas que cada um possa se mover um pouco na direção que lhe for mais conveniente", afirmou Guedes.

O chanceler Carlos França disse que o

"Se a nossa ideia foi facilitar o comércio, não gostaríamos justamente que o acordo impedisse a facilitação do comércio e a integração, que era o objetivo inicial", completou o ministro da Economia.

Em outro momento da audiência, Guedes disse ser favorável a uma redução de 10% na Tarifa Externa Comum.

"Nós até compreendemos a situação de membros que possam ter dificuldade de baixá-la no momento, mas nós gostaríamos de propor o movimento. Para o Brasil, é importante. Fizemos uma proposta de reduzir apenas 10%. Quando você fala 10%, você tem uma tarifa de 30% de um produto específico, você tá baixando de 30% para 27%. Quer dizer, não machuca ninguém, é só para manter todo mundo aquecido", declarou Guedes.

O chanceler Carlos França disse que o

Mercosul é "alvo de críticas" por ainda estar "aquém da meta ambiciosa de formação de um mercado comum fixada pelo Tratado de Assunção". Ele ressaltou, porém, que os países que compõem o bloco têm realidades econômicas distintas.

"Nossos países são sujeitos a padrões cíclicos de crescimento, muitas vezes divergentes entre si. Torna-se assim, particularmente, complexa, desafiadora e necessariamente gradual a tarefa de levar adiante um projeto de integração profundo", observou Carlos França.

O chefe do Itamaraty acrescentou que, apesar de avanços na redução de barreiras comerciais, ainda há setores, como o automotivo e o açucareiro, fora das regras comuns.

"Persistem entraves pontuais que afetam a região. Estamos trabalhando para corrigir essas distorções", declarou.

Salles diz que meio ambiente receberá R\$ 270 milhões

No momento em que o governo de Jair Bolsonaro contraria a própria promessa que fez um dia atrás – de dobrar os investimentos em fiscalização para o meio ambiente – fazendo exatamente o oposto, com cortes drásticos no Ibama e no Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), o ministro do Meio Ambiente (MMA), Ricardo Salles, afirma que o governo tenta encontrar uma forma de recompor os orçamentos.

A nova promessa, agora, é garantir para 2021 o mesmo orçamento geral que os dois órgãos receberam em 2020. Dessa forma, não haveria corte em relação ao ano passado. Paralelamente, seriam adicionados R\$ 135 milhões para bancar ações específicas de fiscalizações nos dois órgãos ligados ao MMA. Essa remessa teria o propósito de atender o que Bolsonaro prometeu ao mundo: dobrar os repasses da fiscalização.

O ICMBio recebeu R\$

neste ano, precisa de mais R\$ 79 milhões, porque, neste momento, conta com apenas R\$ 170 milhões disponíveis. No Ibama, o orçamento de 2020 foi de R\$ 1,706 bilhão. Para este ano, porém, o que está previsto são R\$ 1,650 bilhão, uma redução de R\$ 56 milhões. Nos dois órgãos, portanto, são necessários R\$ 135 milhões para, pelo menos, igualar os repasses de 2020 e garantir, minimamente, uma operação básica.

Além desse recurso, é preciso que o governo tire da cartola mais R\$ 135 milhões para cumprir a promessa de dobrar o montante destinado, especificamente, às

ações de fiscalização tocadas pelo Ibama e ICMBio.

A questão é saber de onde, afinal, sairiam esses R\$ 270 milhões, com um Orçamento federal engessado, repleto de cortes por todos os lados. Para colocar dinheiro nas duas autarquias, o MMA precisa retirar recursos de outro lugar. O próprio ministério teve seu orçamento cortado na carne, com redução de R\$ 213 milhões sobre o orçamento que esperava para este ano.

Questionado pelo Estadão, Ricardo Salles confirmou o buraco mencionado e disse que o governo – leia-se o Ministério da Economia – vai dar um jeito de realocar recursos, para que a pasta possa destinar os R\$ 270 milhões para o Ibama e ICMBio. "O governo terá que fazer esse ajuste de R\$ 270 milhões", afirmou o ministro.

A falta de compromisso do governo federal com as promessas que acabou de fazer, de frente a líderes de 40 países na cúpula do clima, capitaneada pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, fica mais evidente quando se observa alguns cortes específicos feitos nesta sexta-feira, 23.

A questão é saber de onde, afinal, sairiam esses R\$ 270 milhões, com um Orçamento federal engessado, repleto de cortes por todos os lados

Totalmente carregado
Considere a cubetinha

Tribuna

Coelba reajusta tarifa de energia em quase 9%

Consumidor só vai perceber a variação nas faturas recebidas no mês de maio

YURI ABREU
REPORTER

A Companhia de Eletricidade da Bahia (Coelba) reajustou, com aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a tarifa das contas de luz em 8,98%, em média. O novo índice a ser aplicado abrange 6,1 milhões de unidades consumidoras localizadas no estado. Para os consumidores de baixa tensão (residencial), a elevação média é de 7,82%. Já para os de alta tensão (comércio e indústria), o aumento médio é de 12,28%. Os consumidores da Coelba classificados como baixa renda, o impacto do reajuste será ainda menor, de 6,05%.

Os novos valores entraram em vigor na última quinta-feira, mas o consumidor só

vai perceber a variação nas faturas recebidas no mês de maio. Conforme a agência federal, os fatores que mais impactaram estes processos tarifários foram: custos com distribuição, pagamento de encargos setoriais e aquisição de energia. Porém, de acordo com a Coelba, o reajuste foi menor do que o esperado.

Contribuíram para isso, entre outros, a redução do reajuste o uso dos créditos tributários referentes à exclusão do ICMS da base do PIS/Cofins, pleiteado pelas distribuidoras. Além disso, a empresa explicou que foram antecipados créditos que já seriam mais à frente revertidos aos consumidores. "No entanto, a Coelba aceitou antecipar com a finalidade de reduzir o índice de reajuste neste momento de pandemia", afirmou a assessoria



PARA OS CONSUMIDORES de baixa tensão (residencial), a elevação média é de 7,82%

do órgão.

Além da Bahia, outros três estados da região Nordeste tiveram reajustes nas contas de energia aprovadas pela Aneel: Ceará, Sergipe e Rio Grande do Norte. "Realizamos a gestão das tarifas, com ações que serão capazes de atenuar os impactos tarifários que seriam sentidos

pelos consumidores em 2021, mas sem comprometer o equilíbrio econômico das empresas dos segmentos de geração, transmissão e distribuição. Esse trabalho foi debatido com o Ministério de Minas e Energia e com todo o setor de maneira transparente e pelo bem do setor", disse o diretor-geral da agên-

cia federal, André Pepitone.

CÁLCULO E INVESTIMENTOS

Segundo a Companhia baiana, na composição da tarifa, a parte que compete à distribuidora apresenta o menor impacto. Do valor cobrado na fatura, 35% são destinados para pagar os

custos com a compra e transmissão de energia. Os tributos (encargos setoriais e impostos) continuam tendo uma grande participação nos custos da tarifa de energia elétrica, representando 34% do total.

Já a distribuidora fica com 31% do valor pago pelos consumidores baianos para cobrir os custos de operação, manutenção, administração do serviço e investimentos. Isso significa que, para uma conta de R\$ 100, por exemplo, R\$ 31 são destinados efetivamente à empresa para operar, manter e expandir todo o sistema elétrico de todo o Estado da Bahia.

No quesito investimentos, em 2020, a empresa aplicou mais de R\$ 1,6 bilhão em obras de expansão, manutenção e automação do sistema elétrico. Mais de 131 mil km da rede de distribuição passaram por manutenção. Nesse mesmo período, foram substituídos preventivamente 4.372 postes, um investimento de R\$ 10,3 milhões. Ao todo, as ações preventivas nos 415 municípios atendidos pela distribuidora somam um investimento de R\$ 220,3 milhões.

Tribuna

Governo Federal anuncia liberação de R\$ 72,7 milhões para obras

O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) anunciou, nesta sexta-feira (23), em Aracaju (SE), a autorização de pagamentos que somam R\$ 72,7 milhões para a continuidade de 42 obras e projetos de saneamento básico em 14 estados do País e no Distrito Federal.

Os repasses, que são os primeiros logo após a sanção da Lei Orçamentária Anual (LOA), vão atender empreendimentos nos estados do Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará,

Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo, além do Distrito Federal. Nas próximas semanas, serão anunciadas liberações de recursos para outras localidades.

"Saneamento sempre foi uma ação subalterna para os governantes, pois o cano enterrado não tinha visibilidade. Eles não tinham a dimensão da importância desse tipo de obra. Mas o Brasil está mudando", ressaltou o ministro do Desenvolvimento Regio-

nal, Rogério Marinho.

Ele ainda destacou a importância do novo Marco Legal do setor, sancionado no ano passado, que possibilita um maior volume de investimentos. "Dá previsibilidade, segurança jurídica e ordenamento adequado para que a iniciativa privada possa se juntar ao poder público e fazermos esse pacto nacional de universalizar o tratamento de água e esgoto no País", afirmou Marinho. "Ganham as empresas, ganha a população e ganha o governo", completou.

Falta de biodiesel pode se tornar problema

O Sindicombustíveis Bahia, sindicato representante da revenda baiana, vem recebendo informações dos revendedores de que o fornecimento do diesel pelas distribuidoras, inclusive a BR, a maior do mercado, está ocorrendo de forma irregular e alguns postos não estão recebendo o produto. De acordo com o presidente do sindicato, Walter Tannus Freitas, as distribuidoras justificam que estão com dificuldades de adquirir o biodiesel B100, que é misturado ao diesel na proporção de 13%, e o problema pode comprometer o abastecimento no Estado.

O Governo Federal já determinou a redução do percentual da mistura de B100 de 13% para 10% no diesel, a partir de 1º de maio, em razão do alto preço do produto no mercado interno. "O biodiesel chegou a custar quatro vezes mais que diesel derivado do petróleo, produzido pela Petrobras", comenta Tannus. "Além dos preços do biodiesel e do diesel nas alturas, a possibilidade de faltar o produto nos postos de combustíveis pode comprometer o transporte de produtos pelas rodovias baianas e nordestinas", alertou.

Sergipe recebe o maior repasse

A unidade federativa com maior volume de recursos é Sergipe, que receberá R\$ 23,4 milhões. A maior parte do repasse, de R\$ 15,5 milhões, será destinada à ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário para 35 mil famílias de 10 bairros da Zona Norte da capital Aracaju: Bugio, Cidade Nova, Jabotiana, Jardim Centenário, Japãozinho, Lamarão, Olaria, São Carlos, Soledade e Veneza.

Nesta tarde, o ministro vi-

sitou o empreendimento (foto à esquerda), que já tem 60% da execução física. O projeto conta com investimentos federais de R\$ 161,3 milhões, sendo que R\$ 61,6 milhões foram aportados desde 2019.

"Quando falamos em investimento em saneamento básico, falamos em saúde e em desenvolvimento", comentou o governador de Sergipe, Belivaldo Chagas. "Os maiores beneficiados são os sergipanos. Além das obras,

vamos ter emprego e renda para as nossas cidades", completou o prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira.

Ainda em Sergipe, outros R\$ 7,5 milhões serão destinados à ampliação do sistema integrado de abastecimento de água da Adutora do Piauítinga, na cidade de Lagarto. Já as obras de complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Bacia do Poxim, em Nossa Senhora do Socorro, receberão R\$ 247,4 mil.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 26/04/21	



REFORMA TRIBUTÁRIA SERÁ APRESENTADA 3 DE MAIO



admin 26 Abril, 2021

O texto inicial da reforma tributária será apresentado no dia 3 de maio, como informado pelo presidente da câmara Arthur Lira (PP-AL), que ressaltou que a iniciativa é discutir e aprimorar a proposta com a sociedade. O presidente da câmara afirmou: “Mais do que nunca, temos de cumprir nosso dever com a sociedade”, falando que o congresso não pode ficar parado em meio a guerras legislativas.

Eleito com apoio do Presidente Jair Bolsonaro, Arthur Lira tem o desafio de levar a frente a proposta em meio a CPI do Covid, que atinge o governo. “Como sinalização de que a política do cabo de guerra não vai alterar nossa missão, estaremos tornando pública na segunda-feira, dia 3 de maio, a versão inicial do texto da reforma tributária”, disse Artur Lira no Twitter.

Ainda no Twitter Lira completou: “O objetivo é discutir com a sociedade, fazer consultas públicas, receber as críticas e os aprimoramentos, com transparência e participação de todos. Temos de enfrentar os problemas do Brasil, apesar das crises, passageiras”.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 23/04/21	



FALTA DE BIODIESEL PODE COMPROMETER ABASTECIMENTO DO DIESEL NA BAHIA, ALERTA SINDICOMBUSTÍVEIS



admin 23 Abril, 2021

O Sindicombustíveis Bahia, sindicato representante da revenda baiana, vem recebendo informações dos revendedores de que o fornecimento do diesel pelas distribuidoras, inclusive a BR, a maior do mercado, está ocorrendo de forma irregular e alguns postos não estão recebendo o produto. De acordo com o presidente do sindicato, Walter Tannus Freitas, as distribuidoras justificam que estão com dificuldades de adquirir o biodiesel B100, que é misturado ao diesel na proporção de 13%, e o problema pode comprometer o abastecimento no Estado.

O Governo Federal já determinou a redução do percentual da mistura de B100 de 13% para 10% no diesel, a partir de 1º de maio, em razão do alto preço do produto no mercado interno. “O biodiesel chegou a custar quatro vezes mais que diesel derivado do petróleo, produzido pela Petrobras”, comenta Tannus. “Além dos preços do biodiesel e do diesel nas alturas, a possibilidade de faltar o produto nos postos de combustíveis pode comprometer o transporte de produtos pelas rodovias baianas e nordestinas”, alertou.

Tannus ressalta que se faz necessário, com urgência, a regularização do fornecimento do diesel para que os postos, rodoviários e sociedade não sejam prejudicados com a falta do combustível.

Acordo recria meta fiscal fictícia criticada no governo Dilma



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Embora o acordo em torno do Orçamento de 2021 tenha sido bem recebido pelo mercado, economistas alertam para a falta de limites para as despesas que vão ficar fora do teto de gastos e da meta fiscal, que pode se transformar em um número fictício.

Isso vai ocorrer porque pelo menos R\$ 100 bilhões em gastos deste ano não serão considerados para o cumprimento da meta, que é um resultado negativo de R\$ 247,1 bilhões. A exclusão visa liberar espaço para **emendas parlamentares**.

O mecanismo foi comparado por economistas ao utilizado nos governos Lula e Dilma Rousseff, quando alguns investimentos não eram contabilizados como despesa.

Em 2014, por exemplo, a petista condicionou a

liberação de verbas aos congressistas à aprovação do abatimento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e de desonerações tributárias da meta daquele ano.

Entre as despesas fora da meta em 2021, estão os **programas de proteção ao emprego** e de crédito a empresas, a reedição do auxílio emergencial e despesas emergenciais com saúde.

Para Luis Otavio de Souza Leal, economista-chefe do Banco Alfa, o aumento do déficit em razão dos gastos com a Covid-19 seria totalmente justificável se, em vez de retirá-los do cálculo do resultado fiscal do ano, a meta fosse alterada.

Segundo ele, como não há nenhum compromisso do governo com um limite de gastos fora do teto, a meta fiscal de 2021 se tornou "uma mera peça de ficção".

"Do jeito que foi feito, só aumenta a dívida do mercado em relação ao compromisso fiscal do governo", afirma o economista.

"Isso remete ao primeiro passo rumo ao descontrole fiscal do governo de Dilma Rousseff, com a retirada do PAC do cálculo do déficit primário, ainda no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2010."

O economista-chefe do Banco Alfa afirma que, analisando os custos políticos e econômicos de uma

"não solução" para a crise entre Executivo e Legislativo, o acordo em torno do Orçamento pode ser considerado positivo, pois tornou a peça exequível.

Em relação ao compromisso fiscal, no entanto, a solução não foi das melhores. Ele lembra que, do ponto de vista da **dívida pública**, todo gasto a mais representa aumento de endividamento.

Shelly Shetty, diretora-gerente da Fitch Ratings, destacou como positivo o fato de que as despesas de apoio relacionadas à pandemia que ficarão fora do teto de gastos em 2021 são temporárias e não permanentes, o que teria prejudicado a credibilidade da âncora fiscal.

Por outro lado, o déficit do governo e a **dívida pública** continuarão elevados neste ano, com esta última em torno de 90% do **PIB** e com tendência de alta nos próximos anos.

"Nossa perspectiva negativa sobre os ratings do Brasil continua refletindo os desafios de consolidar as contas fiscais e estabilizar a alta e crescente carga da **dívida pública** em meio a uma recuperação econômica incerta e contínuas dificuldades em controlar a pandemia", afirma Shetty.

Daniel Xavier Francisco, do Banco ABC, afirma que a não inclusão de despesas, mesmo que temporárias, no resultado primário é pouco favorável sob o ponto de vista da transparência.

"A piora no resultado primário 'cheio', sem exclusões,

merecerá monitoramento constante, em paralelo com a pandemia, especialmente ao levarmos em conta que não há valores predeterminados para gastos de saúde extra teto e primário."

Na quarta-feira (21), o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) sancionou o projeto de lei do Congresso que retira da meta fiscal e do teto de gastos algumas despesas relacionadas à pandemia.

O texto não traz um limite para essas despesas, mas as estimativas são de um valor de pelo menos R\$ 100 bilhões, incluindo também o novo auxílio que já havia sido sancionado.

Nesta quinta (22), o presidente sancionou a **LOA (Lei Orçamentária Anual)** de 2021, preservando parte das emendas, conforme acertado com parlamentares.

A IFI (Instituição Fiscal Independente), órgão ligado ao Senado, já havia afirmado que, em termos de transparência, o recomendável seria que a meta de primário fosse alterada para incorporar os novos gastos.

Em 2020, o governo foi dispensado de cumprir a meta, por causa da decretação de estado de calamidade.

Assuntos e Palavras-Chave: SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Emendas Parlamentares | SEPLAN - Secretaria do Planejamento - Lei Orçamentária Anual, PIB - Produto Interno Bruto, Emprego | SJDHDS - Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - Programas de Proteção | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Dívida Pública

Veículo: Bahia.BA	
Data: 24 a 26.04.2021	Caderno: Economia

Movimentação econômica de Salvador caiu 3% em fevereiro

No mês anterior, em janeiro, foi registrada a expansão de 6,3%

Redação



A SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia) divulgou nesta segunda-feira (26) que a movimentação econômica em Salvador caiu 3% em fevereiro, na comparação com janeiro quando foi registrada a expansão de 6,3%.

O Índice de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC-SSA) indicou que a desaceleração do mês de fevereiro foi acompanhada por três das seis variáveis que compõe o indicador, com destaque para Passageiros no Aeroporto Internacional de Salvador (-9,0%), Consumo energia elétrica (-8,4%), e Consumo de combustível (-3,5%).

Em contrapartida, Passageiros de ônibus intermunicipais (6,8%), Passageiros de ônibus urbanos (1,5%), e Carga portuária (0,3%) avançaram. O mês de fevereiro foi marcado pelo cancelamento das festas populares, o carnaval, a ausência do auxílio emergencial e aumento da inflação, sobretudo de preços de combustíveis.

Seguindo a mesma trajetória, o indicador diminuiu 19,0% quando comparado com o mês de fevereiro de 2020. No primeiro bimestre, já acumula queda de 14,0%, acumulando nos últimos 12 meses arrefecimento de 28,3%.

Veículo: Bahia.BA	
Data: 24 a 26.04.2021	Caderno: Economia

Publicado em 26/04/2021 às 07h43.

Toque de recolher na Bahia é prorrogado até dia 3 de maio

Fica vedada em todo o estado a venda de bebida alcoólica em quaisquer estabelecimentos no período das 18h do dia 30 de abril até a data prorrogada

Redação



O governo da Bahia decidiu prorrogar até o dia 3 de maio o toque de recolher, das 20h às 5h, em 227 municípios (ver lista abaixo). Nas demais cidades, continua restrita a locomoção noturna, vedados a qualquer indivíduo a permanência e o trânsito em vias, equipamentos, locais e praças públicas, das 21h às 5h, também até o dia 3 de maio. A medida foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) no domingo (25).

Os estabelecimentos comerciais que funcionam como restaurantes, bares e congêneres, localizados nos municípios listados abaixo, deverão encerrar o atendimento presencial às 19h, permitidos os serviços de entrega em domicílio (delivery) de alimentação até as 24h.

Conforme anunciou o governo estadual, fica vedada em todo o estado a venda de bebida alcoólica em quaisquer estabelecimentos, inclusive por delivery, no período das 18h do dia 30 de abril até as 5h do dia 3 de maio.

Transporte

A circulação dos meios de transporte metropolitanos deverá ser suspensa das 21h30 às 5h, de 26 de abril a 3 de maio.

No período entre 26 de abril e 3 de maio, a circulação dos ferry boats deverá ser suspensa das 21h30 às 5h, ficando vedado o funcionamento nos dias 1 e 2 de maio.

Também até o dia 3 de maio, a circulação das lanchinhas deverá ser suspensa das 21h30 às 5h. Nos dias 1 e 2 de maio, a circulação deverá ocorrer com a ocupação ao máximo de 50% da capacidade da embarcação.

Aulas e eventos

Continuam suspensas, até 3 de maio, as aulas presenciais nas unidades de ensino, públicas e particulares. As atividades letivas nestas unidades poderão ocorrer de maneira semipresencial, conforme disposições editadas pela Secretaria da Educação, nos municípios em que a taxa de ocupação de leitos de UTI se mantenha, por cinco dias consecutivos, igual ou inferior a 75%. A realização das atividades letivas semipresenciais fica condicionada à ocupação máxima de 50% da capacidade de cada sala de aula e ao atendimento dos protocolos sanitários estabelecidos.

Permanecem proibidos até o dia 3 de maio os eventos e atividades, independentemente do número de participantes, ainda que previamente autorizados, que envolvam aglomeração de pessoas, como eventos desportivos coletivos e amadores, cerimônias de casamento, eventos recreativos em logradouros públicos ou privados, circos, eventos científicos, solenidades de formatura, passeatas e afins, bem como aulas em academias de dança e ginástica.

Fica suspensa a realização de shows, festas, públicas ou privadas, e afins, independentemente do número de participantes, em todo o território estadual, até 3 de maio.

Segue proibida ainda, em todo o território baiano, a prática de quaisquer atividades esportivas coletivas amadoras até 3 de maio, sendo permitidas as práticas individuais, desde que não gerem aglomerações. Continua autorizado o funcionamento de academias e estabelecimentos voltados para a realização de atividades físicas, desde que limitada a ocupação ao máximo de 50% da capacidade do local, observados os protocolos sanitários estabelecidos. Continuam permitidos os atos religiosos litúrgicos, com limitação da ocupação ao máximo de 25% da capacidade do local.

Confira a lista dos 227 municípios:

Abaíra, Acajutiba, Adestina, Alagoinhas, Alcobaça, América Dourada, Anagé, Andaraí, Angical, Antas, Aporá, Araçás, Aracatu, Aramari, Baianópolis, Banzaê, Barra, Barra da Estiva, Barra do Choça, Barra do Mendes, Barreiras, Barro Alto, Belmonte, Belo Campo, Boa Vista do Tupim, Bom Jesus da Lapa, Bom Jesus da Serra, Boninal, Bonito, Boquira, Botuporã, Brejolândia, Brotas de Macaúbas, Brumado, Buritirama, Caatiba, Caculé, Caém, Caetanos, Caetité, Cafarnaum, Caldeirão Grande, Canápolis, Canarana, Candiba, Cândido Sales, Capim Grosso, Caraíbas, Caravelas, Cardeal da Silva, Carinhanha, Catolândia, Catu, Caturama, Central, Cícero Dantas, Cipó, Cocos, Condeúba, Contendas do Sincorá, Cordeiros, Coribe, Coronel João Sá, Correntina, Cotegipe, Crisópolis, Cristópolis, Dom Basílio, Encruzilhada, Entre Rios, Érico Cardoso, Esplanada, Eunápolis, Fátima, Feira da Mata, Firmino Alves, Formosa do Rio Preto, Gentio do Ouro, Guajeru, Guanambi, Guaratinga, Heliópolis, Iaçú, Ibiassucê, Ibicoara, Ibicuí, Ibipecta, Ibitipanga, Ibiquera, Ibirapuã, Ibitiara, Ibititá, Ibotirama, Igaporã, Iguai, Inhambupe, Ipujiara, Iraquara, Irecê, Itabela, Itaberaba, Itaetê, Itagimirim, Itaguaçu da Bahia, Itamaraju, Itambé, Itanagra, Itanhém, Itapebi, Itapetinga,

Itapicuru, Itarantim, Itororó, Ituaçu, Iuiu, Jaborandi, Jacaraci, Jacobina, Jandaíra, João Dourado, Jucuruçu, Jussara, Jussiape, Lagoa Real, Lajedão, Lajedinho, Lapão, Lençóis, Licínio de Almeida, Livramento de Nossa Senhora, Luís Eduardo Magalhães, Macajuba, Macarani, Macaúbas, Maetinga, Maiquinique, Mairi, Malhada, Malhada de Pedras, Mansidão, Marcionílio Souza, Matina, Medeiros Neto, Miguel Calmon, Mirangaba, Mirante, Morpará, Morro do Chapéu, Mortugaba, Mucugê, Mucuri, Mulungu do Morro, Muquém do São Francisco, Nova Canaã, Nova Redenção, Nova Soure, Nova Viçosa, Novo Horizonte, Novo Triunfo, Olindina, Oliveira dos Brejinhos, Ouriçangas, Ourolândia, Palmas de Monte Alto, Palmeiras, Paramirim, Paratinga, Paripiranga, Pedrão, Piatã, Pindaí, Piripá, Piritiba, Planalto, Poções, Porto Seguro, Potiraguá, Prado, Presidente Dutra, Presidente Jânio Quadros, Quixabeira, Riachão das Neves, Riacho de Santana, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Ribeirão do Largo, Rio de Contas, Rio do Antônio, Rio do Pires, Rio Real, Ruy Barbosa, Santa Cruz Cabralia, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, Santana, São Desidério, São Félix do Coribe, São Gabriel, São José do Jacuípe, Sátiro Dias, Saúde, Seabra, Sebastião Laranjeiras, Serra do Ramalho, Serra Dourada, Serrolândia, Sítio do Mato, Sítio do Quinto, Souto Soares, Tabocas do Brejo Velho, Tanhaçu, Tanque Novo, Tapiramutá, Teixeira de Freitas, Tremedal, Uibaí, Umburanas, Urandi, Utinga, Várzea da Roça, Várzea do Poço, Várzea Nova, Vereda, Vitória da Conquista, Wagner, Wanderley e Xique-Xique.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 26/04/2021	



Guaraná produzido pela agricultura familiar baiana conquista mercados nacional e internacional

26 abril 2021



A Bahia é o maior estado produtor de guaraná do Brasil (IBGE 2017) e a agricultura familiar vem se destacando nesse cenário, pela qualidade do fruto cultivado. Com uma produção anual de 50 toneladas, a Cooperativa dos Agricultores Familiares do Baixo Sul (Coopafbasul), localizada no município de Ituberá, no Baixo Sul, fatura, em média, R\$ 16 milhões por ano, com grãos qualificados, boa produtividade, rastreabilidade e manejo sustentável.

A Cooperativa produz guaraná em grãos e em pó, com Selo de Identificação da Agricultura Familiar, e comercializa para diversos municípios baianos e para os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará, Sergipe e Paraná. A qualidade do guaraná do Baixo Sul também conquistou o mercado internacional. Esta semana, 21,5 toneladas de guaraná em grãos estão sendo exportadas para os Estados Unidos. É a segunda exportação da Coopafbasul, outras 14 toneladas foram comercializadas para França.

“O motivo maior de orgulho é saber que aquilo que estamos produzindo tem uma excelência em qualidade, que chega a países com alto grau de exigência para produtos de exportação. Com isso, podemos dizer que a agricultura familiar baiana chegou a esse nível graças a projetos do Governo do Estado, como o Bahia Produtiva e o Pró-Semiárido. Esse é o caminho emancipador dos agricultores familiares”, afirma o secretário estadual de Desenvolvimento Rural (SDR), Josias Gomes.

A Coopafbasul vem recebendo investimentos, por meio do projeto Bahia Produtiva, da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), vinculada à SDR. No total, estão sendo aplicados R\$3 milhões em ações de infraestrutura, a exemplo da implantação de uma unidade de beneficiamento de grãos e a aquisição de equipamentos. Com isso, a cooperativa terá um espaço próprio, com fácil acesso, onde será realizada toda a padronização e empacotamento da produção, com máquinas de secagem, caminhões refrigerados, câmara fria, energia solar e loja de apoio para divulgação dos produtos da região, produzidos pelos cooperados.

Hoje, o trabalho é realizado em um espaço alugado, onde é feito o beneficiamento dos produtos in natura e os produtos industrializados são feitos nas fábricas das marcas parceiras. Já foi entregue um veículo utilitário para facilitar o escoamento da produção e está sendo executado o serviço de assistência técnica na gestão e

na base produtiva. Os investimentos beneficiam diretamente 1.200 agricultores familiares cooperados, que vêm agregando valor também na produção de cravo, cacau, açaí e cupuaçu.

O diretor-executivo da Coopafbasul, Gileno dos Santos, destaca a importância da atividade do guaraná para o aumento da renda dos cooperados: “O mercado do guaraná vem se abrindo e podemos dizer que a agricultura familiar vem contribuindo com essa atividade, pois o cooperativismo busca fazer isso. O guaraná há dois anos era R\$7 e hoje trabalhamos com um preço entre R\$18 e R\$19. A agregação de valor é graças ao trabalho coletivo e aos investimentos do Governo do Estado, que vem contribuindo com o apoio à gestão da cooperativa, assistência técnica e na comercialização, fortalecendo também as famílias no campo”.

Diversificação da produção

Os investimentos do Governo do Estado também estão sendo direcionados para os outros sistemas produtivos trabalhados pela Coopafbasul. Serão sete unidades de beneficiamento de cacau instaladas em sete comunidades, sendo quatro em Ituberá, na comunidade do Karin, na comunidade da Capoeira, Campo do Amâncio e no Assentamento Lucas Dantas.

Cada unidade receberá duas estufas, para fermentação e secagem do cacau, tendo como objetivo trabalhar de maneira integrada como a equipe técnica e a direção dos empreendimentos, para atender às principais finalidades do edital, como apoiar a ampliação do acesso a mercados pelas organizações produtivas da agricultura familiar e economia solidária, contribuir para a incorporação da cultura empreendedora para favorecer o incremento de vendas em canais de distribuição no mercado privado, fortalecer as organizações produtivas para o acesso a novos mercados, ampliar as receitas e a sustentabilidade econômica da cooperativa.

Fonte: Ascom/SDR

12 Estados e o DF têm de vacinar mais de 40% para conter contágio

Estudo mostra abismo entre ritmo de vacinação e cobertura mínima necessária para frear transmissão da covid-19

Por **Gabriel Vasconcelos** — Do Rio

26/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



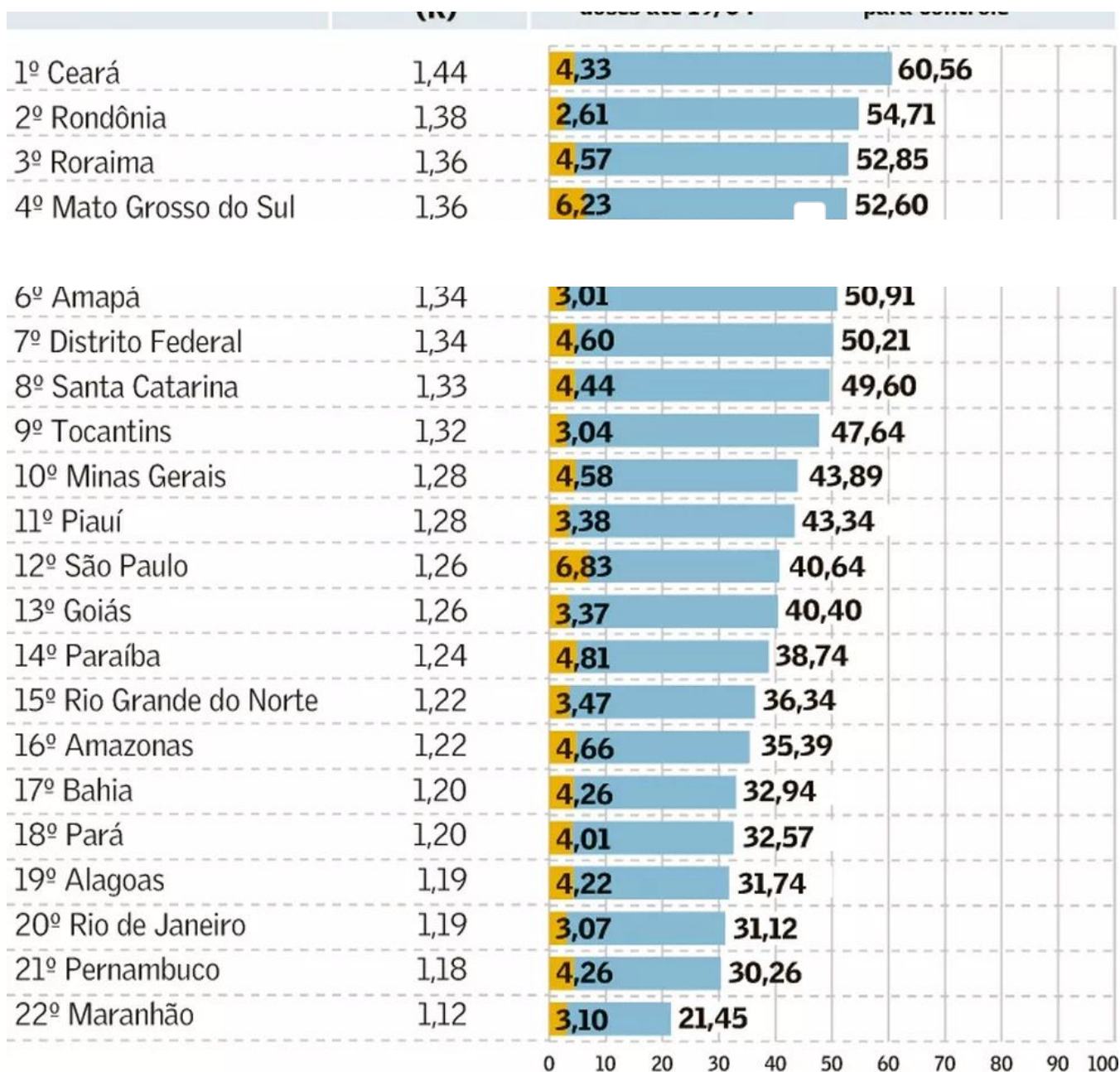
No atual cenário de descontrole da covid-19 no Brasil, 12 Estados brasileiros e o Distrito Federal têm de vacinar mais de 40% de suas populações com primeira e segunda doses para controlar a pandemia. Só então haverá queda sustentada no número de casos da doença. A conclusão está no segundo relatório de um estudo dos cientistas do Grupo Ação Covid-19, que determina periodicamente a cobertura vacinal mínima para frear o vírus.

O levantamento aponta que a imunização necessária para controlar a doença chega a um pico de 60,56% da população no Ceará. O Estado tinha a condição mais crítica do país nos 30 dias até 19 de abril, período sobre o qual incidem os cálculos. No outro extremo, o Maranhão é o que precisa vacinar o menor percentual para frear a pandemia, 21,45%. Até ontem, no entanto, a vacinação em duas doses só tinha alcançado 5,94% dos brasileiros, segundo o consórcio de imprensa.

Ritmo insuficiente

Coberturas vacinais para controle da pandemia*

Estados	Taxa de transmissão (R)	% população
		■ Vacinada com duas doses até 19/04
		■ A ser vacinada para controle



Fonte: Grupo Ação Covid-19.

*Calculado com dados das secretarias de Estado até 19/04, **Foram excluídos estados que não oferecem dados regularmente

Simulações para os meses anteriores permitem associar as menores demandas vacinais a medidas de isolamento tomadas precocemente. O documento é o

avaliado e 6,1% até ontem - 20º percentual do país - foi eficiente ao restringir mobilidade, o que lhe garantiu a menor taxa de transmissão. Com isso, o percentual de vacinação necessário para conter a doença é mais baixa. A Bahia, que antecipou o isolamento na segunda onda, também viu a cobertura mínima baixar, de 76,7% em janeiro para 32,9% em abril.

Com 21 nomes de relevo internacional nas ciências biológicas, exatas e humanas, o Grupo Ação Covid-19 alerta que, no ritmo atual de imunização, as coberturas mínimas são “impraticáveis” a curto prazo. Eles citam São Paulo, Estado que mais vacinou e, ainda assim, tinha distância de 33 pontos percentuais entre vacinados e cobertura ideal (40,64%) até semana passada. Na comparação de 21 Estados e DF, São Paulo tem a 12ª maior necessidade de vacinas. A vacinação com a segunda dose no Estado saltou de 6,8% para 10,5% nos sete dias até ontem, o que, dizem os cientistas, reduz o percentual requerido, mas está longe de resolver o problema.

“A vacinação sozinha ainda não dá conta da crise”, diz Beatriz Carniel, epidemiologista e doutora pela Universidade de Liverpool. “Só é possível antecipar a saída da pandemia e evitar surtos se combinarmos vacina com isolamento e ‘lockdown’ intermitente, acionados pelo risco de lotação no sistema de saúde.” A recomendação contraria o entendimento do governo federal, que encara a vacina como “bala de prata” e atua contra restrições.

Patrícia Magalhães, física e pesquisadora do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), conta que o grupo calculou a média da taxa de transmissão do vírus (R) de cada Estado a partir dos números de infectados, recuperados e “suscetíveis” indicados por secretarias estaduais durante 30 dias. O R indica para quantas pessoas um infectado é capaz de transmitir o vírus e, se for superior a 1, como em todo o país, há avanço da doença. Com o indicador, é possível estimar quanto de cada população precisa estar imunizada para levá-lo a valor igual ou menor que 1.

Vacinados são computados como suscetíveis, mas “rescaldos” pela eficácia da vacina

vacinados são computados como suscetíveis, mas pesados pela eficácia da vacina. O modelo considera apenas a eficácia da Coronavac, 50,38%, devido à sua prevalência na campanha, superior a 80% até aqui. “Um vacinado não necessariamente freia o contágio. Ele só tende a não ser hospitalizado. Até por isso é um erro contar só com a vacinação”, afirma Patrícia.

A falta de consistência no repasse de estatísticas diárias inviabilizou o cálculo para alguns Estados. Além disso, os casos de Sergipe e Paraná, com R superior a 2, são considerados extremos e não permitem estimativas precisas. “Pela gravidade, o objetivo deveria ser avançar na vacinação dessas populações o mais rápido possível.”

Devido à diversidade e variação do cenário, é “essencial” alterar a distribuição de vacinas, apontam os pesquisadores. Elas devem ser concentradas nas regiões em situação mais grave, em vez de distribuídas pela proporção populacional. Isso, diz Patrícia, também reduziria desigualdades do atual modelo, com vacinação de idosos e pessoas com comorbidades, duplamente concentrados no Sudeste e nas faixas de maior poder aquisitivo.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Máscara KN95 se mostra superior em testes

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente.

SAÚDE JÁ

LINK PATROCINADO

Sandália ortopédica é perfeita para aliviar as dores nos pés

CLICOU E LEVOU

LINK PATROCINADO

Calvin Klein, líder mundial em underwear agora na sua casa

CALVIN KLEIN

LINK PATROCINADO

Não deixe para amanhã, planeje agora seus sonhos com Consórcio Itaú

CONSÓRCIO ITAÚ

Supremo deverá decidir se União terá que devolver valores de PIS e Cofins

Contribuintes contestam impacto de R\$ 258,3 bilhões estimado com exclusão do ICMS

Por Joice Bacelo e Beatriz Olivon — Do Rio e Brasília

26/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Luiz Fux recebeu ofício da PGFN que detalha impacto do julgamento para a União — Foto: Divulgação/STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) poderá decidir, na quinta-feira, se a União terá que devolver os valores cobrados indevidamente das empresas por causa do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins. A Fazenda Nacional fala em perdas de R\$ 258,3 bilhões e vem usando esse número para tentar sensibilizar os ministros. Já os contribuintes contestam esse resultado e afirmam que uma decisão favorável à União seria catastrófica para o mercado.

A Corte decidiu em março de 2017 que o ICMS não se caracteriza como receita ou faturamento e, por esse motivo, tem de ser excluído da base de cálculo das contribuições sociais - reduzindo, portanto, os valores a pagar ao governo em PIS e Cofins. O que os ministros vão julgar, agora, é o alcance dessa decisão.

A União tenta reduzir o impacto para os cofres públicos. Pede, por meio de embargos de declaração, que os ministros apliquem ao caso a chamada modulação de efeitos. Essa medida serve para impedir que a decisão seja aplicada de forma retroativa.

Se o STF for por esse caminho, as empresas teriam garantido o direito de recolher PIS e Cofins sem o valor de ICMS embutido no cálculo, mas não poderiam receber de volta o que pagaram ao governo no passado.

Em entrevistas ao **Valor**, o tributarista Roque Antonio Carrazza rejeita a ideia de “rombo” no orçamento, enquanto o procurador-geral da Fazenda Nacional, Ricardo Soriano de Alencar, sustenta que a modulação de efeitos é fundamental para garantir a segurança jurídica (ver abaixo).

A modulação de efeitos sem que, pelo menos, sejam garantidos os direitos das empresas que têm ações judiciais sobre o tema, dizem os advogados, provocaria um abalo no mercado.

Com decisões favoráveis, muitas empresas registraram seus créditos nos seus balanços e vêm fazendo compensações (uso do crédito para quitar tributos). Esses valores, além disso, são contabilizados como ganho e as companhias já repassaram parte aos acionistas, como dividendos, e aos funcionários, por meio dos programas de participação nos lucros - além de ter recolhido Imposto de Renda sobre tais quantias.

Antes de analisar o pedido da União, no entanto, os ministros vão ter que decidir sobre uma questão processual. Há dúvidas, na Corte, se são necessários seis ou oito

votos para aplicar a modulação de efeitos nos julgamentos dos recursos extraordinários.

Os ministros vinham utilizando a regra das ações diretas de inconstitucionalidade, que prevê o quórum qualificado de oito votos. Mas, ao julgar uma questão de ordem em dezembro de 2019, eles entenderam que para recursos extraordinários em que não há declaração de inconstitucionalidade de ato normativo se poderia, com base no Código de Processo Civil (CPC), aplicar a maioria simples, de seis votos. Dois ministros não estavam presentes no julgamento e, por esse motivo, o STF voltará a debater a questão.

Um outro ponto de tensão do julgamento dos embargos de declaração trata sobre o ICMS que deve ser retirado do cálculo do PIS e da Cofins. A União entende que tem de ser o imposto efetivamente recolhido aos Estados. Já os contribuintes defendem o ICMS que consta em nota fiscal - geralmente maior.

A PGFN, em ofício enviado ao presidente do STF, ministro Luiz Fux, neste mês, diz que o cálculo que previu os R\$ 258,3 bilhões de impacto aos cofres públicos foi feito com base no ICMS recolhido aos Estados. Se prevalecer o que consta na nota fiscal, afirma, “o impacto se multiplicará a valores imprevisíveis”.

Esses valores que vêm sendo utilizados pelo órgão, no entanto, são vistos com desconfiança no meio jurídico. O **Valor** teve acesso ao documento em que consta o cálculo utilizado para estimar o impacto da chamada “tese do século”. Trata-se da Nota Técnica nº 167, de 2020, produzida pelo Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros (Cetad) da Receita Federal.

Os técnicos da Receita aplicaram a alíquota de 9,25% sobre a soma das arrecadações de ICMS e ISS de 2014 a 2018. O resultado foi atualizado ano a ano, até 2020, pela variação da Selic. Eles descontaram, então, a parcela referente ao ISS e chegaram à cifra de R\$ 258,3 bilhões. Procurado, o Ministério da Economia preferiu não se manifestar sobre o assunto.

“Eles levaram em conta a alíquota de 9,25%. Mas só recolhem esse percentual as empresas no lucro real [que faturam acima de R\$ 70 milhões por ano], e nem todas,

porque a lei abre exceções. A maioria paga 3,65% de PIS e Cofins”, diz o advogado Nicolau Haddad Neto sobre as inconsistências do cálculo.

O tributarista Breno Vasconcelos, além da questão da alíquota, observa que nem todo contribuinte de ICMS paga PIS e Cofins e não há nenhuma indicação no documento de que as isenções e imunidades, por exemplo, tenham sido consideradas nesse cálculo. Também não há indicativo, ele afirma, de que tenham sido levadas em conta somente as empresas com ações sobre o tema para calcular os valores que terão que ser devolvidos pela União.

Conteúdo Publicitário

Porsche Taycan Cross Turismo é a perua mais eletrizante à venda no Brasil

UM SÓ PLANETA

Por que carro elétrico não tem câmbio?

UM SÓ PLANETA

Bill Gates fala sobre clima, vacinas e uma dose de otimismo

UM SÓ PLANETA

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Ação da Hering dispara depois de acordo com Grupo Soma

Papel da companhia ficou cerca de 20 minutos em leilão para ajustar as ofertas de compra e venda





Foto: Divulgação

PGFN defende modulação e exclusão de imposto recolhido

Para a procuradoria, jurisprudência conferia à União certeza quanto à arrecadação

Por **Beatriz Olivon e Joice Bacelo, Valor** — Brasília e Rio

26/04/2021 00h22 · Atualizado há 10 horas

Ricardo Soriano de Alencar tinha acabado de ingressar na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) quando começava a tramitar, no Supremo Tribunal Federal (STF), o processo que virou o primeiro importante precedente para os contribuintes na discussão sobre a exclusão do ICMS das contribuições do PIS e da Cofins — o RE 240785. No órgão desde 2000, Soriano veio a assumir o cargo de procurador-geral em maio de 2020 e, desde então, vem acompanhando de perto o desenrolar da chamada “tese do século”.

Em entrevista ao **Valor**, o procurador-geral defende a modulação dos efeitos da decisão de 2017, a exclusão do ICMS efetivamente recolhido pelos contribuintes e analisa o futuro das chamadas “teses filhote”.

Valor: *O que significa o desfecho do caso para a União?*

Ricardo Soriano de Alencar: Segurança jurídica e previsibilidade para todos. A jurisprudência, moldada ao longo de décadas, conferia à União certeza quanto à arrecadação e à sistemática de tributação. A confirmação do critério de liquidação e a modulação de efeitos, neste momento, são fundamentais para estabilização do tema e resolução definitiva de milhares de litígios.

Valor: *Por que a PGFN defende a modulação de efeitos?*

Alencar: A modulação tem por fundamento a própria segurança jurídica. O julgamento de março de 2017 foi disruptivo. Nele, o STF, pontualmente, mudou seu entendimento sobre uma série de premissas do sistema tributário. Toda a atividade empresarial e todas as políticas públicas eram planejadas levando em conta o quadro jurisprudencial de então. Tratava-se de entendimento respaldado por súmulas e recurso repetitivo do STJ. De se notar, aliás, que esse caráter inovador é reconhecido por precedentes do próprio STF, que atestavam que a definição do tema na Corte só ocorreria com o RE 574706 (AgRg na AC 3643/RJ).

Valor: *Qual é o quórum necessário para a modulação de efeitos?*

Alencar: Por se tratar de mudança da jurisprudência histórica, que contrariou o próprio entendimento do STF sobre a possibilidade de cobrança de tributo sobre tributo (vide o RE 582461), o tema pode ser definido pela maioria absoluta do colegiado, nos termos do artigo 927, parágrafo 3º, do CPC.

Valor: *Qual ICMS deve ser retirado do cálculo do PIS e Cofins?*

Alencar: O ICMS a recolher, sob pena de o contribuinte se beneficiar com a restituição de valores que não foram pagos por ele, mas nas etapas anteriores da cadeia produtiva. Quanto maior a cadeia, maior seria a restituição em cascata. O ICMS pago na etapa anterior da cadeia entra como custo do produto adquirido e não como tributo que transita na sua contabilidade e é destinado ao Estado. Trata-se, portanto, de ônus fiscal de terceiro, já que gera um crédito para ser abatido por esse terceiro, que também é contribuinte.

Valor: *Como a mudança de composição do STF, em relação a março de 2017, pode afetar o julgamento dos embargos de declaração?*

Alencar: Qualquer avaliação nesse sentido não passaria de conjectura, suposição. E não é isso que deve interessar a todos, e sim a própria solução da controvérsia. A PGFN sabe da qualidade técnica do Supremo, tanto em 2017 como hoje.

Valor: *A conclusão desse caso vai afetar as chamadas teses filhotes?*

Alencar: As teses filhotes ganharam esse nome justamente porque foram concebidas e reproduzidas a partir da mudança jurisprudencial ocorrida em março de 2017. O sistema tributário está estruturado com base no pressuposto de que o titular da quantia paga pelo adquirente na venda de mercadorias, toda ela, é o vendedor, não o Estado. Um tributo que incide sobre o preço não comportaria decotes. De todo modo, importa que cada tese filhote seja discutida individualmente, a fim de serem identificadas as semelhanças e as diferenças em relação ao Tema 69.





Foto: Divulgação

Carrazza contesta alegação de ‘rombo’ para governo

Para professor, é muito fraco o argumento de que a União foi tomada de surpresa com a decisão do STF

Por **Joice Bacelo e Beatriz Olivon, Valor** — Rio e Brasília

26/04/2021 00h17 · Atualizado há 10 horas

Roque Antonio Carrazza estava no Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) quando os ministros, em 2014, por maioria de votos, decidiram excluir o **ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins**. Após anos de tramitação, outro recurso foi julgado em 2017, desta vez com status de repercussão geral, sob os olhos atentos do advogado, que é professor titular de direito tributário da PUC-SP e autor de ao menos 14 livros nessa especialidade.

Para Carrazza, dizer agora que a restituição do que foi pago no passado produzirá um “rombo” não previsto no orçamento da União, além de ser falso, não justifica a modulação dos efeitos da decisão. Ele ainda nega, em entrevista ao **Valor**, que o governo foi pego de surpresa.

Valor: *O que significa o desfecho desse caso para o contribuinte?*

Roque Antonio Carrazza: Se, como se espera, for totalmente favorável ao contribuinte, representará, sem dúvida, a confirmação dos seus direitos constitucionais subjetivos, máxime o de recolher o PIS e a Cofins nos montantes devidos e de reaver ou compensar o que pagou “a maior”. Concordo que os interesses fazendários são importantes, mas só podem prevalecer quando em sintonia com os superiores interesses públicos, como o de só ser obrigado a suportar tributos lançados e cobrados de acordo com os ditames constitucionais e legais.

Valor: *Por que o contribuinte é contra a modulação de efeitos?*

Carrazza: Simplesmente porque ela descabe no caso em julgamento. Houve a declaração da inconstitucionalidade da inserção do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins. O decidido no RE 574706 não alterou a jurisprudência dominante, mas, pelo contrário, confirmou a posição do STF firmada nos autos do RE 240785. E a modulação, negando a possibilidade de repetição do indébito, convalidará o enriquecimento ilícito da União, em afronta aberta ao direito de propriedade, que, entre outras consequências, proíbe que tenham os tributos efeitos confiscatórios. Depois, é muito fraco, para dizer pouco, o argumento fazendário, de que a União foi tomada de surpresa com a decisão em tela. Rememore-se que o assunto vem sendo julgado desde 1992.

Valor: *Qual é o quórum necessário para a modulação de efeitos?*

Carrazza: A meu sentir, oito votos, ou seja, os votos de dois terços dos ministros, como determina o artigo 27 da Lei nº 9.868, de 1999.

Valor: *Qual ICMS deve ser retirado do cálculo do PIS e Cofins?*

Carrazza: Sem dúvida, todo o ICMS destacado na nota fiscal, como consta do voto da eminente relatora, a ministra Cármen Lúcia, que foi acompanhado pela maioria. Sua Excelência deixou claro que todo o ICMS não se inclui na definição de faturamento, pelo que não pode integrar a base de cálculo do PIS e da Cofins.

Valor: *Como a mudança de composição do STF, em relação a março de 2017, pode afetar o julgamento dos embargos de declaração?*

Carrazza: Entendo que isso não vai acontecer. Em relação à modulação, minha expectativa é a mais otimista possível. De fato, os ministros e ministras do Supremo, mesmo os que nele ingressaram depois de março de 2017 (os ministros Alexandre de Moraes e Nunes Marques), são juristas consagrados e experientes, que votam de acordo com sua ciência. Certamente não se deixarão influenciar por eventuais pressões, venham de onde vierem.

Valor: *A conclusão desse caso vai afetar as chamadas teses filhotes?*

Carrazza: Não necessariamente, muito embora o precedente abra espaço a novas discussões jurídicas. Assim, por exemplo, as questões da eventual exclusão do ISS da base do PIS e da Cofins, bem como, dessas próprias contribuições das suas bases de cálculo, demandarão novos e renovados estudos da parte dos ministros do Supremo.

Desigualdades fiscais e a pandemia na Amazônia

Região merece atenção especial, inclusive no desenho fiscal

Por Mayra Castro e Karina Bugarin

26/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





— Foto: Sandro Pereira/Fotoarena/Agência O Globo

Com a aprovação do orçamento de 2021 realizada com atraso, percebemos um modelo de inépcia e verdadeiro desconhecimento do setor público. Isso tem gerado efeitos nefastos sobre a população.

Supondo que o projeto de lei encaminhado para sanção presidencial permaneça virtualmente inalterado, podemos iniciar as discussões sobre as consequências fiscais nas diferentes regiões do país.

Limitada capacidade arrecadatória somada ao despreparo da burocracia são barreiras a soluções públicas locais

No último ano vimos no Norte situações de crise humanitária em cidades como Manaus, que refletiu a necessidade de uma melhor articulação e gestão do setor público culminando em pressões fiscais regionalmente diferentes.

O orçamento deveria refletir particularidades locais com o objetivo de se garantir como um caminho para construção de políticas públicas efetivas. No lugar disso, vimos os gastos públicos federais na saúde para o combate à pandemia sendo destinados para ações que provaram uma indiscutível ineficiência.

Em relação à população total, o Sul apresenta a maior concentração de casos de covid-19 (8,41%), seguido pelo Norte (7,35%). No entanto, a porcentagem de pessoas registradas com o coronavírus que vieram a óbito no Norte (2,43%) é aproximadamente meio ponto percentual acima do Sul (1,94%).

Este fato indica que, mesmo gastando quase o dobro em termos populacionais na região Norte que no Sul (R\$ 359,76 versus R\$ 196,79 per capita de acordo com o Portal Tesouro Nacional Transparente), a covid-19 ainda tomou mais vidas na região Norte.

O que isso significa?

Pouca eficiência dos gastos e não efetividade na política de saúde pública de enfrentamento ao Sars-CoV-2 no Norte do país.

Entre cortes e ajustes publicados no site do Ministério da Economia, a nova Lei Orçamentária Anual (LOA) mantém a tradição: serve apenas para manutenção de números para sinalizar responsabilidade fiscal.

Chama a atenção a redução de orçamento destinado ao Ministério da Saúde (de aproximadamente R\$ 214 milhões comparando a despesa prevista na LOA deste ano com a de 2020) e do Ministério da Educação (R\$ 29 bilhões, correspondente a uma queda de aproximadamente 28% despesa prevista nas mesmas LOAs).

As implicações destes cortes estão pouco claras, ainda mais quando postos sobre uma lente fiscal federativa. Isso deixa todos nós, brasileiros, presos a um futuro incerto e angustiante. Não conseguimos identificar a interação entre políticas públicas para garantir eficiência e efetividade. Não sabemos quando e como as transferências ocorrerão aos Estados e municípios.

Para ilustrar a necessidade de incorporar características regionais ao orçamento e a consequente implicação fiscal para os governos estaduais e municipais, enquanto a região Norte apresenta arrecadação per capita em torno de R\$ 2.300, as regiões Sul e Sudeste apresentam em torno de R\$ 3.400. Adicionalmente, enquanto as regiões Sul e Sudeste recebem em torno de R\$ 500 per capita em transferências federais aos Estados, a região Norte recebe R\$ 1.690 per capita.

Em outras palavras, a região Norte depende muito mais de transferências federais que as regiões Sul e Sudeste. Entretanto, mantém um nível de desenvolvimento humano inferior à média nacional. Com isso, vale repetir que temos um reflexo de políticas públicas ineficientes e um federalismo fiscal que não incorpora o papel do Estado de promover equidade entre seus entes.

É preciso levar em conta o “custo Amazônia” quando se trata de logística e distribuição. Estamos falando de 20 milhões de pessoas, o equivalente a população da região metropolitana de São Paulo. Mas a diferença entre os paulistas da capital e os amazônidas é que estes estão espalhados em um espaço que representa metade do território nacional.

Os modais utilizados em área amazônica não são os mesmos que em outras regiões do país. Na Amazônia, parte da vacinação contra a covid-19 é feita de barco devido à ausência de malha rodoviária, em contraste com a malha hidroviária da região que chega a mais de 16 mil quilômetros.

No Estado do Pará, o governo estadual disponibiliza dois aviões e quatro helicópteros para cobrir um território que é duas vezes o tamanho da França. Para ilustrar, a distância entre o município de Faro no Estado do Pará, onde houve casos de mortes por asfixia, e a capital paraense é de cerca de 1.000 quilômetros.

Um outro fator regional que impõe um desafio é o período intenso de chuvas. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a precipitação de chuvas no Norte pode chegar a mais de 3.000 mm/ano, ao passo que no Sudeste pode girar em torno de 1.500 mm/ano.

Elas interferem diretamente em toda a logística de transportes, conforme aponta a Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIM) que aconselha se levar em conta as estações do ano para transporte em lugares remotos.

Uma política fiscal sustentável que sirva para promover o crescimento econômico e o desenvolvimento social deve considerar elementos regionais particulares na sua elaboração.

Se o argumento é que até lá o setor privado se organizará e conseguiremos resistir melhor do que agora, rebatemos com o fato de apenas 2,4% da população no Norte possui seguro de saúde (comparado com Sudeste 15,5%). Lá, indiscutivelmente, não será a capacidade privada que livrará a barra do governo federal. Tampouco serão os entes subnacionais.

A limitada capacidade arrecadatória somada com despreparo da burocracia assegurarão barreiras à soluções públicas locais. O resultado será menos eficiência dos gastos públicos e mortes crescendo a taxas avassaladoras para uma sociedade e sua economia.

A região amazônica tem sido motivo de grandes debates; indiscutivelmente prendemos o mundo ali. Enquanto não compreendermos que ela merece atenção especial, inclusive no desenho fiscal, jamais daremos o seu devido valor.

Mayra Castro é designer de Conexões e Parcerias e ex-diretora do Consulado Científico do Governo da Suíça em São Paulo

Karina Bugarin, economista, pesquisadora do Nereus, EPRG e LabPub da USP, foi subsecretária de Produtividade e Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo.

Conteúdo Publicitário

Rayssa Bratillieri defende hábitos sustentáveis: "Gosto de ser exemplo"

UM SÓ PLANETA

Porsche Taycan Cross Turismo é a perua mais eletrizante à venda no Brasil

UM SÓ PLANETA

Bill Gates fala sobre clima, vacinas e uma dose de otimismo

UM SÓ PLANETA

 **COMENTÁRIOS**

Mais do Valor **Econômico**

BC revisa para US\$ 18,1 bi déficit em conta corrente em 12 meses até fevereiro

Antes, dados mostravam déficit bem menor, de US\$ 6,9 bi; revisão reflete mudanças nas estatísticas de comércio internacional referentes ao período de janeiro de 1997 a março de 2021

26/04/2021 10:38 — Em Brasil

Itália reabre restaurantes, bares, museus e cinemas

Taxas de novos casos de covid-19 estão caindo pelo menos desde meados de março

Destruar qual reforma tributária?

Novo sistema só poderá ser aplicado junto com a criação dos benefícios diretos para a população carente do auxílio estatal

Por Joaquim Barbosa e Thiago Sorrentino

26/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Como a atenção e a energia pública e privada nacional estão quase inteiramente concentradas na questão sanitária, a discussão sobre a remodelagem do sistema tributário vai ficando em segundo plano. É claro que a perda de força do debate dessa questão também é fruto das profundas divisões existentes entre os vários grupos da vida nacional cujos interesses a reforma pode vir a afetar.

Tramitam no Congresso Nacional atualmente as PECs 45 e 110, o Simplifica Já e o PL 3.887/20. Porém, algo de muita relevância escapa à observação dos animadores de

todos esses projetos de reforma - a paulatina reforma tributária paralela que se opera no âmbito do chamado contencioso tributário em curso no país.

Novo sistema só poderá ser aplicado junto com a criação dos benefícios diretos para a população carente do auxílio estatal

Como a Constituição brasileira fixa como objetivos fundamentais da República o bem-estar social, o fortalecimento dos princípios democráticos, o desenvolvimento econômico, a redução da pobreza e das desigualdades sociais que tanto nos singularizam, uma reforma tributária consequente precisa ter ao menos dois propósitos essenciais: permitir a organização de forma equilibrada do sistema produtivo, de modo a distribuir entre os diversos setores da economia sua parcela justa de contribuição e, não menos importante, ter como alvo o indivíduo.

A tributação é um elemento essencial e estruturante das sociedades, e isso desde tempos imemoriais. Tributar é fazer com que cada integrante da “polis” contribua concretamente para o bem comum na exata medida da sua capacidade. Da soma das contribuições de cada cidadão e de cada ente produtivo decorre o desenvolvimento econômico, a melhoria generalizada das condições de vida e de empregabilidade e a distribuição de renda.

Aparentemente, parece haver amplo consenso sobre pelo menos um ponto: o Brasil precisa instituir um sistema tributário mais simples, mais claro, mais transparente e

que rompa de vez com as proverbiais ambiguidades legislativas geradoras de impasses interpretativos que estão na origem do barroco contencioso tributário que paralisa tanto o poder Judiciário quanto as instâncias decisórias administrativas especializadas vinculadas ao poder Executivo.

Numa palavra, é urgente aprovar uma reforma que reduza a incerteza e que se traduza em menores custos para os setores que comprovadamente geram empregos, com a contrapartida de que a diminuição do chamado “custo Brasil” efetivamente estimule a criação de novas vagas de trabalho. Mas, é preciso dizer, só a simplificação não basta.

A ideia de se instituir o chamado Imposto sobre Valor Agregado com rigorosa alíquota única pode ser parte da solução. Parece claro que a atual concentração de benefícios fiscais na ponta da arrecadação se mostra altamente ineficiente, seja porque favorece de maneira pouco criteriosa certos nichos sociais sem a contrapartida de benefícios palpáveis ao cidadão.

É imprescindível, pois, reformular o sistema para que os benefícios fiscais tenham impacto sobre aqueles que realmente deles necessitam, de modo direto. Um sistema de alíquota única também pode ser benéfico para o objetivo paralelo e importante de diminuir o número de controvérsias jurídicas e, por extensão, de reduzir a litigiosidade, que é especialmente elevada no campo tributário.

Note-se, porém, que entre as propostas em discussão há zonas de sombra e não faltam temas polêmicos. Seria de bom alvitre, por exemplo, que as propostas de mudança indicassem claramente quais serão os critérios de realocação da carga tributária, uma vez que já circulam estudos a indicar que a tributação dos setores financeiro e industrial será deslocada para o setor da prestação de serviços. Uma mudança de tal envergadura seria economicamente eficiente? Estaria ela em harmonia com o nosso pacto social?

Questão igualmente espinhosa é a relativa à proposta de introdução de um prazo relativamente elástico de transição do regime atual para o regime proposto, podendo o lapso temporal chegar a dez anos. Como se sabe, o Brasil está longe de possuir um histórico brilhante no que diz respeito ao cumprimento de promessas públicas e ao atendimento a expectativas legítimas das pessoas. E a justificativa para

não se honrar os compromissos públicos invariavelmente é a mesma: o multifuncional princípio da “reserva do possível” - alegação que soa no mínimo paradoxal, já que externada invariavelmente por um Estado ao qual raramente faltam recursos para honrar despesas cuja urgência é no mínimo questionável.

Para lidar com a incerteza, o regime de transição deve prever mecanismos rígidos para impedir “puxadinhos” que desfigurem a estrutura da reforma, além de impedir a postergação indefinida de seu prazo. Caberia ao Congresso especial atenção para não ceder à tentação de criar pequenas “exceções” na definição das alíquotas, as quais serviriam apenas para beneficiar os grupos privilegiados de sempre.

Também seria altamente importante vincular a alíquota única à devolução personalizada dos incentivos à população de baixa renda sob a forma de benefícios diretos. É o caso dos benefícios destinados à cesta básica, cuja transformação em benefícios particulares diretos à população necessitada é uma obrigação inadiável. De fato, estudos do Ipea e do MF indicam que a verdadeira progressividade do sistema será atingida com esse mecanismo de devolução personalizada. Noutras palavras, o sistema novo somente poderá ser aplicado concomitantemente à criação dos benefícios diretos para a população carente do auxílio estatal.

Por fim, mas não menos importante, a reforma tributária deve vir acompanhada ou imediatamente secundada por uma criteriosa revisão das regras de direito orçamentário.

Nosso sistema orçamentário é opaco e propenso a burlas. Nele se escamoteiam os reais destinatários dos recursos públicos, nos seus escaninhos se escondem incontáveis interesses paroquiais nem sempre compatíveis com os interesses superiores da nação. Nenhuma reforma tributária produzirá efeitos positivos se o sistema de gastos permanecer inalterado.

Em resumo, deve ser dada prioridade à reforma tributária que incorpore mecanismos aptos a garantir a segurança jurídica do cidadão, que reduza de maneira significativa a complexidade e a litigiosidade inerentes ao sistema como um todo e que promova o imediato resgate ou a introdução de benefícios fiscais que sejam justificáveis à luz do pacto republicano. Em suma, restaurar a confiança no Estado-tributário, conferindo-lhe credibilidade e legitimidade.

Joaquim Barbosa serviu aos três Poderes da República. Em 1984 foi empossado no cargo de Procurador da República. De meados de 1985 até o final de 1987 foi chefe da consultoria jurídica do Ministério da Saúde. Em junho de 2003 tomou posse no cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal. De 2012 a 2014 foi Presidente do Supremo Tribunal Federal. vai no fim do artigo

Thiago Buschinelli Sorrentino é professor do IBMEC/DF, mestre em Direito Tributário e doutorando em Ciências Jurídicas

Conteúdo Publicitário

Atmosfera sobre Oceano Pacífico bateu recorde de CO2 em março

UM SÓ PLANETA

Bill Gates fala sobre clima, vacinas e uma dose de otimismo

UM SÓ PLANETA

Acidente com carro da Tesla causa duas mortes no Texas

VALOR INVESTE

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor Econômico

BC revisa para US\$ 18,1 bi déficit em conta corrente em 12 meses até fevereiro

Antes, dados mostravam déficit bem menor, de US\$ 6,9 bi; revisão reflete mudanças nas estatísticas de comércio internacional referentes ao período de janeiro de 1997 a março de 2021

26/04/2021 10:38 — Em Brasil

Medida provisória para simplificar aviação está pronta

Governo trata a iniciativa como “faxina regulatória”

Por Daniel Rittner — De Brasília

26/04/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O governo pretende enviar ao Congresso Nacional, nas próximas semanas, uma medida provisória com alterações no Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) e na lei de criação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Em vez de reforma da legislação, a iniciativa é tratada como uma “faxina regulatória”. “A ideia da MP é simplificar, desburocratizar, corrigir distorções”, afirma o presidente da agência, Juliano Noman.

A quantidade de taxas de fiscalização cobradas na aviação civil, definidas pela Lei da Anac (11.182 de 2005), deverá cair das atuais 342 para apenas 25. Já as companhias aéreas não serão mais consideradas concessionárias de um serviço público, conforme estabelece hoje o CBA (7.565 de 1986), e ficarão livres de um contrato de concessão como pré-requisito das operações.

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, assinou a MP na sexta-feira e ela foi incluída no sistema eletrônico do governo. Agora está pendente de revisão pela subchefia de assuntos jurídicos da Casa Civil, que encaminha o texto ao presidente Jair Bolsonaro. Quando encaminhada ao Congresso Nacional, tem 60 dias (prorrogáveis por igual período uma única vez) para ser votada ou perde validade.

De acordo com Noman, o pedido das autoridades do setor foi de envio do texto como MP - e não como projeto de lei - justamente para melhorar o ambiente de negócios na aviação civil em uma tentativa de acelerar a recuperação pós-pandemia. "A retomada será crucial para a sustentabilidade do setor aéreo. Ela pode ser mais rápida ou mais devagar. Considerando os danos da pandemia, ficou muito urgente."

Para ele, é inviável lidar com 342 taxas concomitantes. "Imagine a confusão que isso significa no ambiente regulatório. Não é nem uma questão de valor. Muitas vezes ninguém sequer sabe qual taxa deve pagar", afirma.

Um anexo à minuta da MP cria seis faixas de complexidade para os serviços da Anac, reagrupados agora em 25 taxas, buscando diferenciar pequenas e grandes empresas. Outro objetivo é corrigir regras ineficazes “Hoje quem quer certificar um balão no Brasil paga quase R\$ 900 mil. Quantos balões nós certificamos até hoje no Brasil? Zero. Por quê? Porque isso expulsa quem pretende se certificar.”

O fim da exigência de um contrato de concessão para voar - bastará o certificado de operador aéreo - significará menos burocracia e redução de custos administrativos, segundo Noman, sem que a Anac abra mão das questões de segurança. “Quanto a isso, continuaremos intransigentes.”

Outro alvo da simplificação é o registro aeronáutico brasileiro (RAB) - que controla marcas de matrícula e nacionalidades das aeronaves, emite certificados de matrícula e de aeronavegabilidade, processa o cancelamento de registros e inscrições. “Hoje é um grande cartório. Até acordo judicial de divórcio a gente pega registro porque pode envolver o patrimônio.”

No ano passado, a Anac e o Ministério da Infraestrutura já haviam lançado um programa de simplificação de regras e desburocratização de procedimentos voltados para a aviação geral (executiva, agrícola, recreativa), o Voo Simples. No entanto, eram todas medidas infralegais (portanto de menor abrangência) e sem impacto direto na aviação comercial.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Máscara KN95 se mostra superior em testes

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Sandália ortopédica é perfeita para aliviar as dores nos pés

CLICOU E LEVOU

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente.

SAÚDE JÁ

LINK PATROCINADO

Número de julgamentos tributários no STF cresce na pandemia

Levantamento mostra que, desde abril de 2020, os ministros julgaram 45 ações relacionadas a temas fiscais com repercussão geral

Por **Rodrigo Carro** — Do Rio

26/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O número de temas tributários julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) disparou durante a pandemia na esteira da adoção de sessões virtuais. Desde abril de 2020, o STF julgou 45 ações relacionadas a temas tributários com repercussão geral - aquelas cuja amplitude e abrangência podem impactar centenas ou até milhares de outros casos similares. O total, levantado pelo escritório Daudt, Castro e Gallotti Olinto Advogados, é maior que o somatório de todos os temas tributários julgados entre 2016 e o início da pandemia (32 ações).

Sócio-proprietário do escritório, Leonardo Gallotti Olinto atribui o aumento no julgamento de matérias tributárias relevantes pelo Supremo a uma certa “inação do Congresso Nacional”. O Supremo, segundo ele, estaria “desengavetando” temas parados no Congresso por serem pouco populares.

Ao todo, o STF julgou no ano passado o mérito de 135 processos com repercussão geral, quatro vezes mais do que em 2019. Em ambos os casos estão contabilizadas não só ações tributárias, mas também as de outras naturezas. Se forem consideradas apenas os temas tributários, o crescimento de um ano para o outro foi ainda maior - mais de seis vezes, de 7 para 44 na comparação entre 2020 e o ano anterior.

Olinto classifica como “uma reforma tributária silenciosa” a profusão de temas relevantes julgados virtualmente pelo Supremo durante a pandemia, especialmente na seara tributária. “De alguma forma a pandemia levou o STF a escoar por meio dos julgamentos virtuais uma série de temas tributários que, do contrário, teriam uma visibilidade maior para a sociedade”, diz o advogado.

Dos 45 temas tributários julgados no período da pandemia, 42 foram por meio de Plenário Virtual. Nesse formato, não há espaço para sustentação oral ou discussões entre os ministros. O julgamento difere do realizado por videoconferência. “Não há [no Plenário Virtual] a menor interação ou debate”, acrescenta o advogado.

O resultado tem sido desfavorável até agora ao contribuinte, se for considerado o período da pandemia. Pelas contas do Daudt, Castro e Gallotti Olinto Advogados, do total de 45 temas tributários de repercussão geral julgados pelo STF desde abril de 2020, 31 tiveram decisões favoráveis ao Fisco, 12 foram pró-contribuinte e duas, neutras.

“Ninguém em sã consciência vai reclamar da celeridade. Mas a que custo? Se o custo for a insegurança jurídica e a ausência de debate em questões tributárias, não adianta”, diz o tributarista Henrique Corredor Barbosa, sócio do escritório Raphael Miranda Advogados. Os julgamentos sequenciais em Plenário Virtual se converteram, segundo ele, em fonte “insatisfação” no mercado da advocacia. “O STF tem alterado a jurisprudência pacífica em temas já consagrados.”

Introduzida em 2004, pela Reforma do Judiciário, a repercussão geral foi incorporada ao novo Código de Processo Civil, em vigor desde 2016. Foi concebida originalmente como um filtro qualitativo que permitiria ao STF analisar somente os recursos relevantes para a ordem constitucional. Isso porque, num primeiro momento, o Supremo avalia se o tema tem repercussão geral. Em caso negativo, a matéria não será julgada pelo tribunal.

A partir do julgamento dos processos de repercussão geral são consolidadas teses jurídicas que terão de ser necessariamente aplicadas por tribunais de instâncias inferiores em casos similares. As teses permitiriam, portanto, desafogar o Judiciário, explica José Guilherme Missagia, também sócio do Daudt, Castro e Gallotti Olinto Advogados.

Entre as teses decorrentes de ações julgadas pelo STF durante a pandemia está, por exemplo, a de que é legítima a incidência de contribuição social, a cargo do empregador, sobre o valor pago ao funcionário com carteira assinada a título de terço constitucional de férias. “Foi uma decisão que alterou radicalmente os precedentes anteriores, sem qualquer mudança da lei ou dos fatos que justificassem a alteração”, diz Barbosa, do Raphael Miranda Advogados.

Em nota, o STF informa que o aumento no número de casos julgados ocorre não só na área tributária, mas em todas as demais. “Isso se deve à ampliação das competências de julgamento por meio do plenário virtual”, justifica a Corte no texto,

acrescentando que qualquer ministro pode pedir “destaque” para julgamento presencial.

Para o STF, afirmar que a instituição é mais ou menos favorável ao Fisco apenas com base em número de ações julgadas “pode levar a conclusões equivocadas”, uma vez que seria necessário avaliar o teor de cada pedido específico e se as teses apresentadas pelas partes possuem amparo na Constituição Federal.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Máscara KN95 se mostra superior em testes

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente.

SAÚDE JÁ

LINK PATROCINADO

Sandália ortopédica é perfeita para aliviar as dores nos pés

CLICOU E LEVOU

LINK PATROCINADO

Psiu! Você esqueceu seu sêrum preenchedor de rugas no carrinho! Corre que dá tempo!

DIATENA OFICIAL

LINK PATROCINADO

Sêrum preenchedor de rugas com desconto em Salvador

DIATENA OFICIAL

LINK PATROCINADO

Aqui está o significado das bolas vermelhas em um fio de alta tensão

PAWS ZILLA

Conteúdo Publicitário

Bill Gates fala sobre clima, vacinas e uma dose de otimismo

UM SÓ PLANETA

7 projetos incríveis movidos a energia eólica

Realização do censo é obrigação legal, diz procuradora

Na sexta-feira, secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia afirmou que não há dotação orçamentária para sua realização em 2021

Por **Fabio Graner** — De Brasília

26/04/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A lei que estabeleceu o Censo Demográfico no Brasil completará 30 anos no dia 10 de maio, poucos dias depois de o governo ter anunciado que não tem previsão de fazer a pesquisa neste ano. Mas a realização da pesquisa a cada dez anos é uma obrigação prevista em lei e não poderia ser descumprida neste ano, diz a procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo e especialista em finanças públicas, Élide Graziane.

O tema ganhou destaque porque na sexta-feira, o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, afirmou que não há dotação orçamentária para sua realização em 2021. A última edição foi feita em 2010. Ele disse que o tema será discutido futuramente pelo governo.

Na área econômica, além do fato de o Congresso ter deixado de fora os quase R\$ 3 bilhões necessários para sua execução, a leitura é que a situação de pandemia não favoreceria a realização da pesquisa, embora se saiba que ela está prevista em lei. Segundo uma fonte, os pesquisadores indo de casa em casa para fazer os levantamentos de informações elevariam os riscos de transmissão do vírus.

O mesmo interlocutor lembra ainda que é preciso no mínimo dividir a responsabilidade pela falta de recursos para o censo com o Congresso, que, apesar do montante elevado de emendas, não separou dinheiro para essa pesquisa.

Élida, porém, considera que a justificativa da pandemia poderia até ser válida em 2020, quando o prazo legal já determinava o levantamento. Agora, argumenta, há vacina disponível para a covid-19 e os recenseadores poderiam ser incluídos entre as prioridades. “O governo vai pagar e fazer a vacinação prioritária de atletas que vão para a Olimpíada, por que não fazer isso para os recenseadores?”, questionou, apontando que, como está em lei, o censo deveria ser tratado como despesa obrigatória.

Para ela, há incoerência do governo, que colocou na PEC emergencial um dispositivo determinando a avaliação de políticas públicas, mas agora nega recursos para o censo, que traria informações preciosas e necessárias para que elas sejam bem feitas. Além disso, a pesquisa é necessária para atualizar a repartição de recursos federais com Estados e municípios.

A procuradora aponta que a falta de dotação orçamentária não é empecilho. “Pode se fazer um crédito especial para autorizá-la”, lembrou. Isso, contudo, encontraria um outro problema: o teto de gastos. Mas há propostas para retirar essa despesa do limite constitucional, como a feita pelo economista Bráulio Borges, em 2019.

Além da falta de previsão para o censo, o Orçamento de 2021 teve outras polêmicas. A peça sancionada na quinta-feira teve cortes significativos na área de educação, com quase R\$ 4 bilhões a menos (R\$ 2,7 bilhões em bloqueio, que pode se revertido, e mais R\$ 1,2 bilhão em vetos, cortes definitivos). O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) teve o maior volume perdido, R\$ 9,5 bilhões. A pasta é comandada por Rogério Marinho, desafeto de Paulo Guedes (Economia).

O corte atingiu até o Ministério do Meio Ambiente, mesmo com a cúpula do clima e as promessas de aumento de verbas. Perto de outras pastas, o corte foi pequeno: R\$ 239 milhões em vetos, sendo a maior parte das emendas de relator.

Outro ponto controverso foi o corte de R\$ 200 milhões em verbas para o desenvolvimento de vacina nacional para a covid-19, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia. O senador Wellington Fagundes (PL-MT), relator da comissão temporária da covid no Senado, classificou o corte de “inadmissível” e disse que vai convidar o ministro Marcos Pontes para tratar do assunto na Casa.

Conteúdo Publicitário

Porsche Taycan Cross Turismo é a perua mais eletrizante à venda no Brasil

UM SÓ PLANETA

Bill Gates fala sobre clima, vacinas e uma dose de otimismo

UM SÓ PLANETA

Risco de aumento de imposto na reforma inquieta Economia

Lira promete texto da reforma tributária para 3 de maio

Por Fabio Graner — De Brasília

26/04/2021 05h00 · Atualizado há uma hora

Lira: presidente da Câmara diz que pretende discutir reforma com a sociedade — Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Entrou no **radar** da **equipe econômica** a possibilidade de o relatório da **reforma tributária** do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) promover um **aumento na carga de impostos e contribuições** sobre a economia brasileira. Essa hipótese está sendo levantada pelo time do ministro **Paulo Guedes**, principalmente pela questão da calibragem do Imposto sobre Valor Adicionado (**IVA**), que na PEC principal (45) substitui uma série de impostos federais, estaduais e municipais.

O Ministério da Economia tem contribuído com informações e simulações sobre os novos desenhos para o sistema, que já estariam com Ribeiro. A proposta do governo é começar mudando apenas o PIS/Cofins, criando a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBC), um tributo federal, que poderia ser, com o tempo, acoplado ao ICMS e ISS.

Já a PEC 45, que era patrocinada pelo ex-presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), faz uma mudança mais ampla nos tributos sobre consumo e pode

trazer outras medidas, mas provavelmente deixará de fora o imposto sobre transações que bancaria a desoneração da folha de pagamentos das empresas. “Não aceitaremos aumento de carga tributária”, garantiu uma fonte da pasta.

No sábado, o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), prometeu para o dia **3 de maio** a apresentação de uma “**versão inicial**” do **texto da reforma**, que diferentes governos tentam fazer há três décadas. Sem citar o relator da matéria, cuja troca chegou a ser cogitada, Lira disse que a intenção em marcar uma data é promover a discussão com a sociedade, fazer audiências públicas com transparência e a participação de todos.

“O Congresso não pode ficar prisioneiro de guerras legislativas. Mais do que nunca, temos de cumprir nosso dever com a sociedade”, disse Lira, em rede social, sem deixar claro ao que se referia. O parlamento acabou de sair de um forte embate com o governo sobre os vetos no Orçamento está em meio a uma guerra sobre a realização da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da pandemia, que está para iniciar seus trabalhos no Senado.

Apesar dos atritos que recentemente teve com a equipe econômica, inclusive com aliados dele defendendo uma cisão do ministério, Lira tem se alinhado com representantes do mercado financeiro e prometido nessas reuniões que vai seguir a agenda de reformas, que inclui também a administrativa. Por pressão dele, a

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) começou a trabalhar a tramitação das mudanças nas regras de contratação do setor público.

Essa postura reformista do chefe da Câmara, agrada o alto escalão do ministério comandado por Paulo Guedes, a despeito das preocupações com os possíveis rumos que Aguinaldo Ribeiro pode dar para o texto da tributária. Essa reforma e a administrativa são tratadas pela equipe de Guedes como os temas mais relevantes para a agenda econômica neste ano e, a despeito do barulho no Congresso, os sinais seriam favoráveis.

Conteúdo Publicitário

7 projetos incríveis movidos a energia eólica

UM SÓ PLANETA

Atmosfera sobre Oceano Pacífico bateu recorde de CO2 em março

UM SÓ PLANETA

O movimento de inclusão feminina no mercado financeiro e a relação com a sustentabilidade

UM SÓ PLANETA

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Itália reabre restaurantes, bares, museus e cinemas

Taxas de novos casos de covid-19 estão caindo pelo menos desde meados de março

Vetos ao Orçamento de 2021 cortam recursos para saúde, educação e obras

Secretário diz que funcionamento da máquina pública está garantido, mas IFI vê risco de paralisação

Thiago Resende e
Bernardo Caram

BRASÍLIA Os vetos do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ao Orçamento de 2021 retiraram dinheiro das áreas de saúde, educação e também para obras. Para garantir verba para despesas obrigatórias, como aposentadorias, o governo teve que abrir espaço no Orçamento, num valor de aproximadamente R\$ 29 bilhões.

Desse total, R\$ 20 bilhões foram na forma de vetos, e R\$ 9 bilhões, na de bloqueio — o que deixa os gastos em suspenso e só serão liberados se houver dinheiro para o pagamento ao longo do ano. A diferença é que os programas e ações bloqueadas podem voltar a ser autorizados em 2021, o que não ocorre no caso de veto.

Apesar de a crise sanitária do coronavírus atingir recordes no país, a verba para a saúde não foi poupada. A pasta perdeu R\$ 2,2 bilhões em recursos vetados. Não houve, porém, bloqueio nessa área.

No Ministério da Educação, foi vetado R\$ 1,1 bilhão. O bloqueio foi de R\$ 2,7 bilhões. O ministro que mais perdeu verba foi Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional). Foram vetados R\$ 8,6 bilhões e bloqueados R\$ 800 milhões. Marinho havia sido o titular que mais ganhou dinheiro após mudanças no Orçamento feitas pelo Congresso.

As alterações, no entanto, cortaram previsão de despesas obrigatórias, como aposentadorias e seguro-desemprego, que ficaram abaixo do suficiente para garantir os pagamentos até o fim do ano. Isso abriu uma arrastada negociação entre Planalto, Ministério da Economia e Congresso.

A solução costurada para destravar o Orçamento de 2021 envolveu uma combinação de vetos a emendas parlamentares e recursos de programas de ministérios, além de um esforço do governo para enxugar ao máximo os gastos com o funcionamento da máquina pública.

Neste ano, o Orçamento tem a previsão de um total de R\$ 1,486 trilhão em despesas federais sujeitas ao teto. Desse montante, o governo afirma que terá cerca de R\$ 87 bilhões em recursos discricionários, destinados a custeio da máquina pública e investimentos. Esse valor, menos de 6% do total, acaba incrementado por emendas parlamentares.

De acordo com o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, os cortes oficializados nesta sexta-feira (23) não geram risco para o funcionamento da máquina pública.

"Entendemos que, neste momento, não corremos risco de termos parada em nenhum dos ministérios", disse.

A percepção do diretor executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente), órgão ligado ao Senado, Felipe Salto, é diferente. Para ele, a tesoura feita pelo governo ameaça a chance de rompimento do teto de gastos, que limita as despesas do governo, mas traz o risco de paralisação em serviços públicos essenciais. "No limite, podemos assistir a um quadro de shutdown".

O economista diz que não há margem no teto e, por isso, a conta não fechará se o governo precisar desbloquear verbas caso tenha problemas com a prestação de serviços. "O governo vai ter de mostrar que será possível manter políticas públicas essenciais. Se lançar mão do expediente da contabilidade criativa para evitar cortes, vai ser muito preocupante", afirmou.

Os técnicos do governo afirmaram que, com a reorganização do Orçamento, serão lançados o Pronampe, que concede crédito emergencial a pequenas empresas, e o programa que permite corte de jornada e salário de trabalhadores, com compensa-

ção parcial paga pelo governo. Eles não apresentaram previsão para o lançamento. Com o veto parcial ao Orçamento aprovado pelo Congresso, Bolsonaro seguiu a orientação do ministro Paulo Guedes (Economia). O Legislativo, por sua vez,

também obteve vitórias na negociação, pois o veto às emendas desejado pela equipe econômica foi enxugado nas negociações. Emendas são recursos direcionados por deputados e senadores a projetos de suas bases eleitorais. Também foi vetada a autori-

zação para criação de cargos na PM e no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, que são custeados pela União. A sanção do Orçamento foi publicada na edição desta sexta do Diário Oficial da União, com data de quinta (22).
Leia mais às pág. A24 e A25 e B3

“O governo vai ter de mostrar que será possível manter políticas públicas essenciais. Se lançar mão do expediente da contabilidade criativa para evitar cortes, vai ser muito preocupante”

Felipe Salto
diretor-executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente), órgão ligado ao Senado

BREVE LANÇAMENTO

PINHEIROS

ARQUITETURA
JONASBURGER

LINCOLN LRT

HY
PE

by you,inc

VIVA NA **TENDÊNCIA**
DA CIDADE

STUDIOS
1 DORM.

LAZER NO ROOFTOP

RUA CRISTIANO VIANA, 1.216

PINHEIROS
A 500 M DO METRÔ SUMARÉ

you, 100% DIGITAL

 @youinc
 youincorporadora

 @youincorporadora
 @youincorporadora



4210-4698
HYEPINHEIROS.COM.BR

Incorporação, administração, realização e futura intermediação:

you,inc

“You Intermediação Imobiliária LTDA., Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 360 - 2º andar - São Paulo/SP - CEP: 04543-000 - Tel.: (11) 3199-7900 - CRED: 25.872-J. O empreendimento só será comercializado após o registro de Incorporação no Cartório de Imóveis competente, nos termos da Lei nº 4.591-64. Projeto em aprovação sujeito a alterações. As imagens contidas neste material são meramente ilustrativas, podendo sofrer alterações. A vegetação e o paisagismo retratado são meramente ilustrativos e representam parte adulta de referência. Na entrega do empreendimento, essa vegetação poderá apresentar diferenças de tamanho e porte.” -Fonte: Google Maps.

Plano Biden no Brasil?

O que é bom para os Estados Unidos pode não ser bom para o Brasil

Marcos Mendes

Pesquisador associado do Inspier, é autor de "Por que é Difícil Fazer Reformas Econômicas no Brasil?"

O Plano Biden está na moda. Ele seria o novo paradigma econômico: mais gasto público, sem preocupação com a solvência do Estado. Equilibrar as contas seria ideia velha. Não caberia mais o "austericídio" fiscal que se pratica no Brasil. Estaria na hora de seguir os novos ventos que vêm dos EUA.

Antes da adesão apressada, é importante fazer três perguntas: seria essa a melhor opção para os EUA? Se for bom para os EUA, será bom para o Brasil? O Brasil praticou "austericídio" nos últimos anos?

O Plano Biden não é consensual nos EUA. Economistas de peso têm argumenta-

do que os gastos são excessivos e mal focalizados, com impactos adversos sobre a inflação (Larry Summers). Haverá redução do espaço para novos pacotes, quando vierem novas crises (John Cochrane). A fragilidade fiscal deixará o país mais vulnerável na competição com a China (Kenneth Rogoff). A produtividade futura da economia ficará ameaçada pelo socorro público a empresas ineficientes (Raghuram Rajan).

Talvez, em vez de estarem avançando para um novo paradigma econômico, os EUA estejam apenas se tornando mais parecidos com o Brasil. Uma sociedade dividida, com polarização política. Com mi-

norias fráguas no Congresso, Biden teme perder as eleições de meio de mandato, como ocorreu com Obama. Investe, então, em entregar benefícios e esperanças no presente, empurrando os custos para o futuro. É o encurtamento do horizonte de planejamento, tão conhecido abaixo do equador. Mesmo que fosse um modelo perfeito para os EUA, isso não significa que o Brasil deveria seguir a receita. As diferenças entre as duas economias são enormes.

Nosso histórico de hiperinflação nos torna muito mais sujeitos a descontrole inflacionário, em caso de crise fiscal. Os EUA não têm registro de calo-

res na dívida pública, enquanto nós já o fizemos tanto na dívida externa quanto na interna. Por isso, pagamos juros mais altos sobre a nossa dívida pública.

Nos EUA, a taxa de juros incidente sobre a dívida pública é menor que a taxa de crescimento da economia. Isso ajuda a conter o crescimento da relação dívida/PIB. Com economia estagnada e juros altos, o Brasil não desfruta dessa condição.

Nos EUA se emite a moeda de reserva do mundo: países superavitários e investidores em busca de segurança acumulam dólares, o que possibilita ao governo norte-americano se financiar via emissões. Não se vê quem

queira acumular reais. Com uma economia mais rica, os EUA podem errar mais, pois isso jogará menos gente na pobreza do que erros semelhantes no Brasil. Também são mais produtivos e com maior potencial de crescimento.

Por tudo isso, os Estados Unidos têm mais espaço que o Brasil para fazer expansão fiscal, sem sofrer efeitos colaterais imediatos.

Mesmo assim, eles estão se precavendo e aumentando a receita tributária, para evitar crescimento muito grande do déficit. A alíquota de tributação sobre as empresas subirá de 21% para 28%. E no Brasil? Já partimos de uma alíquota de 34% do PIB, então há espaço para aumentá-la. O ideal, por aqui, seria diminuir benefícios fiscais. Mas isso está bloqueado pelos beneficiários, desde o editor de livros até a indústria petroquímica, passando pelo desconto da cirurgia estética no Imposto de Renda.

Por fim, é equivocado dizer que existe austeridade fiscal

no Brasil. Austeridade significa cortar despesa e aumentar tributos, visando reduzir a dívida.

Por aqui, a despesa primária do governo federal cresceu de 14% do PIB em 1997 para 19,5% em 2015, e desde então se estabilizou nesse patamar. Mesmo com o teto de gastos, não caiu.

A carga tributária, que sob austeridade deveria subir, está aproximadamente dois pontos percentuais abaixo da que vigoravam em 2007. E a dívida cresce sem parar desde 2013.

Que austeridade é essa? Na pandemia, gastamos como países ricos, muito acima dos emergentes.

No Brasil, não existe uma política de redução do tamanho do Estado. O que há é um esforço para desacelerar seu crescimento. Uma tentativa de segurar o cachorro pelo rabo.

Já tentamos a "estratégia Biden" no 2º PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) e no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Os dois planos acabaram em crise e pobreza. Vamos embarcar de novo?

DOM. Samuel Pessoa | SEG. Marcia Dessen, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecília Machado | QUA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Novas regras de privacidade do iPhone prejudicam Facebook

SAN FRANCISCO | FINANCIAL TIMES A Apple vai expandir seus negócios publicitários, de acordo com duas pessoas informadas sobre os planos da empresa, no exato momento em que adota novas regras de privacidade para o iPhone que provavelmente bloquearão a publicidade oferecida por rivais como o Facebook. A fabricante do iPhone já

vende anúncios vinculados a resultados de busca na App Store, que permitem que desenvolvedores paguem por posições no topo da lista de retornos. Em buscas pelo termo "Twitter", por exemplo, o primeiro resultado é, no momento, "TikTok". A Apple agora planeja abrir um segundo espaço publicitário, na seção de apps "su-

geridos" da página de buscas de sua App Store. O novo espaço deve ser introduzido até o fim do mês, de acordo com umas das fontes, e permitirá que desenvolvedores promovam seus apps em toda a rede da companhia, em lugar de apenas em resposta a termos específicos de busca. Procurada, a Apple se recusou a comentar o assunto.

A expansão é o primeiro sinal concreto de que a Apple planeja reforçar seus negócios publicitários, e a o mesmo tempo desordenar o mercado mais amplo de publicidade digital, que movimenta US\$ 350 bilhões ao ano e é liderado pelo Google e pelo Facebook. A nova atualização do sistema operacional da Apple, iOS 14.5, impedirá que apps e

anunciantes recolham dados de usuários do iPhone sem o consentimento explícito destes. A maior parte dos usuários deve recusar os pedidos de rastreamento, o que representará um grande golpe para a forma pela qual o setor de publicidade em celulares opera. A Apple declarou que as mudanças levariam mais privacidade aos seus usuários, mas

alguns críticos acusaram a empresa de buscar expandir seu negócio publicitário, que é relativamente modesto. Mark Zuckerberg, presidente executivo do Facebook, disse que "a Apple pode dizer que está fazendo isso para ajudar as pessoas, mas a medida claramente promove seus interesses competitivos". Tradução de Paulo Migliacci



semináriosfolha

WEBINAR São Paulo 2030

Os avanços e entraves do Plano Diretor Estratégico

A cidade de São Paulo vem enfrentando dois grandes desafios de desenvolvimento há décadas: a habitação e o saneamento. Com o fim da vigência do Plano Diretor nos próximos anos, o **Seminário São Paulo 2030** coloca em pauta essas duas questões. Especialistas e convidados vão discutir quais foram os avanços do Plano sobre o déficit de habitação. Já para as políticas de saneamento, como público e privado devem agir a fim de atingir os objetivos propostos?

Seminários Folha. O Brasil precisa ser discutido.



folha.com/saopaulo2030

DEBATES

15h às 16h30

Habitação e Plano Diretor

<p>Cesar Azevedo secretário municipal de Urbanismo e Licenciamento de São Paulo</p>	<p>Claudio Bernardes ex-presidente do Secovi-SP e colunista da Folha</p>	<p>Danielle Klintonwitz coordenadora-geral do Instituto Polis</p>	<p>Nabil Bonduki colunista da Folha e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP</p>	<p>Tainá de Paula arquiteta e urbanista e vereadora do Rio de Janeiro</p>
--	--	--	--	--

16h30 às 18h

Sustentabilidade e saneamento

<p>Benedito Braga presidente da Sabesp</p>	<p>Christiane Dias diretora-presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)</p>	<p>Guilherme Barbosa Checco coordenador de pesquisas no Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS)</p>	<p>Marcel Dalto advogado e sócio do Nelson Wilians Advogados</p>	<p>Marina Grossi presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)</p>
---	--	--	---	--



27 DE ABRIL
15h às 18h

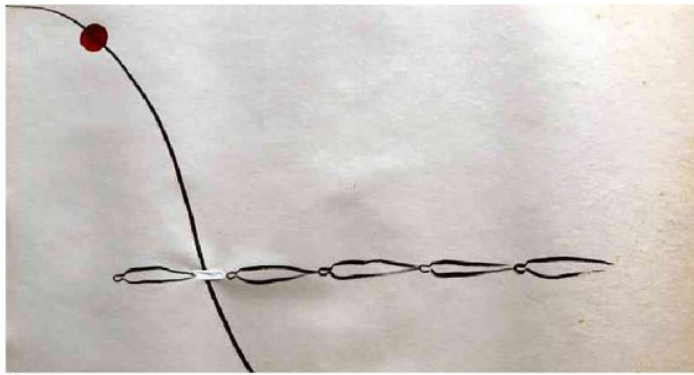
EVENTO GRATUITO

Apresentado por: **sabesp**

N NELSON WILIANS GROUP

Realizado por: **FOLHA100** ***

Assista ao vivo em folha.com/saopaulo2030 e participe enviando perguntas para o **WhatsApp 11 99648-3478**



Juliana Freire

24 governadores numa impertinência

Carta entregue a Joe Biden foi marquetagem imprópria e incompetente

Elio Gaspari

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada"

Os 24 governadores que entregaram ao embaixador americano Todd Chapman uma carta ao presidente Joe Biden oferecendo o "desenvolvimento de parcerias e de estratégias de financiamento" para a proteção do meio ambiente praticaram uma marquetagem imprópria, incompetente e inútil. (Os governadores de Santa Catarina, Rondônia e Roraima não assinaram a carta.)

Foi uma iniciativa imprópria porque não compete a governadores propor "estratégias" a governos estrangeiros. Na carta os doutores falam em nome dos "governos subnacionais brasileiros". Ganha um fim de semana num garimpo ilegal quem souber o que é isso.

É incompetente porque uma colaboração internacional para defender o meio ambiente (leia-se proteger a Amazônia dos agrotóxicos aninhados no bolsonarismo) não precisa

ser buscada na Casa Branca. Até o ano passado ela era ocupada por um tatarana. Existem organizações credenciadas para negociar essas "parcerias".

A incompetência e à impertinência junta-se um fator de inutilidade historicamente documentada. Os Estados Unidos, como qualquer outra nação, têm interesses. Os amigos são asteriscos. Governadores "amigos" acabam virando massa de manobra.

Em 1961, o presidente John Kennedy lançou um programa chamado Aliança para o Progresso. Tratava-se de barrar a influência do comunismo cubano promovendo reformas sociais na América Latina. Coisa fina, mobilizando quadros da elite que trabalhara nas transformações dos Estados Unidos durante os mandatos de Franklin Roosevelt e na Europa do pós-guerra. Nesse grupo estava o professor americano Lin-

coln Gordon, com seu currículo de Harvard e Oxford, mais a experiência adquirida durante o Plano Marshall.

Kennedy nomeou Gordon para a embaixada no Brasil e ele fez parcerias com governadores amigos, como Carlos Lacerda no Rio, Ney Braga no Paraná e Aluizio Alves no Rio Grande do Norte. O que havia sido uma ideia de reformas sociais para o continente transformou-se aos poucos num instrumento de interferência política. Em menos de um ano, Gordon estava no Salão Oval da Casa Branca, discutindo também a possibilidade de um golpe militar no Brasil. Trabalhava-se com os "bons governadores" estimulavam-se projetos que impedissem avanços de candidatos de esquerda.

No final de 1962 Gordon percebeu que a essência reformista da Aliança Para o Progresso tinha morrido. Seu embaixada, e ele, estavam noutra.

Em 1964, deposto João Goulart, os governadores Ney Braga, Carlos Lacerda e Aluizio Alves, tornaram-se joias da coroa da Aliança para o Progresso e da nova ordem. Quatro anos depois, Lacerda e Aluizio Alves foram banidos da política pela ditadura.

Em 1971, o diretor do programa de segurança pública da Usaid, filha da Aliança para o Progresso, foi perguntado por um senador que pretendia denunciar a ação dos torturadores brasileiros:

— Uma dura declaração de nosso governo ou de sua embaixada talvez os inibisse? (...) O senhor não concorda?

— Eu não acredito, senador, e estou habilitado a responder assim.

(O doutor disse aos senadores que não sabia o que era a Operação Bandeirante. Era a mãe do DOI.)

A essa altura Gordon estava desencantado com os rumos do

regime brasileiro e a embaixada em Brasília informava que seria inútil aconselhar os empresários americanos a se afastarem da caixinha de colaborações para as agências de repressão política.

Vila Kennedy, um sonho americano

No mesmo depoimento aos senadores americanos, o burocrata da Usaid disse que à noite se sentiria "mais seguro no Rio" do que em Washington. Em 1971, a capital americana estava mal das pernas, e o Rio tinha o Esquadrão da Morte. Passou o tempo e deu no que deu.

Um dos projetos mais vistosos da Aliança para o Progresso foi a construção da Vila Kennedy, no Rio de Janeiro. O projeto fazia a alegria do andar de cima. Havia uma favela no morro do Pasmado, entre Botafogo e Copacabana. Tratava-se de tirar os moradores dos barcos, levando-os para um subúrbio da cidade. Construíram-se casas populares, instalou-se uma pequena réplica da Estátua da Liberdade numa praçinha. A Usaid botou US\$ 25 milhões em dinheiro de hoje.

Passou o tempo e no entorno da vila surgiram mais de dez comunidades e as narcofilias. Em 2018 a demofobia entrou na região com a cloroquina da ocasião: a intervenção do Exército, com a utilização de 1.400 soldados. Militares distribuíram flores no Dia da Mulher, e a Vila Kennedy deveria ter sido a vitrine das operações militares. Virou resort do Comando Vermelho e dois anos depois drogas eram vendidas no pedaço em regime de drive-thru.

Madame Natasha

Madame Natasha faz qualquer coisa pelo meio ambiente, mas não participa de reuniões do idioma. Na quinta-feira não houve reunião de cúpula de chefes de Estado. Houve, quando muito, um vídeo muito chato.

Desde sempre, as reuniões de cúpula reúnem governan-

tes que às vezes discursam, mas sempre conversam reservadamente. Essa é a parte útil dos encontros. Na cúpula de Biden houve só a parte inútil.

No mesmo dia, houve muito mais interesse e emoção com a plenária virtual do Supremo Tribunal Federal confirmando a suspensão do então juiz Sérgio Moro.

Rascunho perdido

No rascunho que Ricardo Salles preparou para o discurso de Bolsonaro de quinta-feira alguns países europeus seriam atacados. Os parágrafos foram para o arquivo. A Europa livrou-se de uma boa.

Récio real

Jair Bolsonaro e seu pelotão palaciano estão convencidos de que há uma articulação para tirá-lo da cadeira.

Quando esse temor entra no palácio, o governo deixa de ter projeto.

Só isso explica que Bolsonaro tenha sido capaz de dizer que "o Brasil está na vanguarda dos esforços de parar o aquecimento global".

Salles na mira

O ministro Ricardo Salles haverá de se dar conta de que a mais letal das encenras em que se meteu foi a da joelhada que deu na Polícia Federal, com a demissão do delegado Alexandre Saraviva. Para a corporação, Salles solidorizou-se com delinquentes. Nenhuma polícia do mundo deixa isso barato.

Braga Netto em 22

O general da reserva Walter Braga Netto, ministro da Defesa, defendeu o governo dizendo que "é preciso respeitar" o "projeto escolhido pela maioria dos brasileiros" para dirigir o país.

Fica combinado que ele continuará na mesma posição em novembro 2022 quando terminará a contagem dos votos da eleição presidencial.

Isolamento no ócio

Nos próximos quatro domingos o signatário cumprirá um programa de isolamento com ócio.

Lewandowski autoriza acesso de Renan a mensagens hackeadas

BRASÍLIA | UOL. O ministro Ricardo Lewandowski, do STF (Supremo Tribunal Federal), liberou para a defesa do senador Renan Calheiros (MDB-AL) o acesso a mensagens de integrantes da Operação Lava Jato que vazaram há dois anos.

O material foi apreendido na Operação Spoofing em 2019 com hackers denunciados pela invasão de celulares de au-

toridades como o ex-ministro Sérgio Moro e procuradores do Ministério Público Federal. Segundo a decisão de Lewandowski, Renan terá acesso apenas às mensagens com referências a ele. A decisão é do último dia 9 de abril.

Renan é citado em acordos de delação premiada promovidos pela Lava Jato com investigados. Ele é apontado pelo

ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado como envolvido no esquema de corrupção da Petrobras.

Renan, que foi padrinho político de Machado, nega e diz que se trata de perseguição da Lava Jato contra ele. No entendimento de Lewandowski, a troca de mensagens entre os promotores e Moro apontam indícios que corroboram o ar-

gumento de Renan.

O senador emedebista é o segundo alvo da Lava Jato a ter acesso às conversas, depois do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O petista obteve as conversas no final de dezembro do ano passado, e a decisão foi confirmada pela Segunda Turma do Supremo. Outros dois indiciados, porém, tiveram

o pedido negado: Sérgio Cabral, ex-governador do Rio de Janeiro, e Eduardo Cunha, o ex-presidente da Câmara, ambos do MDB.

Lewandowski autorizou o envio do conteúdo das conversas ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) e ao TCU (Tribunal de Contas da União).

O STJ investiga mensagens dos procuradores da Lava Ja-

to que citam ministros do tribunal, mas o inquérito foi suspenso no dia 30 de março pela ministra Rosa Weber, do Supremo.

Já o TCU apura possível conflito em um contrato firmado entre o ex-juiz Sérgio Moro e a empresa Alvarez & Marsal, que é administradora da recuperação judicial do grupo Odebrecht.



VOCÊ SABIA?

COM OS APPS DA FOLHA VOCÊ TEM A INDEPENDÊNCIA DO JORNAL E A OPINIÃO DOS COLUNISTAS MAIS RESPEITADOS.

O assinante pode acessar os apps da Folha e ter grandes benefícios, como dar acesso grátis a até 5 pessoas ao mesmo tempo, tudo com a nossa curadoria para você saber o que é mais relevante no momento.

Baixe agora e tenha o melhor da Folha na sua tela.





Dívidas de como obter o aplicativo? Fale com nosso assistente: 11 3224-3090 (Grande São Paulo) ou 0800 775 8080 (outras localidades).

Disponível na Google Play e App Store

Acesse também pela câmera do seu celular.



FOLHA100

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 24 a 26/04/2021	Caderno: Economia



O que será da tese tributária do século?

Marco Behrndt, Rodrigo Marinho e Daniela Arca*

25 de abril de 2021 | 09h30

Marco Behrndt, Rodrigo Marinho e Daniela Arca. FOTOS: DIVULGAÇÃO

Nos últimos dias, muito se tem falado sobre as questões técnicas, processuais (*e.g.*, modulação dos efeitos da decisão) e materiais (*e.g.*, valor do ICMS a ser excluído), e as possíveis soluções que o Supremo Tribunal Federal (“STF”) deveria encampar para finalizar a discussão sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições PIS e COFINS – discussão que, dada a sua importância no âmbito tributário, tem sido apelidada de tese tributária “do século”.

Abra-se um parêntese para pontuar que o STF já resolveu o mérito da questão no julgamento do RE 574.706, estando pendente de julgamento os embargos de declaração opostos pela União

A importância do tema é justificada em razão do grande número de contribuintes envolvidos (*e.g.*, praticamente todas as empresas industriais e comerciais), em razão do montante dos valores que foram e continuam sendo indevidamente exigidos pela União e, principalmente, do julgamento que se avizinha – está na pauta de julgamento do STF para próxima quinta-feira (dia 29.04.2021) e pode ser o fim de um litígio que já dura 30 anos.

Em que pese o grande número de opiniões técnicas já manifestadas nos últimos anos, pouco se falou sobre as circunstâncias fáticas que envolvem essa discussão, especialmente do histórico da tese que deriva de processo iniciado no longínquo ano de 1991, logo após a edição da Lei Complementar nº 70.

Analisar a história da chamada “tese do século” talvez seja a chave para antevermos, com uma legítima expectativa, o resultado do julgamento dos embargos de declaração opostos pela União no RE 574.706.

A referida lei complementar instituiu a COFINS e estabeleceu como base de cálculo a receita bruta decorrente da venda de mercadorias e/ou serviços – conceito que atribuiu ao significado legal de faturamento. A partir de então, considerando que o valor do ICMS destacado das notas fiscais – frise-se, a tese sempre pretendeu excluir o destacado e nunca o recolhido – não compõe a receita bruta dos contribuintes (nem o respectivo faturamento), nasceu a discussão sobre exclusão desses valores da base de cálculo da referida contribuição.

A discussão chegou ao STF em 1998 com a distribuição do RE 240.785 à relatoria do Ministro Marco Aurélio. Até então, o tema era analisado pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ de maneira contrária aos interesses dos contribuintes, como se a matéria fosse infraconstitucional – o que, sabemos, nunca foi!

Logo na primeira manifestação de um Ministro do STF sobre o assunto, já se começou a desenhar a convalidação da tese da exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, o que aconteceu em 08/09/1999 com o voto do Ministro Marco Aurélio, inaugurando o julgamento do RE 240.785 e já dando sinais à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”) de que a Suprema Corte consagraria o entendimento de que a exigência das contribuições PIS e COFINS sobre o ICMS era indevida. O julgamento foi suspenso pelo pedido de vista do Ministro Nelson Jobim – que se aposentou antes de apresentar o seu voto.

O julgamento foi, então, reiniciado em 2006. Na oportunidade, a Ministra Cármen Lúcia e os Ministros Ricardo Lewandowski, Carlos Britto, Cezar Peluso e Sepúlveda Pertence acompanharam o Relator. E, em que pese o Ministro Eros Grau tenha votado em sentido contrário e o julgamento sido suspenso novamente pelo pedido de vista do Ministro Gilmar Mendes, formou-se maioria a favor da tese defendida pelos contribuintes, diante do fato de que 6 (seis), do total de 11 (onze) ministros, votaram a favor do contribuinte.

Passados mais de 08 anos, desde a formação da maioria a favor dos contribuintes, em outubro de 2014, os autos do RE 240.785 retornaram para julgamento, momento no qual apenas foi confirmada a vitória do contribuinte, restando vencidos os Ministros Eros Grau e Gilmar Mendes.

A história até aqui mostra que o STF vem se manifestando de maneira favorável aos contribuintes desde 1999, quando o Ministro Marco Aurélio proferiu o primeiro voto sobre o tema. Além disso, no mínimo desde 2006, é possível dizer que o entendimento do STF foi sedimentado, tendo em vista a formação da maioria a favor da tese dos contribuintes. E, ainda, desde 2014, com o encerramento do julgamento do RE 240.785, é possível dizer que o STF firmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo das contribuições PIS e COFINS.

No julgamento do RE 574.706, em 2017, o STF nada mais fez senão convalidar, agora sob a égide do instituto da repercussão geral, o entendimento que foi fixado no RE 240.785, tendo fixado a tese de que “O ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da Cofins”.

Agora, no ano de 2021, muito se especula sobre o julgamento dos embargos de declaração opostos pela PGFN nos autos do RE 574.706 como se esse recurso, que sequer tem a prerrogativa de reforma, pudesse ter força suficiente para alterar um entendimento que vem sendo repetidamente convalidado pelo próprio STF desde o voto proferido pelo Ministro Marco Aurélio, em 1999, quando inaugurou o julgamento do RE 240.785, ou mesmo postergar o entendimento sobre o tema para após o julgamento desse recurso via modulação de efeitos.

Não há como esperar outra postura do STF, senão a confirmação da tese e o encerramento definitivo da discussão em favor dos contribuintes e a colocação de um ponto final em uma disputa que já dura 30 anos.

Ainda que o julgamento dos embargos de declaração esteja sujeito à análise por uma nova composição do STF, acreditamos que a Corte deve observar e respeitar as decisões já adotadas no passado, diante do princípio da segurança jurídica e da confiabilidade

que rege o Estado de Direito^[1]. É isso que se espera de uma Corte de Precedentes: que as decisões sejam respeitadas independentemente da composição da Corte, na medida em que os precedentes têm força de lei e devem ser observados por todo o Poder Judiciário.

Poder conduzir nossos atos e omissões de acordo com a previsibilidade e a estabilidade é o que nos faz pertencer a um Estado de Direito. E, como instituição criada para garantir a ordem, o STF deve exercer o seu papel de forma a conferir segurança jurídica às relações que se formaram com base no que vem sendo dito por ele próprio há bastante tempo, evitando, assim, o caos.

Como muito bem lembrado pelo próprio Presidente do STF, Ministro Luiz Fux, *“o risco jurídico está intimamente ligado à ideia de confiança na Justiça. E a confiança na Justiça se centra em dois aspectos: o resgate mais célere possível do direito e a estabilidade do entendimento dos nossos tribunais”*^[2].

Qualquer alteração do julgamento do RE 574.706 – que até então estava condizente com a jurisprudência da própria Corte constitucional pacificada há mais de 15 anos – implicará graves impactos não só para os contribuintes que tomaram decisões pautados naquilo que o STF, mas, especialmente, para o já enfraquecido Estado de Direito em que vivemos, fortalecendo o sentimento de insegurança da sociedade e pondo em xeque a credibilidade das nossas instituições.

Toda essa discussão nos fez lembrar rapidamente da famosa canção de Chico Buarque “O que será (À Flor da Pele)” do ano de 1976. Muitas são as teorias sobre o seu significado, principalmente porque composta em um momento em nosso país onde a segurança jurídica certamente não era um dos pilares do nosso ordenamento. No entanto, são outros tempos e relembrar esse histórico da tese nos faz ter a convicção pessoal de que a segurança jurídica, a confiança nas instituições e a legítima expectativa caminham tão-somente para o fato de que os embargos de declaração opostos pela PGFN serão rejeitados, sem maiores discussões ou debates, uma vez que não se mostra mais cabível a discussão sobre o óbvio ululante de que o ICMS não se inclui na base de cálculo do PIS e da COFINS, como já decidido há mais de 15 anos pelo STF.

***Marco Behrndt, Rodrigo Marinho e Daniela Arca são, respectivamente, sócios e advogada da área de Direito Tributário do Machado Meyer Advogados.**

[1] “O homem necessita de segurança para conduzir, planificar e conformar autônoma e responsabilmente a sua vida. Por isso, desde cedo se consideravam os princípios da segurança jurídica e da proteção à confiança como elementos constitutivos do Estado de Direito (...) Em geral, considera-se que a segurança jurídica está conexas com elementos objetivos da ordem jurídica – garantia de estabilidade jurídica, segurança de orientação e realização do direito –, enquanto a proteção da confiança se prende mais com os componentes subjetivos da segurança, designadamente a calculabilidade e previsibilidade dos indivíduos em relação aos efeitos dos actos.” (CANOTILHO, J.J.G. Direito constitucional e teoria da constituição. Cidade: Coimbra. Almedina, 2000)

[2] Seminário Reavaliação do Risco Brasil promovido pela Fundação Getúlio Vargas, fonte: <https://www.projuris.com.br/o-que-e-o-risco-brasil/>, acessado em 22/04/2021.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 24 a 26/04/2021	Caderno: Economia



Rodrigo Maia elogia Arthur Lira por iniciativa de avançar com projeto de reforma tributária

No sábado, presidente da Câmara disse que a versão inicial do texto da reforma será apresentada no dia 3 de maio

Camila Turtelli, O Estado de S.Paulo

25 de abril de 2021 | 17h09

BRASÍLIA - O ex-presidente da Câmara **Rodrigo Maia** (DEM-RJ) fez um elogio público ao seu sucessor, **Arthur Lira** (PP-AL), por ele ter dado sinais de avanço com a **reforma tributária**. "Importante e necessária a iniciativa do presidente Arthur Lira de colocar a reforma tributária para andar. Acompanhei todo o trabalho do relator, deputado Aguinaldo Ribeiro, na formatação do texto da PEC 45. Essa é a reforma mais importante para o País crescer e diminuir as desigualdades", escreveu Maia.

No sábado, 24, Lira declarou no Twitter que uma versão inicial do texto da reforma tributária **será divulgada no dia 3 de maio**. O texto que reúne uma versão da Câmara, uma do Senado e uma do governo federal sobre as mudanças no sistema de tributação do País está parado no Congresso, com a relatoria do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

"O Congresso não pode ficar prisioneiro da paralisia política das guerras legislativas. Mais do que nunca, temos de cumprir nosso dever com a sociedade. Como sinalização de que a política do cabo de guerra não vai alterar nossa missão, estaremos tornando pública na segunda-feira, dia 3 de maio, a versão inicial do texto da reforma tributária", escreveu Lira no Twitter no sábado.

Ex-presidente da Câmara, Rodrigo Maia sempre se mostrou favorável a dar encaminhamento aos projetos de reforma tributária Foto: DIDA SAMPAIO/ESTADÃO

O tuíte de Maia deste domingo foi uma resposta a essa declaração. O ex-presidente da Câmara ainda escreveu: "Parabéns ao presidente Arthur Lira. O País não pode ser prisioneiro da incompetência do Executivo."

Em fevereiro de 2020, foi criada uma comissão mista, com senadores e deputados, para debater o texto, pelos então presidentes do Senado, **Davi Alcolumbre** (DEM-AP), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). O colegiado, formado por 25 senadores e 25 deputados, discutiu duas propostas de emenda à Constituição (PECs 45/19 e 110/19). A principal convergência é a extinção de tributos que incidem sobre bens e serviços.

Para alguns parlamentares, a retomada da reforma tributária por Lira nesse momento é também uma forma de a Câmara manter o protagonismo, sob a gestão de Lira, enquanto o Senado irá iniciar os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, que promete ser o centro das atrações políticas do País pelos próximos meses.



É inconstitucional a cobrança do diferencial de alíquota de ICMS sem que haja lei complementar

Danielle Vitorino e Hariel Silva Ribeiro*

25 de abril de 2021 | 08h30

Danielle Vitorino e Hariel Silva Ribeiro. FOTOS: DIVULGAÇÃO

Após o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) nº 1.287.019 (Tema 1093) e da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5469, concluiu o Supremo Tribunal Federal (STF) que a cobrança do Diferencial de Alíquota de ICMS (Difal), introduzido pela Emenda Constitucional 87/2015, pressupõe a edição de lei complementar para regulamentar a matéria.

O STF pôs fim à discussão e sedimentou que é inconstitucional a regulamentação acerca do Difal por meio de legislação diferente de lei complementar. Isso porque, o artigo 146 e incisos da Constituição Federal preconizam que cabe à lei complementar versar sobre conflitos de competência e limitações constitucionais ao poder de tributar e, por fim, estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária.

Seguindo esse mesmo raciocínio, no julgamento da ADI 5469, restou declarada a inconstitucionalidade das cláusulas primeira, segunda, terceira, sexta e nona do Convênio ICMS 93/2015 do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), pois de acordo com o entendimento, os Estados e o Distrito Federal teriam usurpado a competência da União ao tratarem sobre matéria que não lhes compete.

Cabe ressaltar que a inconstitucionalidade da cláusula nona do Confaz 93/2015, também declarada no julgamento da ADI 5469, se deu em razão da afronta ao artigo 146, inciso III e parágrafo único da Constituição Federal que, conforme afirmado pelo

ministro Dias Toffoli “a Constituição dispõe caber a lei complementar – e não a convênio interestadual – estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte”.

Por fim, os ministros aprovaram a modulação dos efeitos para que a decisão nos dois processos produza efeitos somente a partir de 2022. Em contrapartida no que concerne à cláusula nona do Convênio ICMS 93/2015, os efeitos são retroativos, produzindo resultados desde fevereiro de 2016, quando foi deferida a medida cautelar na ADI 5464. Portanto, é inconstitucional a cobrança do diferencial de alíquota relativa ao ICMS, sem lei complementar que a regulamente.

***Danielle Vitorino, advogada de direito tributário no escritório Bruno Junqueira Consultoria Tributária e Empresarial**

***Haniel Silva Ribeiro, estagiário de direito tributário no escritório Bruno Junqueira Consultoria Tributária e Empresarial**

Veículo: G1	
Data: 24/04/21	



Lira diz que versão inicial da reforma tributária será divulgada em 3 de maio

Presidente da Câmara não especificou a qual dos textos sob análise do Congresso ele se referia. Proposta do governo, apresentada no ano passado, prevê unificação de tributos.

Por Marcela Mattos, G1 — Brasília

24/04/2021 17h51 Atualizado há um dia

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse neste sábado (24) que a versão inicial da reforma tributária será divulgada em 3 de maio. A declaração foi feita por meio de uma rede social.

Lira não especificou, entretanto, a que proposta ele se referia - há diferentes textos sobre a reforma tributária sendo analisadas pelo Congresso.

A proposta do governo, **enviada ao Congresso em julho do ano passado**, prevê a unificação do PIS e da Cofins (incidentes sobre a receita, folha de salários e importação), e a criação de um novo tributo sobre valor agregado, com o nome de Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS).

Assista abaixo a comentário de Miriam Leitão sobre a proposta de reforma tributária apresentada pelo governo no ano passado.



Miriam Leitão: 'Proposta do governo para reforma tributária chega atrasada e tímida'

“O Congresso não pode ficar prisioneiro da paralisia política das guerras legislativas. Mais do que nunca, temos de cumprir nosso dever com a sociedade. Como sinalização de que a política do cabo de guerra não vai alterar nossa missão, estaremos tornando pública na segunda-feira, dia 3 de maio, a versão inicial do texto da reforma tributária”, escreveu o presidente da Câmara.

Apesar de Lira não especificar o texto a que se referiam, atualmente uma comissão mista, formada por deputados e senadores e que foi criada em 2020, discute um projeto que prevê a unificação de mais tributos.

Lira ressaltou que o objetivo, após a apresentação do texto inicial, será “discutir com a sociedade, fazer consultas públicas, receber as críticas e os aprimoramentos, com transparência e participação de todos”.

“Temos de enfrentar os problemas do Brasil, apesar das crises, passageiras”, afirmou.

Não é a primeira vez que o presidente da Câmara trata sobre o calendário da reforma tributária. No dia 11 de março, também por meio de uma rede social, Lira escreveu que a “expectativa” era que o texto fosse apresentado “na semana que vem” - o que não se confirmou.

Atraso

Em 4 de fevereiro, em uma das primeiras agendas após a eleição ao comando da Câmara e do Senado, os presidentes Arthur Lira e Rodrigo Pacheco (DEM-MG) se reuniram para tratar da reforma tributária. Também participaram do encontro o presidente da comissão mista da reforma tributária, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), e o relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Após a reunião, Pacheco informou que ainda naquele mês o texto final do projeto seria apresentado.

"A comissão mista concluirá seu trabalho até o final de fevereiro, com a apresentação do parecer por parte do deputado Aguinaldo Ribeiro, ouvindo os demais membros, que poderão sugerir acréscimos, supressões, críticas ao parecer. E, na sequência, a reforma tributária iniciará por uma das casas legislativas", disse o presidente do Senado. Pacheco também apresentou, à época, a previsão de 6 a 8 meses para a conclusão da reforma, incluindo já a votação na Câmara e no Senado.

A comissão que discute a reforma tributária foi criada em fevereiro de 2020. Os trabalhos do colegiado, no entanto, foram paralisados por causa da pandemia. A previsão era de que os trabalhos fossem encerrados em março. No último dia 31 de março, Rodrigo Pacheco prorrogou por 30 dias o funcionamento do colegiado.

Veículo: G1	
Data: 23/04/21	



Educação e Economia são mais afetados por bloqueio orçamentário; Saúde é poupada

Valores constam em decreto presidencial publicado nesta sexta-feira para ajustar o orçamento de 2021. Além dos bloqueios, que podem ser recompostos ao longo do ano, orçamento sancionado trouxe um corte permanente de R\$ 19,8 bilhões em dotações orçamentárias.

Por G1

23/04/2021 13h31 Atualizado há 2 dias

Os ministérios da Educação e da Economia foram os mais afetados pelos bloqueios feitos no Orçamento deste ano, **sancionado na véspera pelo presidente Jair Bolsonaro**. Um decreto publicado nesta sexta-feira (23) **bloqueou R\$ 9,29 bilhões** – mais de R\$ 4 bilhões deles, nesses dois ministérios. Já os recursos do Ministério da Saúde não sofreram bloqueio. Os valores são absolutos – o decreto não detalha quanto eles representam do orçamento total das pastas. Esses recursos ainda pode ser desbloqueados até o final do ano.

Os bloqueios de recursos, e cortes de dotações orçamentárias (veja detalhamento mais abaixo nessa reportagem), visam recompor os valores de gastos obrigatórios estimados para baixo pelo Congresso Nacional na aprovação da peça orçamentária desse ano. O Legislativo, no mês passado, havia direcionados esses valores para emendas.

"Isso nos dá garantia e transparência que o governo atuou para reverter o aumento do Congresso, e bloqueou previamente. Se não se confirmar, a gente pode reduzir esse bloqueio. A cada bimestre, isso vai sendo feito para verificar se essa necessidade vai se efetivar ou não", explicou Bruno Grossi, secretário especial de Relações Governamentais da Casa Civil.

Veja os valores bloqueados por pasta. A lista inclui também as agências reguladoras:

- **Ministério da Educação: R\$ 2.728.636.813**
- **Ministério da Economia: R\$ 1.406.425.452**
- **Ministério da Defesa: R\$ 1.364.373.507**
- Ministério do Desenvolvimento Regional: R\$ 827.215.517
- Ministério da Infraestrutura: R\$ 777.841.862
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações: R\$ 372.326.930
- Ministério da Cidadania: R\$ 322.103.164
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: R\$ 283.157.304
- Ministério da Justiça e Segurança Pública: R\$ 258.858.406
- Ministério das Relações Exteriores: R\$ 225.352.241
- Ministério das Comunicações: R\$ 200.874.851
- Ministério de Minas e Energia: R\$ 100.851.712
- Ministério do Turismo: R\$ 81.889.851
- Advocacia-Geral da União: R\$ 64.151.812
- Presidência da República: R\$ 56.054.305
- Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT: R\$ 41.377.778
- Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL: R\$ 27.845.992
- Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA: R\$ 27.780.794
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA: R\$ 25.066.564
- Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP: R\$ 20.568.418
- Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL: R\$ 19.733.533
- Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC: R\$ 16.772.173
- Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS: R\$ 15.477.268
- Agência Nacional do Cinema - ANCINE: R\$ 6.195.336
- Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ: R\$ 5.272.379
- Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE: R\$ 5.102.706
- Controladoria-Geral da União: R\$ 3.180.662

- Gabinete da Vice-Presidência da República: R\$ 943.244
- **Total: R\$ 9.285.430.574**

Cortes no orçamento

Além dos bloqueios determinados nesta sexta, o **orçamento sancionado** trouxe um corte de R\$ 19,8 bilhões em dotações orçamentárias e um veto à autorização para a criação de cargos na Política Militar e no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

As medidas põem fim à novela da tramitação do Orçamento, aprovado pelo Congresso no final de março com parâmetros defasados e uma subestimativa de despesas obrigatórias que, segundo o Executivo, tornou a peça inexecutável, alimentando preocupações de que o governo poderia ser acusado de crime de responsabilidade, aponta a Reuters.

Os valores vetados serão remanejados para outras despesas por meio de um novo projeto de lei de crédito suplementar (PLN) a ser encaminhado ao Congresso. Já os recursos bloqueados poderão ser eventualmente liberados ao longo do ano, caso uma revisão das programações de receitas e despesas autorize a medida.

Opinião do GLOBO

Reforma tributária reduz desníveis sociais e regionais

Mudanças propostas na PEC 45 não prejudicam estados menores nem os pobres, como dizem seus adversários

Qualquer debate sobre reforma tributária aborda, entre tantos temas sensíveis, seu efeito sobre os mais pobres e os entes federativos menos desenvolvidos. São tantos os interesses envolvidos que nunca foi fácil fazer tramitar pelo Congresso alterações nos impostos, mesmo havendo consenso sobre a necessidade. Propostas de reforma tributária que até outro dia não saíam das manchetes voltaram a hibernar no Legislativo, apesar dos fortes argumentos em seu favor.

Tramita na Câmara a PEC 45, de autoria do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), com base em estudos do economista Bernard Appy. Ela sugere a fusão de impostos, com a finalidade de descomplicar o sistema atual, fator de custo para as empresas. Propõe criar um imposto sobre valor agregado de bens e serviços, o IVA, um modelo de tributo usado há muito tempo com êxito nos países desenvolvidos. Outra proposta semelhante está no Senado. Até agora, o governo enviou ao Congresso apenas um projeto que funde PIS e Cofins para criar a Contribuição sobre Operações com Bens e Serviços (CBS). Faz sentido ser mais ousado nas mudanças.

Appy, em artigo, admite que elas sejam feitas em etapas, mas afirma que precisam ser profundas para corrigir as distorções. Lembra que a reforma entra em vigor aos poucos, em 30 anos.

Em artigo recente no site "Jota", um grupo de especialistas rebate alguns mitos que cercam a reforma ampla defendida por Appy. Entre eles, a ideia de que o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), proposto na PEC 45 como resultado da fusão de PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS, prejudicará os estados mais pobres. Tal ideia sustenta que, como o novo imposto incidirá no local de consumo de bens e serviços, não haverá como governadores e prefeitos oferecerem incentivo tributário.

O artigo, assinado por Marcos Lisboa, Marcos Mendes, Sergio Gobetti e Breno Vasconcelos, considera um equívoco afirmar que não será mais possível criar políticas de atração de investidores. Com o aumento de arrecadação provocado pela reforma, dizem, governadores e prefeitos poderão reservar em seus orçamentos recursos para subsidiar empresas, de forma mais transparente do que hoje, permitindo que o eleitor avalie os custos e os benefícios dos incentivos.

O que a reforma elimina é a guerra fiscal, com suas distorções.

Com a tributação no destino, o potencial de arrecadação dos estados menos desenvolvidos será maior, afirma a análise. Ela cita uma simulação segundo a qual todos os estados do Nordeste e Norte (com exceção do Amazonas) e respectivos municípios aumentariam seu peso na arrecadação do IVA, em relação à participação atual que têm no ICMS e ISS.

Outro mito desmentido pelo artigo é a crítica de que o IVA prejudica os pobres, por não permitir alíquotas diferenciadas sobre produtos, como os da cesta básica. Todos consomem produtos da cesta básica, não apenas os pobres. O texto cita o boletim de setembro de 2019 acerca dos subsídios da União, segundo o qual, dos R\$ 16 bilhões destinados à cesta básica na tributação do PIS/Cofins, só R\$ 1,6 bilhão beneficiou os 20% mais pobres da população. Os 25% mais ricos se apropriaram de R\$ 4,5 bilhões do total. O indicado, segundo os autores, é destinar o recurso dos subsídios ao Bolsa Família, mais eficaz como programa. A reforma tributária também contribuirá para aperfeiçoar as políticas sociais.

Reedição da MP 936 deve sair nesta semana

Acordos de redução de jornada e suspensão de contrato não serão retroativos e terão duração de até 120 dias. Como ocorreu no ano passado, governo pagará compensação proporcional ao corte salarial

GERALDA DOCA E
MANOEL VENTURA
ecoromia@globo.com.br
BRASÍLIA

O novo programa de manutenção de emprego do governo federal, nos moldes da antiga medida provisória (MP) 936, deve começar a vigorar ainda nesta semana. A proposta permitirá a redução de jornada e salário ou a suspensão do contrato de trabalho por até 120 dias. Este prazo poderá ser prorrogado por decreto do governo, de acordo com a minuta da nova MP,

obtida pelo GLOBO.

O governo pretende lançar a medida junto com a MP que trata de mudanças temporárias nas regras trabalhistas por conta da pandemia. Segundo o texto, os acordos poderão ser feitos a partir da publicação da MP em Diário Oficial, o que está previsto para ocorrer esta semana.

A MP também deixa claro que os acordos entre trabalhadores e empresas não poderão retroagir, ou seja, só valerão após a data de publicação da medida. Havia uma pressão

principalmente do setor de serviços para que o governo abrisse a possibilidade da MP ter efeito retroativo.

Como no ano passado, os salários e as jornadas poderão ser reduzidos em 25%, 50% e 70% em acordos individuais ou coletivos. O governo pagará uma compensação, chamada de Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), proporcional à redução salarial e calculada sobre o valor do seguro-desemprego a que o trabalhador teria

direito se fosse demitido (entre R\$ 1.100 e R\$ 1.911,84).

Em um acordo para redução de 50%, por exemplo, o empregado recebe 50% do salário da empresa e 50% da parcela do seguro-desemprego.

GARANTIA DE ESTABILIDADE

No caso de suspensão do contrato de trabalho, o pagamento da compensação do governo será de 100% do seguro-desemprego a que o trabalhador teria direito. Com exceção de empresas que tiveram receita bruta su-

perior a R\$ 4,8 milhões. Nesses casos, a companhia precisará pagar ajuda compensatória mensal no valor de 30% do salário do empregado.

A MP garante ainda estabilidade para os trabalhadores durante a redução salarial e por período equivalente após o acordo. Se uma empresa reduzir jornada e salário por dois meses, por exemplo, o funcionário terá o emprego garantido por quatro meses.

A companhia que demitir sem justa causa durante a estabilidade deverá pagar, além

das parcelas rescisórias previstas na legislação, indenização sobre o salário a que o empregado teria direito no período.

O governo prevê gastar pelo menos R\$ 10 bilhões com o novo programa. Esse valor ficará fora das regras fiscais, como o teto de gastos, que proíbe o crescimento das despesas da União acima da inflação.

A primeira parcela da compensação do governo será paga no prazo de 30 dias a partir da data em que o acordo for informado ao Ministério da Economia.

Rio precisa se comprometer com austeridade para ter alívio fiscal

Adesão do estado a novo regime de recuperação financeira da União exigirá maior contenção de gastos

Parece perto do fim o impasse entre o governo fluminense e o Planalto em torno da renovação do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), assinado em setembro de 2017 para contornar uma das mais graves crises financeiras da história do estado. O acordo expirou ano passado, e o Rio hoje respira com a ajuda de liminares do Supremo Tribunal Federal (STF). No Palácio Guanabara, o plano é aderir ao novo modelo de RRF regulamentado por decreto do presidente Jair Bolsonaro na terça-feira, com base na Lei Complementar 178/2021. O modelo traz vantagens, mas impõe mais austeridade, palavra que costuma causar arrepios na sede do governo e na Assembleia Legislativa.

Pela proposta em estudo, que deve ser apresentada no mês que vem, o estado passaria a exigir idade mínima e tempo mínimo de contribuição para a aposentadoria de seus servidores, como já acontece em nível federal a partir da reforma da Previdência. Chegariam ao fim também as promoções automá-

ticas a cada três anos. Estão em análise ainda a fixação de um teto de gastos e cortes de incentivos fiscais. A Assembleia Legislativa teria um ano para aprovar o projeto, mas o estado já poderia se beneficiar do acordo antes disso.

Em relação ao RRF em vigor, que tem duração de três anos, o novo modelo, com validade de dez, é mais vantajoso para o Rio, por permitir que a dívida com a União seja quitada num prazo maior (até 30 anos) e em parcelas menores. Outra diferença é que, em caso de descumprimento, a penalidade seria um aumento automático das parcelas pagas ao governo federal. No modelo atual, seria preciso pagar de imediato todo o valor não quitado, provocando uma razia nas finanças do estado. Embora o acordo firmado em 2017 tenha caducado, o Rio estava pagando apenas os juros da dívida, mas uma liminar do ministro Dias Toffoli, do STF, suspendeu também essa obrigação.

O que pesa contra o estado é a postura adotada nesses três anos em que vigorou o socorro financeiro da União. Não é segredo que o governo flumi-

nense descumpriu as cláusulas do acordo, pois não tomou as medidas de austeridade pactuadas — daí as dificuldades para renová-lo. Marcado para o fim deste mês, o leilão da Cedae, uma das “cláusulas pétreas” do regime, tem sido boicotado sistematicamente pelo governo e pela Assembleia Legislativa, que não pararam de criar obstáculos à concessão. As promessas de contenção de gastos também ficaram aquém do prometido.

É fundamental que o governo se comprometa com medidas de austeridade para aderir ao novo modelo. Por um motivo simples: não há sobrevivência fora dele. Basta lembrar como era o Rio antes do RRF. Um estado quebrado, que não tinha recursos para pagar a conta de luz de repartições ou colocar gasolina nas viaturas policiais. Universidades tiveram de suspender aulas, hospitais entraram em colapso, índices de violência dispararam, e servidores públicos ficaram sem receber. É esse o destino de um estado perdulário. O Rio tem oportunidade de evitar repeti-lo. Não pode desperdiçá-la.

MÍRIAM
LEITÃO

blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao
miriam.leitao@oglobo.com.br
Com Alvaro Gribel (de São Paulo)

Com a palavra,
os embaixadores

Os embaixadores da Noruega e da Alemanha em Brasília alertam que o Brasil deve tomar muito cuidado nos próximos três meses na Amazônia. São os de maior risco de desmatamento no ano florestal que termina em julho. Nils Gunneng, da Noruega, e Heiko Thoms, da Alemanha, afirmam que há meio bilhão de reais sendo usados do Fundo Amazônia e lembram que os recursos, quase R\$ 3 bilhões, que estão congelados precisam apenas que o Brasil restaure o conselho do Fundo. “O Brasil não está sozinho no combate ao desmatamento”, diz o alemão Thoms. “Tem um mercado enorme para um país que tem florestas e queira mantê-las em pé”, com-

pleta o norueguês Gunneng.

Noruega e Alemanha são os financiadores do Fundo Amazônia, um bem-sucedido mecanismo em que os dois países doaram recursos para apoiar programas de proteção ambiental. Ele funcionava perfeitamente. Em junho de 2019, o ministro Ricardo Salles dissolveu o conselho que reunia representantes do governo federal, dos estados amazônicos, da sociedade e dos empresários. Sem essa estrutura, o Fundo Amazônia não pode liberar novos recursos. “Não há base legal para as decisões”, explica o embaixador da Noruega.

Eu entrevistei os dois diplomatas durante uma hora na sexta-feira, por uma chamada de vídeo. Eles demonstram conhecimento sobre o Brasil, admitem as culpas de seus próprios países nas emissões de gases de efeito estufa, comemoram a cúpula do clima, pela volta dos Estados Unidos aos esforços globais de combate às mudanças climáticas. Ambos disseram ter gostado da carta do presidente Bolsonaro ao presidente Biden e do discurso do brasileiro na reunião do clima. Mas alertam que é preciso ir além. “Queremos ver em breve os resultados dessas palavras nas taxas de desmatamento”, disse Nils Gunneng. “Estamos ansiosos para ver a tradução desse compromisso no plano concreto”, diz Heiko Thoms.

Os dois têm tido conversas com vários seto-

res da sociedade brasileira, e, nos dias anteriores ao encontro convocado por Joe Biden, eles e outros embaixadores fizeram reuniões com políticos de diversos partidos, com empresários e ONGs. Perguntei o que eles têm ouvido. Segundo o embaixador alemão, todas as partes entendem que problemas ambientais têm um efeito negativo na reputação do país. “Os povos indígenas compreendem isso, os bancos compreendem isso”, diz Thoms.

Os representantes da Alemanha e da Noruega no país dizem que o Brasil tem muita chance na transição para a economia de baixo carbono

O representante da Alemanha afirma que seu país é parceiro tradicional do Brasil na luta ambiental desde 1992, que a cooperação bilateral tem 70 anos e há um portfólio de investimento de US\$ 9 bilhões. O representante norueguês conta que o Fundo Soberano tem investimentos de US\$ 8 bilhões em ativos brasileiros. O grande nó das relações entre os dois e o Brasil atualmente é o Fundo Amazônia. Perguntei a Gunneng o que ele tinha a dizer sobre a afirmação de Salles de que o Fundo parou por decisão da Noruega. “É importante dizer que o Fundo foi congelado porque o governo brasileiro dissolveu a estrutura de governança unilateralmente sem o acordo

da Noruega ou da Alemanha”, respondeu.

O embaixador da Alemanha acha que o “Brasil está bem posicionado” para se beneficiar da transição para a economia de baixo carbono. “Tem a tecnologia necessária, tem uma legislação sólida e produtores sérios.” Gunneng concorda e diz que o Brasil já mostrou ser capaz de produzir sem aumentar o desmatamento. “Nós queremos ver mais países pagarem por isso”. O embaixador alemão disse que “no mundo inteiro os consumidores querem saber de onde vem o bife que está no seu prato e como o seu smartphone foi produzido. Os investidores procuram opções verdes de investimento. Quem produz de forma sustentável tem vantagem competitiva”.

Perguntei a Gunneng o que a Noruega fará com sua economia tão dependente do petróleo, e a Thoms, sobre as emissões históricas da Alemanha. “Nós somos parte do problema”, admitiu o norueguês. “A Alemanha tem grandes desafios como o do carvão”, admitiu o alemão. Os dois, contudo, dizem que seus países estão determinados a fazer a necessária transição para uma economia de baixo carbono. Perguntei se era fácil explicar para os contribuintes os gastos com o Fundo Amazônia. “Sim e não. É fácil quando o desmatamento cai, é difícil quando ele sobe”, diz Nils Gunneng, da Noruega. No momento, então, está difícil explicar.

STF autoriza Rio a suspender pagamento de dívida

Ministro Dias Toffoli considera que, diante de crise financeira e queda de arrecadação, agravadas pela pandemia, governo estadual pode deixar de repassar valores à União e destaca importância de pacto federativo para evitar colapso

ANDRÉ DE SOUZA
E MANOEL VENTURA
ganderikio@globo.com.br
BRASÍLIA

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou o Estado do Rio de Janeiro a suspender o pagamento das dívidas que tem com a União até a regulamentação do Novo Regime de Recuperação Fiscal. Em documento enviado ao STF na sexta-feira da semana passada, o Ministério da Economia disse que a regulamentação seria feita por meio de um decreto e uma portaria a serem editados até o fim deste mês. O decreto saiu esta semana, mas a portaria ainda não.

Em 16 de abril, o governo federal disse ao STF ser contra o pedido. Na documentação enviada, havia uma nota do Ministério da Economia, segundo a qual a adesão do Rio ao regime dependia da revisão de uma portaria da pasta, o que, por sua vez, só poderia ser feito após a edição de um decreto regula-

mentador. “Espera-se que tanto o decreto quanto a portaria que permitem a análise do pedido de adesão estadual ao Regime estejam publicados ao final do mês de abril”, afirmava a pasta. O Ministério da Economia confirmou ao GLOBO que a nova portaria ainda não foi editada.

PANDEMIA AGRAVOU CONTAS

O governo do Rio reclamou em pedido feito ao Supremo em 9 de abril. “O Estado do Rio tem a pior situação dentre as dos estados elegíveis para o Novo Regime, porque é o único que mantém o pa-

gamento do serviço da dívida. Tendo que adotar medidas restritivas à atividade econômica e ampliar os gastos com medidas como auxílio emergencial, e sob o risco de decretação de lockdown, já adotado por outros entes subnacionais, o quadro é de colapso”, alegou.

Ainda de acordo com o estado, “em meio aos esforços empreendidos para enfrentar a pandemia e os efeitos dela, bem como, com queda de arrecadação decorrente das restrições à atividade econômica, para manter os seus serviços essenciais, o Estado já pagou, desde 1º de janeiro de 2021, com a retomada do pagamento do serviço da dívida, mais de 800 milhões de reais”.

Em sua decisão, Toffoli ainda pontuou: “Tenho que o atual cenário da economia nacional necessita de um esforço ainda maior entre os entes da federação. Nunca esteve tão em voga o chamado ‘federalismo cooperativo’, e, sendo a União a competente



Atto. Toffoli: “Nunca esteve tão em voga o chamado ‘federalismo cooperativo’”

para regulamentar os dispositivos trazidos pela Lei Complementar nº 178/21, não deve se esquivar de cumprir seu papel no intuito de que os planos e programas de recuperação oferecidos aos entes esta-

tais sejam efetivos e possíveis, evitando assim, o colapso dos estados da federação”.

O Rio aderiu ao Regime de Recuperação Fiscal em 2017, que previa uma série de benefícios. Um dos principais era a

suspensão do pagamento de dívidas por três anos e deveria ter sido renovado pelo mesmo período no ano passado, terminando em 2023. O descumprimento de cláusulas do contrato, no entanto, fez com que o Ministério da Economia se opusesse à renovação automática. O estado conseguiu se manter dentro do regime por uma decisão do STF, mas vinha tendo que arcar com os custos dos juros da dívida com a União.

Agora, o estado se prepara para ingressar no novo regime de ajuste fiscal, que prevê prazo de 30 anos para o pagamento das dívidas. O plano que está sendo elaborado pelo secretário estadual de Fazenda, Guilherme Mercês, vai propor, até maio, medidas para que o estado seja beneficiado pela lei do deputado federal Pedro Paulo (DEM), que prevê ajuste por 10 anos. Esta semana, o presidente Jair Bolsonaro publicou a regulamentação da nova legislação.



“Tenho que o atual cenário da economia nacional necessita de um esforço ainda maior entre os entes da federação”.

Dias Toffoli, ministro do STF

Guedes diz que Mercosul precisa ser reavaliado e sugere flexibilizar acordos

O ministro da Economia, Paulo Guedes, sugeriu a flexibilização dos acordos comerciais do Mercosul e a redução da tarifa comum do bloco. Segundo ele, o bloco precisa ser reavaliado para que continue sendo um veículo interessante a seus países-membros.

— Nós gostaríamos de, numa primeira dimensão, flexibilizar os acordos comerciais.

Deixar que um membro consiga ter acordos comerciais, como se fosse um pioneiro. Se for bom, o grupo avança — afirmou em sessão especial do Senado sobre os 30 anos do Mercosul.

A sessão foi comandada pelo senador Fernando Collor de Mello (Pros-AL), presidente da República na época do acordo. Os ex-ministros Zélia Car-

dos de Mello (Economia) e Rubens Ricupero (Relações Exteriores) participaram.

Guedes disse que, se o objetivo do Mercosul foi facilitar o comércio, ele não pode se tornar um acordo limitador. E afirmou que o Brasil também sugere a redução da tarifa externa comum (TEC), reconhecendo que outros países não avaliam ser o melhor mo-

mento para essa alteração.

— Nós achamos que é importante reduzirmos e fizemos a proposta para reduzir apenas 10%. Isso não machuca ninguém, é só para manter aquecido — disse.

Para Guedes, o Mercosul não pode “encapsular” o país:

— Essa grande ferramenta, que foi criada como uma avenida para globalização e integração competitiva, acabou virando uma bolha que nos isolou de um comércio mais amplo. (F.T. e M.V.)

PERNAMBUCO

SECRETARIA DE SAÚDE

Av. de Credenciamento Proc. N° 203/2016 – Insuficiência N° 033/2016 – Objeto: cred. de prestadores de serviços de saúde, pessoas físicas ou jurídicas, no âmbito do estado de Pernambuco, que possuam as condições necessárias à prestação de serviços especializados em Fisiocinesioterapia (FISG), objetivando atender as necessidades da população de todo o estado de forma complementar ao Sistema Único de Saúde – SUS. V. EST. R\$ 30.550,00 | Edital do processo disponível através do site: www.licitacoes.pe.gov.br. Recife, 23/04/2021. Maria Eugênia Araújo de Sá – Presidente/Pregoeira CPLC I/SES.

SECRETARIA DE SAÚDE

Av. de Credenciamento Proc. N° 198/2020 – INEX. N° 056/2020 – OBJ.: CRED. de pessoas jurídicas prestadoras de Serviços de Saúde, no âmbito do Estado de Pernambuco, para a oferta de Serviços especializados e integral ao Paciente com Câncer, que possuam as condições necessárias para realizar Procedimentos de Média e Alta Complexidade de Alta Tecnologia e alto custo, atuando no diagnóstico diferencial e definitivo, estadiamento e tratamento, dos cânceres mais prevalentes, no Estado de Pernambuco, atendendo a necessidade existente na Região de Saúde, de forma complementar à Rede Pública do Sistema Único de Saúde – SUS. V. Valor Estimado: R\$ 30.256.340,82. Edital do processo disponível através do site: www.licitacoes.pe.gov.br. Recife, 23/04/2021. Maria Eugênia Araújo de Sá – Presidente/Pregoeira CPL-ISES.

Salles pede a Guedes R\$ 270 milhões para Meio Ambiente

Ministério tem menos verba para fiscalização. Bolsonaro havia prometido reforçar recursos para a área na Cúpula do Clima

BRASÍLIA

Após o Orçamento de 2021 ser sancionado com cortes de R\$ 240 milhões no Ministério da Meio Ambiente (MMA), o titular da pasta, Ricardo Salles, pediu ao ministro da Economia, Paulo Guedes, que complemente em R\$ 270 milhões a verba para o órgão.

O requerimento foi feito por meio de um ofício, ao qual o

GLOBO teve acesso. No documento, Salles solicita R\$ 142 milhões para reforço em ações de fiscalização, além de R\$ 56 milhões para recompor o orçamento do Ibama e R\$ 72 milhões para suplementar a verba do ICMBio. O objetivo, segundo o documento, é aumentar as ações em prevenção e combate ao desmatamento ilegal e aos incêndios florestais, além de monitoramento

ambiental e manutenção de Unidades de Conservação.

Caso o pedido seja atendido, o governo terá de enviar ao Congresso um projeto de lei para remanejar recursos. Como o Orçamento está no limite do teto de gastos, seria necessário cortar em outra área.

O corte na verba do MMA chamou atenção porque, na quinta-feira, durante a Cúpula do Clima, o presidente

Jair Bolsonaro prometera mais recursos para a área.

— Apesar das limitações orçamentárias do governo, determinei o fortalecimento dos órgãos ambientais, duplicando os recursos destinados às ações de fiscalização — afirmou ele em seu discurso.

O orçamento do MMA encolheu 35,4% com os vetos, apontou nota conjunta das consultorias de Orçamento

da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Mas a pasta não estará sujeita a outros bloqueios orçamentários.

O texto aprovado no Congresso destinava R\$ 677,6 milhões ao MMA. A pasta ficou com R\$ 437,7 milhões.

Só o Ibama sofreu um corte de R\$ 19,4 milhões, mais da metade justamente nas ações de controle e fiscalização ambiental, que perderam R\$ 11,6

milhões. Os recursos para prevenção e controle de incêndios florestais encolheram em R\$ 6 milhões.

Já o ICMBio perdeu R\$ 7 milhões destinados a unidades de conservação federais. Esse dinheiro poderia ser usado para criação, gestão ou implementação dessas áreas.

George Soares, secretário de Orçamento, disse que “qualquer necessidade do ministério será apresentada à Junta Orçamentária, e aí terá que ser feita uma suplementação, retirando, é claro, de outro (ministério ou programa)”. (Jussara Soares, Fernanda Trisotto e Mariana Carneiro)

Governo terá pacote para flexibilizar 'home office' e FGTS

Haverá normas para trabalho remoto, e empregador poderá adiar recolhimento ao Fundo por 4 meses

GERALDA DOCA
geral.da@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O governo prepara para os próximos dias um pacote de ações para flexibilizar regras trabalhistas, nos moldes da medida provisória (MP) 927, que vigorou no ano passado, além de renovar o programa que permite acordos de redução de salário e jornada para evitar demissões.

O texto inclui permissão para antecipar férias, mudanças nas regras do *home office* e adiamento, por quatro meses, do recolhimento do FGTS pelas empresas. O valor devido do Fundo ainda poderá ser parcelado em até seis meses, sem multa.

No caso do *home office*, o empregador poderá alterar o regime de trabalho do funcionário mesmo sem acordos individuais ou coletivos.

Ainda serão flexibilizados os prazos para aviso, gozo e pagamento dos períodos de férias. No ano passado, o aviso podia ser feito pelo empregador em até 48 horas. Este será o mesmo prazo para a antecipação de feriados.

Será permitida ainda a adoção de regime especial de compensação de jornada, por meio de banco de horas,

com período de compensação de até 18 meses, contra seis meses hoje. As empresas que desempenham atividades essenciais ficam autorizadas a fazer banco de horas e regime de compensação especial de jornada independentemente de interrupção das atividades.

VIGÊNCIA IMEDIATA

Segundo técnicos da equipe econômica, a medida deve ter validade de quatro meses —o prazo normal de duração de uma MP se esta não é transformada em lei pelo Congresso.

A MP 927 vigorou durante o estado de calamidade pública, que terminou em 31 de dezembro de 2020.

A expectativa é que o pacote seja anunciado no início da semana que vem, junto com a renovação do programa de redução salarial —o Benefício Emergencial (BEm), que aguardava a sanção do Orçamento para sair do papel.

As mudanças passam a valer assim que a MP entrar em vigor. No caso do adiamento do prazo do FGTS, será permitido deixar de pagar a contribuição já no início de maio, com retorno das cobranças só em setembro.